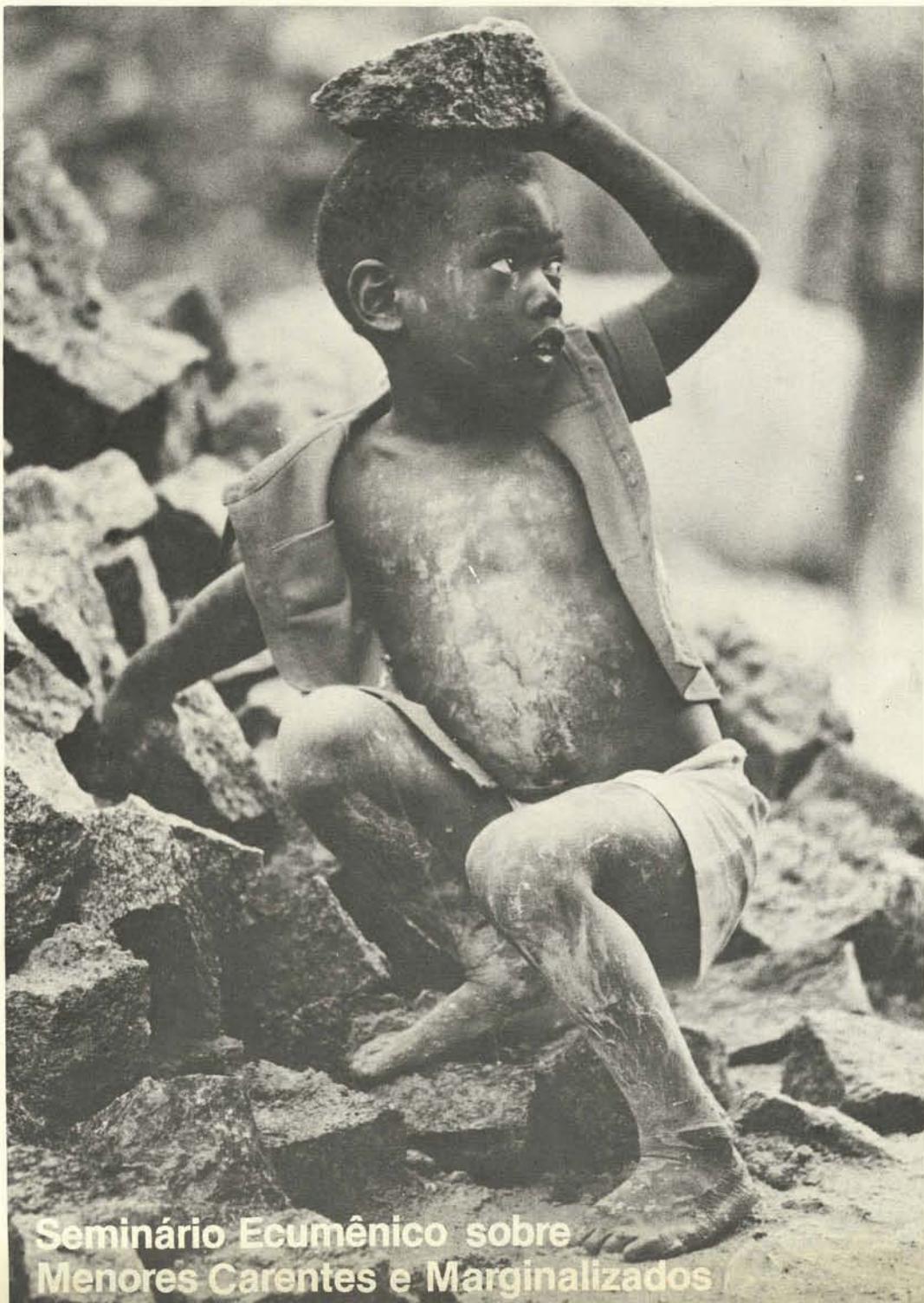


“DEIXAI VIR A MIM OS PEQUENINOS”



Seminário Ecumênico sobre
Menores Carentes e Marginalizados

“DEIXAI VIR A MIM OS PEQUENINOS”

Seminário ecumênico sobre os problemas dos menores carentes e marginalizados
e a participação das Igrejas na sua solução.

São Paulo, 20 a 26 de junho de 1980

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rio de Janeiro
Fevereiro de 1982

Biblioteca - Koinonia
() Cadastrado
() Processado

200
1982

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205 5197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66 7273
01238 São Paulo, SP

Coordenador de Publicações
Paulo Cezar Loureiro Botas

Redator
Carlos Cunha

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Fotos da Capa
Sidney Waisman

Produtor Gráfico
Álvaro A. Ramos

Assinaturas e Expedição
Eduardo Spiller Penna

Participação especial na edição
Tomiko Born
Erivan Alves de Araújo

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araujo Martins

Composição
Robertom
Av. Rio Branco, 120/1114
Telefone 242 5744

Fotolito e Impressão
Clip – Rua do Senado, 200
Telefone 252 4610

Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

Sumário

5	APRESENTAÇÃO
7	DOCUMENTO PREPARATÓRIO
10	PROGRAMA
11	ASPECTOS DO PROCESSO DO TRABALHO
15	MENOR CARENTE E MARGINALIZADO/ CONDIÇÕES DE VIDA DA CRIANÇA BRASILEIRA?
26	REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA SOCIAL Luisa Erondina de Souza
37	AVALIAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL Elter Dias Maciel
46	REFLEXÃO TEOLÓGICA João Pedro Aguiar
51	RELATÓRIOS INTERGRUPOS
52	PROPOSTAS DOS GRUPOS
54	DOCUMENTO FINAL: CARTA ÀS IGREJAS
55	Continuidade ao Trabalho de Reflexão

Apresentação

DEPOIS DO ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

De uns tempos para cá, todo ano é dedicado ao problema de uma parcela da população. Assim, tivemos o Ano Internacional da Mulher, da Criança e 1981 foi o ano dedicado à Pessoa Deficiente. Isso serviu para mobilizar a sociedade por meio da máquina publicitária e, de repente, parece que a problemática da mulher, da criança ou da pessoa deficiente passa a existir, pressionando por urgentes respostas. Mas o problema só “existe” por um prazo determinado, enquanto servir para sensibilizar o grande público. Passado o ano internacional, esses problemas deixam de ocupar páginas de jornais e telas de televisão e, para muitos, fica a ilusão de que deixaram de ser tão graves como eram retratados, uma vez que os meios de comunicação de massa já não se referem mais a eles. Foi assim que se falou da criança brasileira, dos 25 milhões de crianças e adolescentes que vivem em estado de abandono ou carência, conforme revelou a Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor em 1975. Terminou também o Ano Internacional da Criança. Como vive hoje a criança brasileira? “Muito mal”, dirão provavelmente aqueles que têm consciência de que o problema é estrutural. “Sem mudanças de estruturas, não há solução”...

... Mas, aqueles que trabalham com crianças e adolescentes de famílias pauperizadas, nas escolas, nos centros sociais, nos orfanatos, nos hospitais e postos de saúde, sabem que o atendimento ao problema dessa população é inadiável, não dá para separar a compreensão das causas fundamentais desses problemas, de esforços para atendê-los *aqui e agora*. Não dá para esperar um dia a sociedade ser mais justa e humana, para então se resolverem esses problemas. Se bem que, na realidade, o trabalho que se faz com crianças e adolescentes possa estar servindo para manter o sistema sócio-econômico e político responsável pela situação dessa parcela da nossa população.

Haveria alguma forma de trabalho social que não esteja aí para camuflar a verdade, apaziguar a nossa consciência, isto é, ser amortecedor de graves tensões sociais para deixar tudo como está?

EXERCÍCIO DE UMA NOVA FORMA DE PRÁTICA SOCIAL COMO METODOLOGIA DO SEMINÁRIO

Durante uma semana, em junho de 1980, um grupo de pessoas procedentes de diversos estados brasileiros e de outros países da América Latina esteve reunido em São Paulo, num Seminário organizado sob a responsabilidade da CESE e a colaboração do Conselho Mundial de Igrejas. Debateram essas e outras questões, num processo muitas vezes doloroso e angustiante de analisar a sua prática social em instituições cristãs, católicas e protestantes.

Foram relativamente escassos os documentos produzidos durante o Seminário. Conforme interrogava um dos grupos “O que queremos levar (do Seminário)? Um documento, um modelo, ou vivenciar uma nova forma de prática social? Optamos pela vivência de uma nova forma de prática social”.

Estávamos conscientes de que não bastaria trabalhar ao nível das idéias, mas forçoso era adentrarmo-nos pelo mundo dos sentimentos, identificando os significados das relações que se estabelecem nos grupos e intergrupos, como representação das relações vividas na prática diária, no trabalho com menores, no contato com as instituições. Daí a ênfase dada à atividade grupal, utilizando palestras e painéis como materiais de referência para fertilizar essas reflexões.

ALGUNS RESULTADOS/PERSPECTIVAS

Cremos ter sido o Seminário uma experiência dolorosa para muitos, mas certamente enriquecedora para todos quantos dele tomaram parte, até mesmo para aqueles que discordaram da orientação imprimida.

É uma experiência que não deve ser interrompida. Urge crirem-se canais para reflexão contínua e intercâmbio daqueles que continuam na difícil tarefa de socorrer o próximo, desenvolvendo uma perspectiva libertadora.

Atendendo à solicitação daqueles que fizeram o Seminário e no intuito de instrumentar esse tipo de reflexão, entregamos este documento a público.

Para que a publicação traduzisse, o quanto possível, o clima dominante no Seminário, as palestras e os debates, depois de transcritos, sofreram apenas algumas modificações indispensáveis para maior clareza dos textos.

OBJETIVOS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A AÇÃO

Não é demais ressaltar que não tínhamos nenhuma intenção de impingir verdades pré-fabricadas aos participantes, nem tampouco manter uma enganosa posição de “neutralidade” diante da realidade em estudo. Já os objetivos propostos e divulgados desde o início do ano, nos convites expedidos aos líderes de igrejas:

1. analisar a problemática do menor no Brasil e em outros países da América Latina à luz do seu contexto sócio-econômico, político e cultural;

2. encontrar formas dinâmicas de participação das Igrejas Cristãs na solução desses problemas,

expressavam a nossa convicção de que é preciso compreender as causas fundamentais dos problemas dos menores e que as Igrejas Cristãs não deviam, não podiam contentar-se com trabalhos de caráter assistencialista.

ORGANIZAÇÃO

Evidentemente, a escolha dos preletores, a organização da bibliografia, a seleção de outros materiais foi orientada pela compreensão que os coordenadores tinham do problema, como fruto de trabalhos teóricos e práticos em que vêm participando.

A tarefa da equipe coordenadora durante o Seminário foi tão somente criar e manter condições para uma prática democrática, onde cada um dos participantes pudesse tornar-se co-autor do Seminário.

Na esperança de que as pequenas sementes contidas neste trabalho espalhem-se e germinem até nos solos áridos, ajudando a

criar mais um sinal de nova vida, que um dia há de tornar-se realidade para milhões de crianças e jovens oprimidos do Brasil e demais países da América Latina.

São Paulo, novembro de 1981.

A Coordenação do Seminário

Coordenação Geral

Tomiko Born
Erivan Alves de Araújo

Coordenadores dos grupos

Erivan Alves de Araújo
Henrique Pereira Junior
João Pedro de Aguiar
Noemí Diáz M.
Tomiko Born

Consultor

Arthur Hyppólito de Moura, Psicólogo Clínico e Social

Documento Preparatório

Seminário sobre os problemas dos menores carentes e marginalizados e a participação das Igrejas na sua solução

INTRODUÇÃO

É a experiência frustrante de muitos que trabalham em programas para crianças e adolescentes em estado de carência, abandono ou com comportamento considerado anti-social, constatar que o seu sacrifício, em empregos mal remunerados e a sua imensa dedicação, até mesmo em prejuízo de sua vida pessoal e de seus familiares, parece levar a nada. As crianças e os adolescentes atendidos por seus programas nem sempre se encaminham para a vida que lhes é apontada como modelo (um exemplo: oitenta por cento da população carcerária do Estado de São Paulo é ex-menor infrator; Tese de Mestrado, Virginia Hollaender, PUC-SP) e o número de crianças em necessidade de atendimento especial cresce de maneira assustadora.

Quando o tempo lhes permite, essas pessoas devem ter questionado seriamente:

Por que esses problemas parecem só aumentar?

Qual o sentido de seu trabalho?

Vale a pena continuar lutando dessa maneira?

Só quem sofreu a pressão diária enfrentada por esses programas, no sentido de atender a novos pedidos de famílias necessitadas, sabe como pode ser dolorosa a crítica que lhe é feita, de se dedicar a um trabalho assistencialista e que a sua atitude é, no mínimo, paternalista.

No entanto, este Seminário começa, justamente pondo o dedo na ferida, ao constatar que um grande número de programas de bem-estar social das nossas Igrejas (Católicas e Evangélicas), caracteriza-se pelo que denominamos “assistencialismo paternalista e imediatista”.

Com isto estamos afirmando que, com freqüência, esses programas empenham-se em atender às necessidades de quem os solicita, sem procurar saber quais os fatores responsáveis por eles, sem investigar as causas reais, menos visíveis. E que, esses programas e os seus agentes, tendem a pensar naqueles que atendam como “o outro”, “o carente”, “o desviado”, a quem é preciso ensinar o que é certo, o respeito, a obediência, enfim conduzir para o *bom caminho da sociedade organizada*.

A partir do reconhecimento dessa realidade e, pressionados pela necessidade de buscarmos formas de trabalho que não sejam meramente paliativas, definimos os objetivos deste Seminário:

1. analisar a problemática do menor no Brasil e em outros países da América Latina à luz do seu contexto sócio-econômico, político e cultural;
2. encontrar formas dinâmicas de participação das Igrejas Cristãs na solução desses problemas.

METODOLOGIA PROPOSTA

Por acreditarmos que cada um dos participantes tem alguma vivência do problema e uma explicação mais ou menos elaborada para o mesmo, estamos propondo um Seminário onde cada um será o seu verdadeiro protagonista. Buscamos, assim, uma experiência de reflexão em grupo sobre as causas fundamentais dos problemas e as formas de atacá-las.

Será um processo que irá exigir, acima de tudo, uma grande abertura de cada um à humildade para deixar as grandes verdades de lado, abertura para expor suas idéias e sentimentos e também ouvir e sentir o companheiro. Talvez um imenso desafio para muitos de nós que estamos acostumados a ser a autoridade, a falar ex-cátedra, e raramente ser questionado.

Processo difícil, mas indispensável. Esperamos que desse receber e dar, falar e ouvir, questionar e ser questionado – um verdadeiro intercâmbio – *resulte um novo saber e surjam pistas para a caminhada futura*.

Como complemento, haverá exibição de filmes e documentários, debates com cientistas sociais, exposição de trabalhos pioneiros com menores e com a população em geral e contato com alguns aspectos da realidade contraditória de São Paulo.

Haverá também uma exposição de publicações e uma pequena venda de obras selecionadas.

O MENOR CARENTE E MARGINALIZADO SEGUNDO ESTATÍSTICAS OFICIAIS

O Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, publicado em 1976, refere-se ao Menor Carenciado como aquele “cujos pais ou responsáveis não possuem condições para atender às suas necessidades básicas” e ao Menor Abandonado como aquele “que não tem pais ou responsáveis para o atendimento das suas necessidades básicas”. Como Menor Marginalizado, costuma-se caracterizar o menor que, além de carente, está envolvido em atividades que podem facilitar seu ingresso na delinqüência ou que já tenha cometido pequenas infrações.

Os dados citados em seguida foram compilados de estudos oficiais e publicados no nº 156 de *Tempo e Presença*, editado por CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).

ALGUNS DESAFIOS

1. 62 milhões de brasileiros – 50% da população têm menos de 18 anos de idade.

2. Em 1976, 41,4 milhões de brasileiros, ou seja, 39% da população eram menores de 14 anos. De 0 a 4 anos – 13,900 milhões, 5 a 9 anos – 13,750 milhões, e de 10 a 14 anos – 13,750 milhões. Deste total 58% viviam nas zonas urbanas.
3. Coeficiente de mortalidade infantil nas principais capitais do país. Para cada 1.000 crianças, morreram: 1968, 80,9, em 1972, 85,8, em 1976, 94,1. Em 1976, em algumas cidades, o coeficiente é: Recife, 126,4; Maceió, 148,2; Aracaju, 149,7.
4. 52 crianças, com menos de 1 ano de idade, morrem por hora, atualmente no Brasil, em consequência da subnutrição.
5. Todos os dias no Hospital Municipal de Belo Horizonte entra uma média de 70 a 115 crianças atacadas de broncopneumonia e desidratação. Todas apresentam problemas de desnutrição e doenças parasitárias.
6. Só 20% das crianças brasileiras até 6 anos de idade recebem qualquer assistência em termos de saúde e nutrição.
7. No período de 1968 a 1970 a falta de saneamento básico, foi responsável em São Paulo pela mortalidade infantil: apenas 29,6% das casas de crianças mortas estavam ligadas à rede de esgotos e 51,5% à água encanada. No Rio de Janeiro, 997 mil domicílios localizados nas áreas urbanas, não têm atualmente instalação sanitária; vivendo nestas condições cerca de 2 milhões de crianças.
8. No Brasil há 12 milhões e 681 mil crianças sem escola, 45% das crianças entre 5 a 14 anos.
9. As crianças, com menos de 14 anos, que estudavam no primeiro grau estavam assim distribuídas: primeira série – 27%; segunda série – 21%; terceira série – 17%; quarta série – 11%; quinta série – 9%; sexta série – 7%; sétima série – 5%; oitava série – 3%.
10. Em média 100 crianças, de até 3 anos, são abandonadas mensalmente nas ruas, hospitais e delegacias do Rio de Janeiro.
11. No Brasil – num total de 48 milhões e 226 mil com menos de 19 anos – 25 milhões, em 1975 eram considerados carentes (os pais não ganhavam o suficiente para o sustento dos filhos) e abandonados (sem pais ou responsáveis). No Norte, 3,83%; no Nordeste, 31,65%; no Sudeste, 42,91%; no Sul, 16,64%; e no Centro-Oeste, 5,08%.
12. No país todo não existem mais de 200 creches para as crianças necessitadas.
13. Dos 800 mil menores abandonados em Minas Gerais, 300 mil só na Capital, apenas 3.248 são assistidos pelos 61 estabelecimentos especializados existentes. São Paulo tem atualmente 3 milhões de menores carentes.
14. Em 1977, no Estado do Rio de Janeiro, existiam 1 milhão 893 mil menores abandonados e a FEBEM (Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor) só tinha condições de atender a 16 mil crianças.
15. Na FEBEM-SP são 45 mil menores assistidos em 1979, diretamente e indiretamente; 2% de infratores; 10% de abandonados e 88% de assistidos por motivo de pauperismo extremo.
16. O governo brasileiro gasta somente 38 milhões de dólares por ano com ajuda ao menor e apenas 11,8% de todos os menores brasileiros recebem ajuda governamental para assistência aos menores necessitados.
17. Em 1969, os “menores delinqüentes”, em São Paulo, chegavam a 5 mil; em 1971, eles já eram 8 mil; em 1973, 10 mil; em 1976, 14 mil; e em 1979 eles somam 18 mil.
18. Em 1978, eles foram responsáveis na Cidade de São Paulo por 80% dos furtos, 37% dos roubos, 50% das ocorrências envolvendo tóxicos e 17% dos crimes contra a vida.
19. Na região de São Paulo existem, atualmente, 1.200 pequenas quadrilhas de menores organizados. Os menores delinqüentes em São Paulo têm em seu poder 10 mil armas mortíferas.
20. Em 1975, 111.812 delitos foram praticados por menores no Brasil.
21. Em 1976, a população infantil economicamente ativa, na faixa de 10 a 14 anos, era de 2.533.112 crianças, mais de 19% das crianças brasileiras desta faixa etária. Das crianças economicamente ativas 55.000 procuravam trabalho.
22. O trabalho do menor de 10 a 14 anos corresponde a 6,5% da força de trabalho no Brasil.
23. 86% das crianças que trabalham não possuem carteira profissional assinada. Na região de Campos – RJ, 3.500 crianças trabalhavam em 1976 sem nenhum contrato e dezenas delas tinham de 6 a 7 anos de idade.
24. 70% das crianças que trabalham têm uma jornada de trabalho de mais de 40 horas semanais. Em 1976, 453.380 crianças trabalhavam mais de 49 horas por semana. No Estado do Rio de Janeiro, 82% das crianças economicamente ativas trabalham mais de 49 horas semanais.
25. Em 1975, as crianças de 10 a 14 anos representavam 21,29% da força de trabalho total na agricultura. O crescimento desta força de trabalho no período de 1970 a 1975 foi de: no Norte, 111,8%; no Centro-Oeste, 82,06%; no Sul, 66,88%; e no Nordeste, 49,94%.
26. No interior do Paraná uma criança empregada como bôia-fria ganhava em 1978, Cr\$ 17,22 por dia, e representava 36% da força de trabalho bôia-fria do Estado.
27. No Brasil, 74% do total das crianças economicamente ativas trabalhavam, em 1976, na agricultura. Os que não trabalhavam na agricultura dedicavam-se a: prestação de serviços, 281 mil; indústria de transformação, 172 mil; indústria de construção, 34 mil; outras atividades industriais, 5 mil; comércio, 133 mil; outras atividades, 40 mil.
28. 50% dos trabalhadores em fábricas de eletrodomésticos, em média, têm menos de 18 anos, e 80% dos trabalhadores na indústria de confecções estão também abaixo de 18 anos e são em sua maioria, meninas.
29. 95% das crianças que trabalham recebem menos de dois salários mínimos.

COMO SE APRESENTAM OS PROBLEMAS

As manifestações mais comuns, do assim chamado "problema do menor", parecem ser as seguintes:

O menor que é abandonado pela mãe solteira ou mulher de conduta "irregular".

O menor que é internado porque os pais não o podem criar, devido a doenças e dificuldades econômicas.

O menor que vive em estado de abandono, dormindo nas ruas, vivendo de pequenos trabalhos, furtos, esmolas.

O menor viciado (álcool, drogas).

O menor infrator.

A menor prostituta.

Trata-se de uma lista preliminar e necessariamente incompleta. (Espaço reservado para o leitor.)

EXPLICAÇÕES USUAIS

Todos quantos trabalham com o menor, especialistas ou não, têm alguma explicação para o problema. Igualmente, as instituições costumam ter sua explicação própria, com base na qual organizam seus programas. Relacionados em seguida, algumas explicações comumente ouvidas:

Decadência de costumes provocada pela modernização da sociedade, atingindo especialmente as mulheres.

Desentendimento entre casais.

Desintegração da família.

Alcoolismo, preguiça.

Falta de responsabilidade, autoridade dos pais.

Baixo nível escolar da família de trabalhadores.

Falta de planejamento familiar.

Falta de religião.

Falta de qualificação profissional.

Falta de solidariedade humana.

Migrações desordenadas.

(Deixamos por conta do leitor outras explicações e análises mais profundas.)

PROGRAMAS MAIS COMUNS

Segundo temos conhecimento, os programas mais comuns são os orfanatos, conhecidos como lares, de acordo com uma denominação mais moderna. Além disso, cursos de formação profissional para jovens de ambos os sexos.

Centros de convivência diurna e creches, para abrigar crianças cujas mães trabalham fora.

Programas de atendimento a população favelada (pais e filhos) para ensino de religião, princípios de moral, cuidados de higiene, nutrição, etc.

PALAVRAS FINAIS

Como viram, este documento não é nada mais do que uma conversa informal, tentando colocar algumas questões e compartilhar um pouco a visão da realidade que está nas nossas cabeças. Esta conversa, esperamos continuar no Seminário com jeito de amor ou de briga, mas sempre com os olhos voltados para os "pequeninos".

São Paulo, junho de 1980.

Programa

SEMINÁRIO ECUMÉNICO SOBRE OS PROBLEMAS DOS MENORES CARENTES E MARGINALIZADOS E A PARTICIPAÇÃO DAS IGREJAS NA SUA SOLUÇÃO.

20 a 26 de junho/1980 – São Paulo – SP

“Deixaí vir a mim os pequeninos, não os embaraceis, porque dos tais é o Reino de Deus.”
Marcos 10,14

“Considero o menor infrator um Profeta, pois, ainda que de uma forma imperfeita, está contestando as injustiças desta Sociedade.”

*D. Luciano – Pastoral do Menor
São Paulo*

20 sexta
10h00m Jantar e Abertura
20h00m Trabalho em Grupo
20h45m Congraçamento

21 sábado
7h30m Café da Manhã
8h30m Introdução. Plenária
8h50m Análise Preliminar do Documento Preparatório. Grupos
10h00m Café
10h15m Grupos (cont.)
11h00m Plenária
12h30m Almoço
14h30m A SITUAÇÃO: DO MENOR/... FACE AO MENOR. Grupos
15h30m Café
15h45m Grupos (cont.)
16h45m Grupos
17h15m Plenária
18h00m Jantar
20h00m Exibição especial do filme “Pixote” de Héctor Babenco

22 domingo
7h30m Café da manhã
8h30m Devocional
9h20m O Menor Carente e o Menor Marginalizado ou as Condições da Vida da Criança Brasileira? Painel
10h45m Café
11h00m Grupão
12h30m Almoço
14h30m UM CONTATO COM AS CONTRADIÇÕES DA PAULICÉIA

23 segunda
7h30m Café da manhã
8h30m A PRÁTICA SOCIAL
1. O Assistencialismo posto em Questão. Grupos
10h00m Café
10h15m Grupos (cont.)
11h15m 2. A instituição, o Agente e os Assistidos
12h30m Almoço
14h30m Grupos
15h30m Café
15h45m Grupos
16h15m Plenária
18h30m Livre
19h00m Jantar
20h30m Filmes ou intercâmbios

24 terça
7h30m Café da manhã
8h30m 3. Reflexão sobre a Prática Social
10h15m Café
10h30m Plenária
12h30m Almoço
14h30m Reflexão Teológica
15h30m Café
15h45m Grupos
16h45m Plenária
17h45m Filme “Um Caso Banal”
18h30m Livre
19h00m Jantar
20h30m Filmes ou intercâmbios

25 quarta
7h30m Café da manhã
8h30m PARA UMA NOVA CAMINHADA
1. Avaliação como Prática Social
10h15m Café
10h30m Grupos
11h30m Grupos
12h30m Almoço
14h30m Plenária
15h30m Café
15h45m A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS. Grupos
17h15m Grupos
18h00m Plenária
19h00m Jantar
20h30m Filmes ou intercâmbios

26 quinta
7h30m Café da manhã
8h30m O CAMINHO DE EMAÚS. Grupos
9h30m Grupos
10h15m Café
10h30m Plenária
12h30m Almoço. Encerramento

Aspectos do Processo do Trabalho

DO PAPEL DO COORDENADOR

Ao longo das preliminares do seminário tivemos uma pergunta básica que nos orientou:

Como fazer uma reunião que proporcionasse ampla participação das pessoas engajadas na prática concreta de atendimento a crianças e adolescentes de segmentos mais pobres da população brasileira, seja numa reflexão sobre a sua prática e onde os elementos teóricos se constituíssem em material para orientar essa tarefa; como evitar que desse encontro as pessoas levassem principalmente *lembranças* de palestras eruditas e poucos desafios pessoais?

Enfocava-se assim uma diretriz básica para os trabalhos em que esse tipo de *participação* buscava meios para uma operação “desalienante”, onde as conclusões e encaminhamentos do seminário representassem mudanças no esquema de reprodução ideológica. Isto se definia, inicialmente, pela inclusão das experiências dos participantes em todas as atividades do seminário e, particularmente, pela oportunidade de negociação de papéis entre instituição financiadora do seminário, coordenadores e participantes. Além disso, incluía-se nessa diretriz, a avaliação do sistema de produção do seminário de maneira a refletir sobre as relações que se desenvolveriam durante a sua realização.

Essa interrogação nos levou a procurar uma assistência especializada. Depois de consultas preliminares ficou acertado que o trabalho em grupos, previsto na nossa organização, seria conduzido com a aplicação do que se entende por “técnicas de grupos centrados no tema”, e que se fazia mister o treinamento de coordenadores de grupos.

Seguiu-se a realização de reuniões semanais do grupo de coordenadores onde se chegou à opção por uma autogestão da preparação do seminário, fundado numa posição de diretividade desta fase do trabalho. A consistência desta posição com a proposta de ampla participação foi materiaizada na abertura do seminário, ao colocar-se o caráter excepcional de sua realização, ou seja, o seu caráter de quase-consulta junto a um grupo de representantes de instituições que apenas se ligavam por atuarem num universo comum. Todavia, nenhuma interdependência organizacional e operacional, possuía.

Criou-se, assim, um espaço para, logo ao início do seminário, definirem-se os níveis de responsabilidade que seriam partilhados pelos coordenadores e pelos participantes, bem como dar origem à discussão do encaminhamento dos resultados do seminário.

A adoção de tal forma de operação, definiu, como essência do trabalho da coordenadoria, a garantia de condições adequadas para o andamento do seminário, bem como atribuir aos coordenadores de grupo o papel de *facilitadores do trabalho* nos grupos e intergrupos. Esclarecia-se, nesta proposta, que não seria da competência dos coordenadores dar parecer ou consultas sobre as análises, diagnósticos e conclusões a serem desenvolvidos.

Este posicionamento era a definição inicial de uma prática regular do seminário onde o crédito do *saber* ou conhecimento da problemática em questão não era confiado somente aos seus coordenadores e palestrantes, mas tomava, como fonte atualizadora básica de tal saber, a experiência dos participantes e as formas de trabalho que se iriam estabelecer ao longo do seminário. Havia, claramente, nesta orientação uma descentralização do *poder* técnico e social dos organizadores do seminário, buscando uma co-participação de todos não só em sua execução, porém, incluindo a discussão da origem e encaminhamento do seminário como item de confirmação, renovação e/ou transformação do compromisso ao se integrar no seminário.

A missão principal dos coordenadores seria, então, favorecer a inclusão da contribuição de todos os membros dos grupos, criando assim um processo de intercâmbio, como base para o desenvolvimento dos trabalhos. Por outro lado, deveria apontar para a necessidade de *integrar* os aspectos lógicos aos emocionais e também enfocar uma análise das diferenças que se estabelecem entre as propostas das instituições e sua realidade prática. O exame e tratamento da integração possibilitou, muitas vezes, uma conscientização das ambiguidades em que os agentes sociais se encontram. Tal procedimento criou oportunidades também, para certificarem-se da atualização das propostas das instituições e da consistência de suas práticas.

Refletindo sobre o papel da coordenação, um dos participantes escreveu: “Não foi a uniformidade o alvo, mas a abordagem crítica fecundou nossa reflexão e, esperamos, também, nossa ação”.

DA CO-AUTORIA DO SEMINÁRIO

Determinado

1 pelo caráter excepcional de sua realização que não se inseriu num programa regular de atividades do C.M.I., CESE e das instituições representadas;

2 pela convocação dos representantes de fala espanhola e pela limitação de tempo, canais competentes ou disponíveis para a inclusão de dados institucionais e depoimentos profissionais referentes às instituições que representavam,

surgiram duas indagações/questionamentos sobre o encaminhamento do seminário:

1 Que resultado deveria alcançar o seminário? Isto foi particularmente colocado em plenária por um grupo: "O que queremos levar? É um documento, um modelo ou vivenciar uma nova forma de prática social?"

2 Por que a não-inclusão de dados sobre a realidade das instituições de fala espanhola? Comentando tal indagação um dos coordenadores registra:

"Já na primeira noite percebeu-se um mal-estar entre os companheiros de fala espanhola, que levantavam questões relativas ao relacionamento entre os países da América Latina de onde vinham e o Brasil. Havia um sentimento de que os coordenadores brasileiros endossavam as tendências imperialistas do Estado brasileiro. Era mister iniciar os trabalhos dissipando qualquer dúvida existente a respeito! Não estaremos, porventura, no mesmo barco? Não estaremos sofrendo, igualmente, consequências dos mesmos problemas? Poderíamos nós, cristãos, estar identificados com qualquer propósito imperialista defendido pelos governantes?"

Fazia-se sentir neste então, a interferência de fatores externos na coordenação do seminário. Reproduzia-se, numa primeira conscientização da organização do seminário, uma correspondência direta entre as relações estabelecidas do Brasil com os demais países latino-americanos, traduzida também numa relação entre agentes e assistidos, organizadores e participantes do seminário.

Uma vez configurado tal quadro pelos participantes, propôs-se a adoção de duas estratégias para o desenvolvimento do seminário:

1 Admitir-se as limitações sob as quais estávamos atuando, optando-se por um "cultivo da imperfeição" como ponto de partida para uma apreensão da realidade, fazendo-se assim melhor uso da oportunidade criada para o seminário.

Isto não representava o uso da *imperfeição* como valor definitivo para a ação. Apontava, porém, para uma condição adversa ao desenvolvimento do seminário que se poderia tornar num *recurso mobilizador* de forças para a sua concepção e realização, à medida em que tal limite — a imperfeição — fosse reconhecido como uma *contradição*. Iniciávamos um trabalho sob condições não negociadas suficientemente por todas as partes envolvidas. Era a opção pela exploração do espaço que o Seminário passava a representar para a discussão do momento histórico que os seus participantes viviam, imediatamente entendido na discussão do seu compromisso de participação.

2 Adotar-se a co-autoria do seminário como base e estratégia do seu desenvolvimento, representando isso:

2.1 Uma consistência com o caráter de quase-consulta de sua realização.

2.2 Uma exploração/utilização do recurso mais atuante e disponível no seminário que era a própria presença, disponibili-

dade e experiência trazidas por todos os participantes e preletores convidados.

2.3 Um investimento no recurso mais dinâmico e multiplicador que eram os agentes/participantes do seminário.

Instalava-se assim um processo de autogestão das informações e do processo de intercâmbio onde a *platéia* não tinha um lugar e onde os *bastidores* tinham apenas uma função que era a de fornecer toda a cobertura para um autodirecionamento dos participantes no seminário.

DOS GRUPOS E INTERGRUPOS

A dinâmica dos grupos seguida dos intergrupos, e mediada sobretudo pelo tratamento dos temas em discussão para discernimento da problemática em questão, bem como para avaliação das estratégias de atuação dos agentes sociais, permitiu que se buscassem não só o cumprimento das tarefas que eram propostas aos grupos.

Face à proposta de um intercâmbio, buscava-se enfatizar a conscientização das seguintes forças que operavam no trabalho dos mesmos:

1 Análise dos valores e conceitos em que o grupo se apoia.

2 Análise das contradições e ambivalências registradas, e dos processos de reforço ou reformulamento dos mesmos.

3 Registro e análise da interferência das instituições representadas no processo de intercâmbio. Aqui se desencadeou, inicialmente, uma conscientização das pressões ideológicas que sofrem os agentes sociais e se revelam na sua forma de atuação. Concomitante ou em seguida a tal processo, desenvolveu-se uma compreensão crítica dos conflitos latentes e às vezes explícitos, porém raramente enfrentados. O seminário foi fértil neste sentido, no momento em que o exercício da análise destas contradições desenvolveu uma consciência mui clara das ambivalências sob as quais se atua, como tal processo desfigura a relação pretendida entre agente e assistido e entre instituição e meio ambiente.

4 Análise do papel dos coordenadores.

O trabalho dos grupos, inicialmente, tinha como fonte de referência o depoimento e/ou relato feito pelo preleitor ao discorrer sobre a sua experiência lidando com a problemática em discussão. Seguia-se o intercâmbio/debate estabelecido entre os participantes e o preleitor, mas as questões propostas pela coordenação do seminário.

Objetivando uma análise e envolvimento não só teórico como também uma inclusão das experiências pessoais perante o tema e as questões encaminhadas para o grupo, adotou-se como estratégia inicial dos trabalhos dos grupos, o desenvolvimento de uma discussão sobre a compreensão do tema em termos de examinar a sua procedência e pertinência. Finalmente, o proposto pelo preleitor e pela coordenação possuía algum sentido e importância para a reflexão dos participantes. De que forma cada membro do grupo entendia a razão/justificativa e orientação da proposta? Buscava-se, neste primeiro momento, dar a palavra aos membros do grupo, de maneira que o tema se tor-

nasce um instrumento personalizado para a ação de cada um, a partir do trabalho em execução no grupo.

Num segundo momento, constatada a procedência e/ou pertinência da proposta, buscava-se a sua relação e aplicação ao trabalho que cada um realizava em suas instituições.

Na etapa seguinte ou quase concomitante à anterior (isto dependente do nível de intercâmbio dos membros do grupo), desenvolvia-se uma análise comparativa das posições/experiências de maneira que descobriam-se algumas práticas que se procurava identificar na forma de abordagens ideológicas e técnicas. Que estas abordagens eram por si reveladoras da forma como se tentava dominar ou transformar a problemática.

Isto configurado, seguia-se uma etapa final do trabalho que buscava a elaboração de uma abordagem encontrada no grupo que poderia representar *um resultado* de sua relação e reflexão ao trabalhar *sobre e com* a problemática, a qual serviria de relato ao intergrupo.

Contando-se com a prática de trabalho dos grupos, a tarefa do intergrupo foi facilitada em sua primeira parte no momento em que cada um se expunha falando da forma e do resultado do trabalho do seu grupo. Desse modo, era o intergrupo o espaço crítico onde não se incorporavam só as conclusões dos grupos. Era também o lugar onde se refletia sobre a forma de trabalho nos grupos, analisando as relações estabelecidas bem como os fatores interferentes.

Seguia-se a um questionamento sobre a procedência e pertinência do tema em discussão, numa perspectiva de grupo do seminário e sua proposta de trabalho. A inter-relação e integração dos membros do intergrupo obedecia a um processo idêntico ao do trabalho dos grupos. Uma vez definidas algumas abordagens técnicas e/ou ideológicas para lidar ou transformar a problemática, buscava-se a elaboração de estratégias de ação para tratamento do problema e/ou definição de propostas de ação a serem encaminhadas à plenária.

Ao analisar o trabalho do seminário, um dos intergrupos fez o seguinte registro:

“Nuestro trabajo tendrá que ser en adelante *Transformador*. No se trata de dejar el trabajo y el compromiso, sino de cambiar el sistema de trabajo.

El Seminario ha tenido las siguientes fases:

a) *Intercambio* y conocimiento de la realidad Latinoamericana (hace falta mayor información).

b) *Reflexión* sobre los trabajos que realizamos: que resultados hemos obtenido.

c) *Confrontación* de nuestro propio desempeño como trabajadores dentro de los marginados, a la luz de la realidad Latinoamericana y del Evangelio.

d) *Reconocimiento* de la necesidad de continuidad de los efectos del Seminario, mediante algún sistema concreto.”

Outro grupo fez a seguinte introspecção:

“En el Camino de Emaús descubrimos dos dimensiones del pasaje bíblico (Lucas 24.13-36)

a) Nos identificamos como cuerpo de Cristo en la responsabilidad de caminar y dar esperanza a quien esta ungido del Cristo viviente.

b) Nos identificamos con los “caminantes de Emaús”, sobre todo en la experiencia de este seminario:

En el diálogo

En la tristeza y desaliento ante las realidades

En el fijarnos, estacionarnos, con miopia considerando solo el pasado, bloqueado el presente, y anulado el futuro.

En el gozo de la convicción de entrega a la búsqueda de la unidad y la práctica de nuestra fe.

A través de la experiencia de este seminario, tomamos mayor conocimiento de:

Que hay datos en la práctica social actual que nos configuran que Cristo vive (verso 34).

Que Jesus Cristo usó el cuestionamiento y la verbalización como parte del proceso de evaluación.

Que es muy natural sufrir el efecto de “explosión” desintegración, aislamiento; desunión, etc, fenómeno común en el carente.

Que es muy natural el “bloqueo” y la percepción de las grandes oportunidades, Cristo entre nosotros, como efecto del estado de crisis.

El respeto absoluto de Jesus a la personalidad de los caminantes de Emaús, facilitándoles el proceso de llegar a una convicción tal que los hiciera regresar con un compromiso, sin importar los obstáculos o impedimentos naturales.”

DOS MARCOS DE UM CONTEÚDO DESENVOLVIDO PELO PROCESSO DE TRABALHO DO SEMINÁRIO

O desenvolvimento dos trabalhos do seminário, permitiu, inicialmente, baseado no intercâmbio das práticas dos participantes, uma análise das causas estruturais e conjunturais que, aos níveis econômico-sócio-político-cultural, tanto determinam como mantêm a problemática do menor carente e marginalizado.

Ao concretizar esta situação, configurou-se o caráter reproduzidor quase que exclusivo e predominante dos serviços das instituições, sempre utilizados eficientemente como um aparelho do sistema marginalizante em que vivemos.

Numa etapa seguinte ponderou-se o papel do agente, técnico que atua junto ao menor, indagando-se “Qual o sentido de seu trabalho? Vale a pena continuar lutando dessa maneira?”, quando, por exemplo, oitenta por cento da população carcerária do Estado de São Paulo é ex-menor infrator (Tese de Mestrado de Virginia Hollaender, PUC-SP).

Um aprofundamento da compreensão das relações que se estabelecem entre instituição, agente e menor, apontou claramente para as contradições e ambigüidades que despersonalizam o agente, tornando-o um simples instrumento técnico para a aparente neutralização dos efeitos do sistema marginalizante. Esta

conclusão desfigurou, portanto, a pretensa ação social humana que o agente objetivava ter, pois descobriu-se pouco atendendo às necessidades da chamada clientela, garantindo apenas a eficiência da instituição e/ou dos órgãos que a financiam.

Buscaram-se, finalmente, algumas referências para um campo de princípios que pudesse reformular os objetivos da instituição, concretizado pelo autodirecionamento do próprio assistido em seu atendimento e facilitado pelo agente interferindo como elemento, cuja relação social terá um caráter mais significativo de transformação, a qual se dará numa opção pelo menor e não pela eficiência da instituição como reproduutora do sistema marginalizante.

A opção pelo autodirecionamento do próprio assistido como princípio norteador da concepção da instituição e reformulador do serviço do agente social será um fator determinante de explicitação dos conflitos atuantes entre agentes, assistidos e instituições. Ambigüidades no desempenho de papéis e muitas contradições na fundamentação de uma política de ação serão marcos e material de trabalho, num movimento de reconstituição histórica e particularmente de definição de um plano de vida. Assistidos, agentes sociais e instituições, ao enfrentarem os seus conflitos estarão acionando o motor propulsor de suas mudanças e crescimento, numa perspectiva de transformação a partir de suas relações.

Menor Carente e Marginalizado/ Condições de Vida da Criança Brasileira?

Edson Passetti

Ao iniciar esta sessão, gostaria de enveredar pelos caminhos que nos levem a uma reflexão. Por isso gostaria de me deter, de forma mais demorada, nos fundamentos da Política do Bem-estar do Menor, empreendida pelo Estado brasileiro a partir de 1964 com a criação da Fundação do Bem-estar do Menor (FUNABEM). Este foi um órgão criado a partir da chamada Revolução de 64 e que funcionou durante aproximadamente dez anos diretamente ligado à Presidência da República, e cujo Presidente, durante esse período todo, foi o Dr. Mário Antelfelder, pediatra.

Eu gosto de começar enfatizando a figura do Dr. Mário Antelfelder porque é através da sua direção que a Política Nacional do Bem-estar do Menor tomará corpo no Brasil a partir de 1964 e até hoje repercute positivamente nos setores oficiais, muito mais do que no problema do menor. Eu gostaria de me deter um pouco, no referencial que norteia essa política do bem-estar do menor no Brasil. Uma das coisas, que a princípio é muito considerada na postura da FUNABEM, é que ela deixou de lado as explicações patológicas e psicológicas sobre o problema do menor e enveredou pela explicação sociológica. Para muita gente esse foi o grande avanço, em termos de política institucional, e valeria a pena questionarmos se o fato de se passar de uma explicação psicopatológica do problema do menor para uma explicação mais sociológica, realmente colabora para se encontrarem alternativas para solucionar o problema ou, se isso apenas representa uma modernização do próprio discurso do poder.

Para a Política Nacional do Bem-estar do Menor as causas apresentadas para o surgimento do problema, vão emanar de sua concepção do que é a sociedade. Esta é pensada como uma estrutura alicerçada na família. A família no Brasil, principalmente devido à política desenvolvimentista após 64, foi paulatinamente se desintegrando, devido ao processo econômico-social de transformação muito rápida, e foi perdendo as suas funções de proteção e de educação da criança. É a partir daí que o menor marginalizado, o menor carente, o menor cenciado – dependendo das circunstâncias usa-se ou cria-se o termo mais adequado – vai aparecer. Delineiam-se algumas variáveis que vão determinar essa condição do menor, cuja família se está desestruturando, perdendo suas funções básicas que seriam a educação e a proteção.

As variáveis básicas apontadas para se entender o problema do menor, na visão do Estado Brasileiro, são: *primeiro a migração*, que é entendida pela relação estabelecida entre o desequilíbrio do setor primário e o setor secundário da economia, e, em *segundo lugar* devido ao *acelerado processo de urbanização e de industrialização* que não permitem o desenvolvimento de amplas políticas de bem-estar social. O migrante, nessa visão, quando chega aos grandes centros urbanos, não consegue adap-

tar-se ao trabalho, não se integrando no mercado por não possuir qualificações para o mesmo. Ao mesmo tempo em que ele não consegue adentrar no mercado industrial do grande centro urbano, há uma necessidade imediata de que a mulher e os filhos venham a colaborar com a renda familiar de alguma forma. A criança passaria a ficar exposta, pela ausência dos pais, aos perigos da rua de um modo geral: o vício, a exploração e a delinqüência. Essa desagregação, esse participar dessa situação de degradação da criança, faz parte de um mecanismo da sociedade, dessa sociedade altamente industrializada, a “quem” se paga um preço pelo desenvolvimento: permissividade (a liberação libidinosa). A permissividade é entendida a partir do momento em que o Estado vem identificar quais são os culpados dessa permissividade: os pais que não conseguem “educar” a criança; e os professores que não os retêm no ambiente escolar. Ao não ter alternativas, nem na família nem na escola, esse menor, vai passar a ser uma presa fácil dos chamados “maus elementos”, os bandidos. Aumentando-se a essa péssima visão de educação dos pais, a fraca atuação dos professores e da escola, o incremento cada vez maior dos meios de comunicação de massa através dos quais vão se emitir mensagens violentas e licenciosas, por meio de filmes, televisão, propaganda etc., essa criança vai-se envolver, num processo de desajustamento social, o qual será proveniente, nada mais nada menos, segundo a Política Nacional do Bem-estar do Menor, da *falta de afeto e de amor da família*.

A criança, vai cada vez mais se distanciando do chamado “processo normal” de formação de valores, de hábitos, da “maioria” dos indivíduos e se afastando desses padrões, de hábitos, valores, desejáveis pelo padrão cultural ocidental. A partir desse momento, a Política Nacional do Bem-estar do Menor proporá uma alternativa: nesse momento só existe um caminho a seguir que seria da mudança da mentalidade das pessoas, através de um processo de educação da família de onde provêm essas crianças e do desenvolvimento de uma ação comunitária. Essa mudança de mentalidade da família, através das ações comunitárias, levaria o menor a ter uma re-formação da sua personalidade, o que garantiria a introjeção nesse menor “dos valores, dos hábitos da civilização ocidental” dos quais ele está cada vez mais distante. Ao se falar de ação comunitária – é comum certas pessoas acharem o termo, uma coisa muito bonita, muito digna. Mas a ação comunitária pode ter um caráter totalmente negativo, quando não for orientada, não tiver um objetivo definido etc. Então, ao estudar essa Política Nacional do Bem-estar do Menor, também havia a necessidade de se entender o que o Estado está chamando por comunidade. Já que ele diz que a sociedade de um modo geral está num processo de degenerescência, então, nós teremos que entender o que é essa comunidade, o trampolim salvador.

Essa comunidade tem por *tarefa* recuperar o menor. Ela aparece definida ora como uma instituição, tendo um sentido estrito, ora aparecerá sendo o centro urbano, de um modo geral, a

grande cidade. Em outros momentos, essa comunidade é geograficamente localizada: é uma determinada forma de instituição, num determinado tipo de cidade com um desenvolvimento expressivo. Mesmo concordando em que esse conceito de comunidade está um pouco difuso — não está nada preciso o que seja comunidade — o que importa é que essa comunidade, não pode ser concebida isoladamente, porque ela é o produto dessa sociedade degenerada. Quer queiram, quer não, qualquer comunidade, qualquer ação comunitária é produzida por essa sociedade. Então para nós fica uma contradição na colocação do problema pelo Estado: como é que as comunidades vão poder mudar a mentalidade das famílias se elas estão imediatamente remetidas à sociedade, sociedade essa que é pensada pelo Estado como algo que está corrompido. Quem a corrompeu? Mas até aqui o problema não acaba sendo colocado pela Política Nacional do Bem-estar do Menor de uma forma clara, por quê...?

Em primeiro lugar constata-se o seguinte: o X do problema na questão da migração, não está na incapacidade da população migrante se integrar ou não no mercado de trabalho, mas na capacidade do próprio mercado de absorvê-la ou não. O que está acontecendo é que no tipo de sociedade em que nós vivemos, ela tende a dispensar constantemente mão-de-obra, e não recrutar todo o contingente populacional disponível, pois ela está muito mais necessitada de recrutar mão-de-obra especializada, altamente técnica. Dessa forma, se nós começarmos a inverter um pouco a equação da Política Nacional do Bem-estar do Menor, não são bem os valores que estão sendo corroídos, mas é a funcionalidade atribuída a esses valores que está realmente corroída, porque os valores, quer queiram, quer não, são substituídos de tempos em tempos. Essa necessidade de se agarrar tão firmemente a alguns valores quando esses mesmos não estão mais tendo a repercução, é indicativa de que eles não mais se viabilizam. Em termos mais genéricos, eu poderia afirmar, que essa Política vai tentar desenvolver os chamados programas preventivos, que atuarão na área assistencial e na área educativa onde o núcleo central da proposta é colocar-se a *diferença existente entre os menores* como uma *diferença de comportamento*. O fundamento desse trabalho preventivo, nada mais será do que procurar elevar o nível de aspiração das parcelas menos favorecidas da população. Nesse sentido, se procura superar o ciclo, esse chamado ciclo da marginalização, a passagem do meio rural para o meio urbano, do trabalho diário para atividades de subemprego, mendicância, prostituição, etc. As atividades preventivas estão voltadas, antes de mais nada, para reforçar uma série de valores que aparecem exteriores ao menor, à criança. Esse processo, chamado processo de marginalização-desmarginalização (em que se encontram essas crianças), ao enfatizar sobremaneira a questão da mudança de mentalidade, a reafirmação dos valores, a diferença entre menores, como diferença de comportamento e, consequente necessidade de revisão da formação da personalidade individual de cada um, poderia levar-nos a algumas conclusões iniciais que talvez sirvam como pistas para discussões. Uma primeira é que esse processo, marginalização, desmarginalização, via ação do Estado acaba, antes de mais nada, servindo para reafirmar a ordem vigente. Mesmo que a criança possua uma estratégia de sobrevivência totalmente diferente que a da instituição, através da disseminação dos valores de um saber próprio de uma classe social — que o menor deve incorporar, repassam-se os aspectos essenciais da ideologia de classe, que é também um dos motores de reprodução da sociedade. Ao pensar um problema, como o problema do menor numa relação causa-efeito, onde os que são combatidos são os efeitos e não as causas — a perda dos valores pela família, a não-integração do pai no mercado de trabalho, a prostituição da mãe como

algo alternativo ou como uma deformação de personalidade — a Política Nacional do Bem-estar do Menor não pergunta o porquê das causas, por que a família perde as suas funções de proteção, por que aumenta cada vez mais o número de desempregados, por que aumenta cada vez mais o número de crianças com problema de carências econômicas, psicológicas etc. Estas colocações iniciais tentam situar como o governo brasileiro, a partir de 1964, querendo com sua proposta de moralização administrativa, desenvolver uma Política de Bem-estar Social, quando as condições sociais e econômicas não criam possibilidades de qualquer política de bem-estar social, discursa objetivamente sua prática autoritária, sob o manto do assistencialismo de gabinete.

Rinaldo Arruda

Vamos examinar um pouco como é o contexto social mais amplo onde se produz e se reproduz essa população de menores carentes, marginalizados, infratores. Vocês viram que o ponto de vista oficial, apesar de tentar uma análise sociológica, acaba caindo, na prática, num trabalho que visa somente eliminar os efeitos do que eles chamam de condicionamentos negativos, que seriam esses processos sociais mais globais. É meio tranquilo para todos nós em geral associar a delinquência juvenil à pobreza. Em geral esses menores provêm da população pauperizada, da parte mais pauperizada da população. Mas é necessário percebermos como essa pobreza se produz, em outras palavras, como é que a nossa sociedade está organizada, como é que ela funciona de maneira que, ao mesmo tempo em que ela está produzindo a riqueza, está produzindo também a pobreza. Essa compreensão da dinâmica geral da nossa sociedade é muito importante para se compreender o problema do menor. O menor como *problema*, é uma coisa recente, quanto o crescimento de assaltos que principalmente a população de classe média, para cima, tem sofrido nos últimos anos. Até aí não era um problema, pelo menos com a importância que tem hoje. Hoje a gente vê, e o filme de ontem (*Pixote*) mostrou muito bem aqueles menores desenvolvendo uma estratégia de sobrevivência baseada no roubo, no assalto. No caso do Brasil houve, a partir de 64 o que se chamou de um processo rápido de desenvolvimento. Realmente, no Brasil, a partir dessa época, a acumulação do capital, o crescimento de riqueza global, deu um salto e esse crescimento da riqueza concentrou-se basicamente no que se convencionou chamar de "Sul maravilha", em contraste com o Norte ou Nordeste pobre. Eu vou dar alguns dados apenas para caracterizar esse "Sul maravilha", mais especificamente São Paulo, e poderemos imaginar em função disso o resto do Brasil. São Paulo é o estado brasileiro mais privilegiado no que diz respeito ao grau de desenvolvimento agrícola e industrial, à renda per capita, e mesmo às condições de vida da população. Por exemplo, a taxa de acumulação do capital, em relação à taxa de acumulação do capital da nação, em São Paulo, em 1972, foi de 44% da taxa global da nação. A participação da produção paulista na renda interna, em relação ao Brasil todo, foi, também em 72, de 35,6%. Por outro lado, o Estado de São Paulo concentra 19% da população brasileira, mas a sua renda per capita em média, é o dobro da renda per capita dos outros estados. Só quero caracterizar que realmente é um estado privilegiado dentro do contexto nacional. E, por outro lado, devido ao alto grau de desenvolvimento tecnológico das empresas paulistas, dos vários setores da produção, há uma tendência à inversão de capital aqui, onde ele tem um retorno mais rápido. Acentua-se, então, ainda mais, essa diferença com o resto do Brasil e São Paulo acaba tendo uma relação de troca com outros estados, em que ele também leva vantagem. É o que se convencionou chamar de colonialismo interno.

Mas essa riqueza não se distribui uniformemente. Por exemplo, a maior parte da população trabalhadora localiza-se nos chamados bolsões de pobreza, na periferia e também no centro da cidade, nos chamados cortiços, casas antigas onde as populações se concentram. É nessas regiões, na periferia e nesses cortiços, em determinados bairros desta cidade, como Bela Vista, Brás etc., onde a densidade populacional é maior, que se localiza o grosso da população trabalhadora. Só em termos de cortiços, nos bairros antigos da capital, existem 615.000 moradores, isto é uma estimativa, apenas dos "Cortiços" (habitações coletivas em casas antigas) dos bairros centrais. Com relação à população favelada, das "barriadas", há uma estimativa de 1 milhão e 800 mil, apenas na periferia de São Paulo. Esses dados ainda não são atuais, não temos dados estatísticos de hoje; esses dados são referentes ao último censo de 1970 e, outras pesquisas, por amostras domiciliares que se fez em 1975. Na situação atual, a tendência é de agravamento. Só nos cortiços da Capital, a média de habitantes por cômodo atinge 3,6, sendo que a quarta parte desses cômodos não possui janelas. Esses dados são poucos e apenas ilustrativos de uma situação global. Existem outros dados. Eu vi que vocês receberam no primeiro dia, um texto em que existiam outros dados, como o de mortalidade infantil e outros mais. Uma coisa que nós surpreende é que em geral ouvimos dizer que o progresso gera empregos, que o progresso traz desenvolvimento, o progresso associado a uma racionalidade maior da produção: há uma acumulação de riqueza maior. Mas, constatamos que quanto mais cresce essa riqueza social, parece que também mais cresce a massa de miseráveis, e parece não ser uma coisa lógica. No entanto ela é lógica, mas não é a lógica da justiça, é a lógica da forma de acumulação de riqueza que caracteriza nossa sociedade. Como é que o capital se acumula, de onde vem essa riqueza? Nós sabemos que a riqueza vem do trabalho, vem da transformação da natureza em bens de subsistência. Como é feito esse trabalho? Nós temos uma situação em que os meios de produzir o que necessitamos são de propriedade de alguns, e a grande massa da população está numa relação de dependência com esses proprietários, por não terem meios de produzir o que necessitam para viver. É nessa relação que se estabelece o contrato de trabalho e, enganosamente, sempre parece que o contrato de trabalho é um contrato entre iguais, entre pessoas livres. O trabalhador, em troca de seu trabalho recebe um salário, que paga seu trabalho. É isso mesmo ou isso é aparência das coisas? Na verdade, o trabalhador ao trabalhar, ao transformar as coisas produz um valor do qual recebe apenas uma pequena parte, somente o necessário para repor a sua força de trabalho, para continuar produzindo mais valor. Esse valor a mais, essa mais valia, vai se concentrando nas mãos do proprietário ou de quem controla os meios de produção. Então, esse é o núcleo da forma de acumular riqueza na nossa sociedade, é uma concentração de capital em poucas mãos. Por outro lado, essas poucas mãos, onde se concentra o capital, estão numa relação de competição, e nessa relação de competição algumas empresas acabam engolindo outras, que vão à falência, etc. Então há um processo de centralização também desse capital, e é daí que nós passamos de uma era em que o capitalismo era um capitalismo de mercado, de produtores independentes, para o que chamamos hoje de capital monopolista, são os grandes monopólios. Nesse processo, na medida em que existe esta competição, essa concentração de capital, existe também um processo sempre renovado de melhoramentos tecnológicos, com racionalização da produção. A outra face deste avanço tecnológico é um processo constante de desqualificação do trabalhador, de milhares de trabalhadores. Por exemplo, no caso dos trabalhadores rurais, que trabalham a terra de uma determinada maneira: eles são qualificados, sabem fazer seu trabalho, produzir seus meios de existência, no entanto com a expansão do capi-

tal no campo, esse tipo de produção é mecanizado, é racionalizado, e o tipo de trabalho que eles fazem não tem mais sentido, em termos do dono do capital. Ele se torna desqualificado, e vai se tornando difícil sua permanência na terra. Está aí a origem das migrações. Essa população que chega nos grandes centros é caracterizada como despreparada culturalmente, mão-de-obra desqualificada que por isso não arruma emprego. Estaria nesta situação porque não estudou, porque os pais não cuidaram dos filhos. Enfim, de repente, se faz uma inversão da situação e fica parecendo que o culpado é o próprio indivíduo. Na verdade, ele só é culpado, porque foi o trabalho dele e de outros, como ele, que permitiu essa formação de riqueza, e que por fim o prejudicou, o colocou fora do próprio mercado de trabalho, ele vai fazer parte de uma massa imensa de população, que é um exército de reserva às ordens do capital. Nas épocas de expansão do capital, essa mão-de-obra desqualificada é usada também. Nas épocas de crise, são os primeiros que são jogados na rua, e por motivos "legítimos": eles são desqualificados, são despreparados culturalmente e tal. No Brasil, nos últimos anos, o processo de acumulação do capital se acelerou baseado numa superexploração do trabalho, provocando cada vez mais a desvalorização do salário real. Nessas condições, mesmo entre os trabalhadores empregados, para manter um nível mínimo de vida, todos os membros da família têm que contribuir para a renda familiar. É aí que a mulher vai trabalhar forçosamente; não apenas por causa do movimento feminista. Forçosamente ela tem que trabalhar. E as crianças param de freqüentar escolas, porque elas têm necessidade de contribuir com a renda familiar e é nesse contexto mais global que a família se desestrutura. Contudo, toda política oficial parece desconhecer essas coisas, pois trabalha ao nível dos valores. Os valores, a moralidade, a ética, são reafirmados, são forjados num cotidiano. E o cotidiano dessa população, é um cotidiano muito conflituoso, muito difícil. Fala-se muito em imediatismo das suas ações. É claro, quem é que tem condições de planejar a sua vida, nessas circunstâncias? Cada dia é um dia que tem que ser vivido. Aí começam a aparecer os menores, que são os filhos desses trabalhadores, que na sua necessidade de contribuir para a renda familiar acabam se envolvendo em atividades quase delituosas, num mercado de trabalho informal, que é vender nos faróis de trânsito, limpar parabrisa, tomar conta de carro. Ele vai entrando nesse mercado de trabalho informal, que também tem um contato muito próximo, com esse mercado de trabalho do crime, do tráfico de drogas e tudo isso. É mais uma forma de sobrevivência. O comportamento geral que esses menores desenvolvem é também muito semelhante ao comportamento dos menores infratores. Como se dá a grande guinada para o comportamento reiteradamente delinqüente? É ter sido pilhado pelos órgãos de repressão ou assistenciais, catalogado e passado pelo processo oficial de recuperação. O filme de ontem (*Pixote*), conseguiu retratar com clareza as opções que o menor tem. Vimos que não é opção, é o único caminho possível que ele acaba desenvolvendo. A gente tem que ter muito cuidado, tem que ter muito claro que o problema, não é o problema do menor *apenas*, é um problema muito mais amplo, e aparece como problema do menor, porque é um menor que de repente leva sua bolsa, aponta-lhe um revólver. Há um desvio do problema, não que o menor não seja um problema, ele é, mas se vemos o problema do menor apenas enquanto ele, menor, perdemos toda a possibilidade de descobrir alguma forma de estar resolvendo isso. Porque não adianta: o trabalho assistencial em si é bom a nível do indivíduo, só que ele não cessa a criação de milhares e milhares de novos menores. É um trabalho que não vence, não rende. Todo mundo que trabalha com o menor, já deve ter percebido isso. Só queria chamar a atenção para esse quadro geral, esse contexto que é muito importante para se entender esse problema.

Maria Nilde Mascellani

Geralmente se espera do educador que ele aponte “o que fazer”. Evidentemente não há receitas e não há respostas prontas; gostaria apenas de dividir com vocês algumas questões que nos preocupam e que temos partilhado com vários grupos que atuam com menores aqui em São Paulo e em vários pontos do Brasil. Há pessoas mais credenciadas do que eu para fazer isso por que têm uma prática cotidiana e mais profunda do problema. Tenho dois exemplos na mente que poderia passar a vocês; a partir desses exemplos que são histórias, mas que são fatos, poderíamos tirar algumas inferências para nossa análise educacional. O primeiro exemplo se refere a um grupo de menores do sexo feminino, que dentro da Política do Bem-estar do Menor em São Paulo, de 1960 para 1970 foi apanhado na cidade e em alguns bairros mais distantes do centro; são menores que não tinham família ou pertencentes a essas famílias chamadas desagregadas; menores que perambulavam pela rua, pediam esmola, iam em busca de alimentos sendo que algumas estavam iniciadas na prostituição. Depois de passarem pelas instituições de menores de São Paulo, pelos setores de triagem e de seleção, eram encaminhadas para colégios particulares, e em grande parte, colégios religiosos. Vou voltar um pouquinho para lhes contar como encontramos esses grupos de menores do sexo feminino, essas meninas e mocinhas, num colégio de religiosas. Primeiramente, elas se negaram a responder a uma pesquisa de caráter educacional que era feita naquele colégio para todo o conjunto de alunas. No momento em que elas tomaram essa posição, nos pareceu que era muito importante aprofundar uma análise com esse grupo, não tanto porque devéssemos fazer uma pesquisa naquela escola, mas porque era importante captar a realidade dessa parte da clientela escolar. Então foi através de reuniões, de sessões de grupos que essas meninas nos colocaram questões sobre a sua situação; convivendo na cidade grande, deveriam ir para a cidade do interior, onde não tinham liberdade de circular pelas ruas ou sequer freqüentar o Largo da Matriz, o largo da igreja principal. Acho que vocês sabem que o Largo da Matriz nas cidades do interior é o ponto de encontro da população, principalmente nos fins de semana. Outra questão colocada é de que elas não tinham liberdade de circular por todas as dependências do colégio. Alguns compartimentos eram reservados às outras alunas e somente numa parte desse prédio, estas meninas podiam permanecer, ironicamente, numa ala denominada “lar”. Por que as alunas deste colégio, em sua maioria, tinham possibilidades de estudar, de comprar livros, de participar melhor das aulas, com mais espontaneidade e não se comprometiam com a limpeza do colégio, com o lanche que era fornecido para todas, com os serviços de jardinagem externo e interno e até com a lavagem de privadas, nos sanitários? Por que é que tudo isso sobrava para elas? Na realidade se sentiam empregadas domésticas ou faxineiras da instituição e tinham a clareza de que em troca do estudo, ou das supostas condições de bem-estar que lhes eram fornecidas, elas deviam de alguma forma ser mão-de-obra para sustentar muitos serviços do colégio e assim, favorecer outras meninas da mesma idade que freqüentavam classes escolares semelhantes, mas que tinham condições sócio-econômicas muito acima delas, extremamente favoráveis. As meninas nos diziam: nós gostaríamos de ter pelo menos a liberdade de mudar um vaso de planta do lugar. Vejam, como isto poderia nos colocar uma reflexão profunda do que elas entendiam por liberdade e por circulação, quer dizer, o fato de colocar a água todo dia nos mesmos vasos de antúrio, de gerânicos, de miosótis, de violetas, etc., essas folhinhas graciosas que a gente vê pelos colégios bem tratados, era alguma coisa que irritava essas meninas; por que elas não podiam mudar o vaso do lugar, a planta do lugar, por que elas não podiam ir ao pátio no horário que quisessem?

(que era o horário de intervalo das outras?). Bem, quando se discutiu com essas meninas, não só este problema, de liberdade, mas como elas viam os problemas mais profundos de sua vida, quase sem perspectivas, apontavam a idéia de desamor, falta de afeto, falta de apoio; elas não acreditavam absolutamente na franqueza de uma amizade, na solidariedade de quem quer que fosse, a não ser do próprio grupo congenial, quer dizer, do grupo delas, da mesma idade e congenial também pelas características sociais. Desacreditavam totalmente do cristianismo do colégio religioso, aquilo não tinha nada a ver com o que elas poderiam entender ser a justiça pregada no Evangelho. Elas tinham vontade de fugir e algumas tinham vontade de se matar porque não viam, mesmo na fuga uma possibilidade de sobrevivência. Algumas nos diziam: se nós fugirmos daqui vamos ser apanhadas pela polícia imediatamente e vamos voltar à cadeia; aí vamos apanhar, vamos ser torturadas, enfim, nós não vamos ter o que comer e mais adiante estaremos voltando para cá, para esse mesmo colégio ou para uma situação parecida. Devo dizer, para ficar bem claro para vocês que essas meninas quando são apanhadas pela polícia em situação de rua, são extremamente maltratadas; são torturadas no estrito sentido do termo, quer dizer, desde violentadas sexualmente, tendo suas cabeças raspadas, sendo espancadas, colocadas em celas solitárias, colocadas nuas; então é uma experiência de vida muito profunda e muito dolorosa que nos atinge a nós educadores, psicológos, antropólogos e todos os estudiosos enfim da pessoa em relação à sociedade; deveríamos nos perguntar se temos a condição de chamarmos a esses seres humanos de crianças e de adolescentes, na medida em que todas as teorias pedagógicas ou psicológicas definem a criança e o jovem dentro de determinados padrões, que são padrões de outras sociedades economicamente desenvolvidas, com uma distribuição de renda, ou mais equitativa ou com condições materiais mais favoráveis; enfim, são países europeus ou países da América do Norte, que nos fornecem os padrões de estudo; quais os referenciais para se definir o que é criança, o que é adolescente, o que é adulto entre nós? Se passarmos para os países do Terceiro Mundo e para nossa realidade, chamada (vamos dizer dentro da nossa discussão aqui) de realidade de marginalidade, não teremos mais esses referenciais: a criança que precisa se defender, as meninas às quais eu me referi e que vivem essas experiências já não são mais crianças nem adolescentes; a gente poderia dizer que elas são superadultas, na medida em que ultrapassaram o limite de vida e de resistência do próprio adulto, quer dizer, do adulto que está em condições, pelo menos, medianas de bem-estar. Estas meninas, quando indagadas, sobre o que elas imaginavam poder fazer, se alguém pudesse colaborar com elas numa saída desta situação, responderam que pensavam se organizar em pequenas repúblicas (república é o termo que nós usamos para designar agrupamentos de jovens estudantes que moram juntos e que estão distantes das suas famílias, que alugam um apartamento, ou uma casinha ou alguns quartos). Elas não usavam o termo república, mas diziam assim: “a gente pode sair, a gente pode ir trabalhar e a gente vai morar junto”; então morar junto era muito importante para elas, para que guardassem aqueles laços de solidariedade, para que uma pudesse apoiar a outra; elas pensavam em trabalhar e tinham clareza também da discriminação que iria acontecer pois a discriminação já era suficientemente vivida. Quando perguntamos se elas iriam viver sozinhas, ou se elas pensavam em algum adulto (no sentido estrito do termo) que pudesse viver com elas, responderam que sim, desde que fosse uma amiga, extremamente solidária, e que até, poderia ser uma freira, desde que essa freira tivesse na linguagem das meninas, “coragem” de sair com elas à rua, não para a procissão de Corpus Christi, nem do domingo de Páscoa ou para a noite de Natal, mas fazer “footing” no largo da Matriz; na cabeça delas

cabia que até de hábito daria para fazer "footing". Elas não estavam preocupadas com as aparências, mas com a sensibilidade humana. Numa linguagem mais comum poderíamos dizer, coração; quer dizer, coração aberto. Esses são os valores, os padrões e as pistas que elas mesmas indicavam para uma saída de sobrevivência; no seu código, liberdade não acontecia dentro de uma instituição. É quando a gente perguntou se lá podia entrar homem ou não, se elas iriam namorar, responderam que "tudo bem", "era legal", mas que não "era qualquer um, não". E para não haver nenhuma crítica à casa delas, para que não pensassem que a casa fosse outra coisa, uma casa de prostituição ou um bordel, elas só permitiriam o namoro no terraço de frente. Há realmente muito o que pensar sobre esses dados todos.

O segundo caso é o de um rapaz que viveu o tempo todo numa instituição de menores em São Paulo. Um rapaz de cor parda, de família desconhecida, pai e mãe desconhecidos, que foi colocado desde pequenino num instituto de menores do Tatuapé (hoje faz parte da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor). Isso foi há alguns anos trás e hoje esse menino deve ter aproximadamente 30 anos. Foi detido várias vezes pela polícia e, numa das vezes, o motivo foi que ele arrebentou os vidros de 8 viaturas do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Arrebentou porque estava drogado. Não foi um ato de coragem, intencional, como se ele dissesse: "eu não gosto da polícia, vou lá e quebro os vidros; se eu quebrar os vidros de 8 viaturas, evidentemente que elas não vão funcionar e com isso a polícia fica prejudicada na sua ação, pelo menos por alguns dias, até que os vidros sejam repostos"; nem ele tinha idéia dos desdobramentos do ato! Não foi nada intencional, mas fruto do estado que ele estava vivendo. Então, esse jovem é colocado numa situação de prisão das mais precárias que existem no DOPS, que é a solitária, ao lado de uma pessoa que estava em condição de prisão política, uma mulher com a qual ele consegue um diálogo extremamente profundo. Ele, que havia sido colocado junto, nesta cela, sob ameaça de ser usado como elemento de violência sexual em relação a ela, conseguiu conversar como "gente grande", na nossa linguagem. Conseguiu conversar profundamente como ser humano; no momento em que esta mulher lhe diz que se interessava muito pelo problema de menores (pois ele havia lhe contado toda sua vida), respondeu que ela não precisava mais lhe dizer o motivo pelo qual estava presa. Ele havia perguntado várias vezes, e ela não queria revelar o motivo. Então, "a senhora não precisa dizer o motivo"; se essa mulher se interessava por menores, a coisa mais lógica, mais coerente, na cabeça dele, era, ela estar trancada na cadeia.

Eu queria raciocinar um pouco com vocês. Esse rapaz que teve uma escolarização precária, que foi a escolarização do Juizado de Menores, saiu sem nenhuma capacitação profissional ou ocupacional, porque de nada lhe adiantou aprender a fazer colchão de crina, ou vidraria ou gráfica. Ele saiu com 18 anos, com a mala na mão, sem emprego, sem documento, sem família e, evidentemente só foi recebido nas rodas de jovens que estavam nas mesmas condições.

A gente costuma subestimar a capacidade crítica social dessa faixa de jovens, assim chamados "marginalizados" ou até "infratores", mas grande parte deles (eu não diria todos, pois não temos a segurança de um trabalho mais elaborado para afirmar, assim) é capaz de perceber, pelo menos intuitivamente dentro de um processo empírico em que vão somando as experiências de vida, isso tudo que meus colegas de sociologia já colocaram quanto à estrutura da sociedade na qual vivemos. Por que justificara ele a prisão daquela mulher na medida em que ela disse estar identificada com a causa dos menores abandonados? Por-

que ele via coerência. Isto é, quem defende oprimido, quem defende o menor, infrator, quem poderia defendê-lo, só poderia estar naquelas condições. Então, ele não via essa pessoa dentro de outro quadro e quando foi questionado sobre isso, respondeu: "quem defender de fato e estiver em liberdade, está errado". Por mais que ela dissesse que não estava errado, tentando explicar que havia outro lado nesta história, ele mostrava pela lógica da repressão que "a coisa era assim mesmo". Deixo aqui para vocês algumas questões para reflexão. Até que ponto o encaminhamento educacional ou pedagógico dos menores com essas características, com essas condições de vida, realmente vai ser coerente em termos de concepção de pessoa, de compreensão de educação e de compreensão do que é justiça, colocando esses menores em instituições? Sejam essas instituições nossas escolas, públicas ou particulares, onde eles poderão entrar para se instruir, sejam as instituições que já estão criadas ou que vemos criar, acreditando que nesta nova forma, que não deixa de ser uma reforma daquilo que vem sendo feito, realmente poderemos encaminhar de um modo muito mais satisfatório a questão do menor.

Paulo Michalizien

Ser o quarto a falar é uma vantagem, porque mesmo não tendo sido tratado o problema específico da saúde, a análise desta situação parece que fica mais ou menos esgotada com o que os meus antecessores colocaram. No entanto, acho importante apresentar alguns dados do ponto de vista específico da saúde, que podem facilitar a nossa reflexão nos grupos.

Inicialmente, gostaria de dizer que a conceituação da questão da saúde vai depender, outra vez, da forma e do prisma pelo qual a encaramos. Isto porque a questão da saúde também está ligada ao problema de classes. Segundo uma experiência que a gente tem vivido na região de Goiás, a gente percebe que o povo vê a questão saúde a partir do prisma de sua situação de doença, enquanto que a classe dominante vê a questão doença do ponto de vista da sua situação de saúde. Vou explicar com uma colocação feita por um trabalhador de Goiás, um lavrador, num dos encontros de saúde. Ao ser perguntado o que entendia por essa questão e como conceituava saúde, ele respondia: "Moço, mas pobre não adoece não; pobre já nasce doente e vai morrendo pela vida afora". Sendo assim, eu gostaria de comparar duas situações. Trago aqui para vocês alguns dados e, em seguida, vou colocar a transcrição de uma entrevista feita com um trabalhador. As condições de saúde do Povo Brasileiro, tomando como referencial os seus indicadores, mostram uma realidade bastante crítica, que vem se agravando de ano para ano. Por exemplo, a mortalidade infantil de 0 a 1 ano é de 90 por 1.000 crianças nascidas vivas. Mais da metade dessas crianças morre de doenças infecciosas, intestinais ou respiratórias. A maior parte delas é desnutrida e provém de famílias de trabalhadores assalariados que moram em locais carentes de recursos. Em São Paulo foi observado que, justamente no ano em que o salário mínimo dos trabalhadores tinha o maior poder de compra, o coeficiente de mortalidade infantil caiu ao nível mais baixo, de 72 por 1.000.

Em relação à Esperança de Vida, segundo o anuário estatístico médico, o tempo médio de vida de um brasileiro está por volta de 56 anos (em 1976). Porém, se esse cidadão for um operário ou um trabalhador rural, essa taxa média cai para os 28 anos. Isso vem mostrar que o risco de trabalho no Brasil é altíssimo. No Brasil, segundo dados oficiais, existem 10 milhões de doentes, portadores de Mal de Chagas; 15 milhões de portadores de

esquistosomose; 60 milhões de tuberculosos; 90 milhões de portadores de verminoses; 15 milhões de doentes mentais; 9 milhões de crianças até 5 anos desnutridas. Somando esses dados, verifica-se que o número de doentes é maior do que o número de habitantes. Isso comprova que cada brasileiro tem, em média, mais de uma doença.

No Brasil, ainda ocorrem 15 milhões de acidentes de trabalho por ano, o que significa que se acidentam 12 trabalhadores por minuto, considerando as horas de trabalho diário em regime de 6 dias semanais. Esta observação relativa a acidentes de trabalho não enfoca o problema na zona rural, pois não há mecanismos de controle desses dados.

Ao lado disso, eu queria colocar uma análise feita por um trabalhador: "Esse povo lá de cima, esses grandes que mandam em tudo, até no governo, se for mesmo olhar bem, eles é muito vivo. O que ele está dizendo por aí é quase a mesma coisa que nós. Que o trabalhador está fraquejando, com a família passando pressão das coisas, que a carestia está um absurdo. Eles também está falando da nossa doença, dos nossos menores. Eles estão dizendo quase as mesmas coisas que nós. Só que quando chega o ponto de comentar porque é que o povo está doente, que eles não contam a mesma história que nós, não. Eles joga a culpa toda é no pobre do trabalhador. Eles esconde a raiz do timbete (uma praga de roça), que é para essa praga voltar de novo. Então eles fala que essa doença do trabalhador é por conta dele andar descalço, não tomar água de filtro, não fazer horta, não limpar a casa, não fervor o leite e a água, não fazer o que os médicos mandam. Não fazer o que *elas* acham que é bom para nós. Eles tiram a culpa da situação que está aí, massacrando o trabalhador e diz que ele é culpado porque é vagabundo, porque não trabalha e não zela da família. E a solução que eles vai contar para nós, elas não chega a mudar nada da situação que está aí, fazendo o pobre adoecer".

Eu queria dar mais uma outra conceituação que é dada lá, e que a gente captou na nossa atuação em saúde com relação à proposta de trabalho. Alguém falava assim com relação aos profissionais da área de saúde. "Médico, médico não é profissional de saúde não. É da doença. Porque saúde? Isso é tarefa nossa".

Eu gostaria de acrescentar um dado ainda. É uma experiência vivida por nós que parece que serve como parâmetro de análise e de avaliação para nossas práticas aqui, mesmo com relação ao menor. (Eu gostaria de recomendar a leitura do caderno "O meio grito", uma experiência que vivemos de pesquisa participante, em que o povo falou sobre as suas condições de saúde). Eu gostaria de ler o que uma companheira nossa de trabalho falou sobre a nossa prática. Acho que serve para ajudar nossa reflexão.

"Uma coisa muito importante era quando as pessoas fazia aquelas perguntas sobre os Direitos. Então a pessoa falava: — eu queria falar sobre o Direito assim, assim. A gente, então, já sabia logo o tipo que ele queria saber, e ia lá na folha de Pesquisa e escrevia o que é que ele não sabia. Ele já ficou sabendo que uma resposta vai vim. E, de qualquer maneira, ela tem que vim. E eu acho que isso aí (essa resposta), já é um meio grito.

Uma outra pessoa chega e faz uma outra pergunta sobre um outro Direito do Povo. Ela fala: — eu queria saber isso, assim, assim. É outro, então, já não é aquele. E é uma outra pessoa que já tá querendo saber. E, às vezes, é até em outro lugar. É mais um meio grito.

Quando vem a Cartilha, daí ele vai ficar sabendo o que é que significa esse direito. Lá vai contar o que ele ainda não sabia e queria saber. E ele, então, vai ter mais uma força pra gritar, lá na frente, qualquer coisa que tá aí, prejudicando ele agora.

Então o meio grito é mais uma força pra juntar, mas que não é o grito inteirado.

Ele junta o meio grito dele, com mais o do outro, e junta com mais outros que tão em outro lugar. Assim, um dia ele vai poder dar o grito inteirado. Mas esse ele não vai poder dar sozinho não.

O grito inteirado é quando o Povo todo souber que tem aqueles Direitos. E, que se ele está sofrendo isso, não é aquela história de dizer que é porque Deus quis, não. Mas que se ele tá sofrendo desse tanto, é porque tem um lá em cima que tá pisando ele, e que vem pisando, vem pisando, pisando de lá até cá.

Quando o Povo ficar sabendo disso, quando ele ver essas coisas com os olhos dele, então essa é que vai ser a maior força. Porque daí ele vai reagir.

A maior parte do Povo ainda não sabe essas coisas. Então não tem condição de dar o grito inteirado. E uma coisa que a gente tá enxergando dentro dessas pesquisas, é que por enquanto elas tá pegando o Povo assim, de sopetão. Então a hora que chegar o ponto de conseguir todos eles novamente com essas cartilhas na mão, aí eles vai criar, cada um, um pedacinho de esperança, cada qual um meio grito. Talvez daí vai ficar mais fácil, porque é mais gente que vai forçar.

Mas é devagar que o Povo vai juntando os meio grito. É devagar que vai nascendo qualquer coisa forte no meio de nós. É o grito inteirado". E esse tem que ser o objetivo de nossos trabalhos".

Plenária

Quando o primeiro expositor falou da fraca atuação da professora brasileira, eu não sei em que contexto fez essa colocação. Gostaria de referir-me a um pequeno gráfico que achei no jornal que indica a baixa remuneração que ela recebe, que a faz atuar de uma forma bastante fraca e, consequentemente, sentir-se pouco valorizada. Nos cursos que damos a professores (em Curitiba) notamos que só havia três homens atuando como professores do curso primário. É impossível um homem casado sustentar a sua família com essa remuneração. Outro fator que causa a fraca atuação da professora é a politicagem enraizada no sistema educacional. Ela é como um câncer que não se localiza num ponto do corpo e por isso não pode ser extirpado. Outra causa da fraca atuação da professora é a falta de critérios para admissão de professores no quadro. E ainda, o pacote educacional apresentado é grande demais para a criança brasileira. Enquanto uma criança holandesa leva seis anos para aprender esse pacote intelectual, a criança brasileira tem de fazê-lo em 4 anos. Lá isso é feito em dois períodos, de manhã e à tarde, enquanto que aqui, é em um período de três horas e mal e mal em 200 dias. Há, portanto, uma inflação no pacote apresentado à criança brasileira. Nesta corrida monstruosa, milhares e milhares de crianças perdem o fôlego e não podem acompanhar. Portanto, está aqui uma dessas causas da reprovação do primeiro ano. Em 76, em Belém, 60% das crianças foram reprovadas, dando o primeiro passo para a inadequa-

ção e a marginalização. O próprio pacote é muito mal composto: há um excesso de verbalismo e conteúdos que seriam desnecessários para a criança da zona rural, enquanto adequados para a da zona urbana. Um dos principais remédios para evitar o crescimento da marginalização do menor está no campo educacional. Outro motivo que se poderia acrescentar é que as razões que levam a criança, pelo menos de Curitiba, a ir à escola está no fator fome. É conhecido que pelo menos na periferia, 50% da população escolar vai à escola somente por causa da merenda escolar. O pacote didático está nas mãos da indústria do livro didático. É impossível modificar essa indústria que produz livros alheios à realidade brasileira. Para mim a solução do problema do menor exige uma radical reforma do ensino, muito mais realístico e com mais esperanças para a criança.

Edson Passetti

Concordo inteiramente com seus comentários a respeito da situação do professor. Contudo, para quem formulou a Política Nacional de Bem-estar do Menor, o professor também é um dos culpados do problema do menor marginalizado, justamente pelo fato dele não conseguir segurar a criança nas escolas. Independente do "pacote", das alternativas educacionais que você levantou, o problema é que a criança vai à escola para a *merenda escolar*. Então, o professor não tem como segurar as crianças, porque não são os valores que estão corroídos, mas a sua funcionalidade. O professor não vai segurar os alunos na classe, porque eles não vieram para aprender e sim para comer. Para essas crianças a escola é uma alternativa para a sua sobrevivência física. Mas conforme a Política Nacional do Bem-estar do Menor, o professor, além de mal remunerado, é culpado.

Maria Nilde

Acho que o Edson colocou o principal. No entanto, o colega professor deveria ver isso com vistas mais críticas, quando conclui que a merenda é ainda o último elemento que segura a criança na escola. Seria necessário considerar mais um dado; no caso do Paraná o programa de merenda é patrocinado pelo próprio Sr. Ney Braga, que é o proprietário da empresa que fabrica as merendas. Há aí uma relação que já não é nem assistencialismo; quando uma pessoa que é ministro, governador de Estado, e dono da política local é também o dono da empresa que fabrica a merenda que "segura a criança na escola", tudo o mais é possível, não? Veja aí, o professor, é o último dos responsáveis.

Plenária

Eu gostaria de refletir um pouco em cima da colocação da nossa colega a respeito do colégio e da resposta da Maria Nilde de que o mesmo foi fechado. Existe dentro das igrejas, de todas as igrejas, uma ilusão integrationista, de poder trabalhar tanto com as crianças da classe média, quanto com crianças da classe pobre, porque todas são crianças. Isso não existe. Ou você faz opção por um ou opção pelo outro; não se pode colocar num colégio burguês, crianças da periferia. Isso pode funcionar bem a nível do Evangelho, num posicionamento menos crítico. Mas se a gente vê o Evangelho num posicionamento mais crítico, a gente tem de fazer uma opção clara. Tentar

integrar pela via educacional é mais grave ainda, porque ideologicamente isso funciona como um amortecedor de contradições.

Paulo Michalizen

Em Goiás Velho existe, desde 1940, um orfanato tradicional na cidade. E, à questão de 10 meses, ele foi fechado por descompasso entre a prática da igreja e a prática institucional desse orfanato. Nessa instituição, que era só de meninas, o próprio estatuto dizia que um dos critérios para avaliar se as meninas estavam em condições ou não de deixar a instituição, era verificar se elas estavam ou não em condições de trabalhar em lares das famílias católicas da cidade (sede da Oligarquia de todo o Estado). Então, o orfanato as preparava, ensinando a bordar, a costurar, a cozinhar, etc. E, ao saírem, elas se "integravam" nessas famílias.

Plenária

Eu quero enfocar o assunto somente pelo aspecto pelo qual eu vim até aqui, que é a igreja face aos problemas do menor. Dentre aquilo que foi dito houve algumas coisas que me impressionaram bastante. Uma delas é de que as crianças não reconhecem o Cristianismo nas instituições em que estão. O segundo foi uma frase mais ou menos assim: se o encaminhamento dos menores carentes para as instituições é compatível, é coerente com a finalidade de resolver o problema desse menor. Eu considero que essas instituições que nós temos, com todas as suas falhas, seus problemas, são ainda uma das armas que nós temos para enfrentar esses problemas. Então, eu gostaria que nós não enfocássemos isto como às vezes foi enfocado aqui, como paternalismo, assistencialismo e reformismo, quase que como algumas palavras pejorativas, mas que nós encarássemos isso como uma arma que nós temos. Vale a pena pensar em melhorar essa arma, essas instituições para que elas funcionem melhor e atinjam os objetivos que devem atingir. É finalmente, uma outra coisa que tem sido levantada aqui, com a qual concordo é o seguinte: é a conscientização da igreja e que não é verdade de que Deus quer assim. É preciso haver um estímulo para que as igrejas considerem o problema de assistência social como uma forma de aprimoramento cristão.

Rinaldo Arruda

Eu só gostaria de fazer um comentário sobre a última coisa que foi dita com relação à instituição como solução do problema do menor. Essa discussão tem dois níveis: uma coisa é a gente fazer crítica sobre o funcionamento de instituições específicas, então dizemos esta instituição está funcionando mal, por isso e por aquilo. Até se pode encontrar instituições que estejam tentando caminhos mais propícios para a solução. Mas existe uma situação de fato que na população brasileira existem 25 milhões de menores carentes. Eu me pergunto que instituição vai receber toda essa gente? Vamos institucionalizar a população brasileira? Um problema dessa dimensão não pode ser resolvido a nível de instituição. A instituição pode até, em determinadas situações funcionar muito bem e até, talvez, resolver casos individuais, dez casos, mas tem mais alguns milhões que estão sendo reforçados todos os anos. Então, é para essa dimensão do problema que quero chamar a atenção de vocês.

Plenária

Seria possível discutir algo sobre emprego e desemprego para completar o quadro da situação brasileira.

Rinaldo Arruda

Para isso seriam necessários dados estatísticos mais completos que eu não tenho no momento.

Em relação ao subemprego ou empregos ocasionais pode-se dizer que existe um processo de rotatividade de mão-de-obra que é muito usado na construção civil, nas indústrias: o indivíduo nunca consegue ficar muito tempo na mesma indústria, ele é despedido, talvez contratado algum tempo depois por outra indústria e com salário rebaixado. O nome, do ponto de vista do patrão dessa "ciência" é Recursos Humanos, que na verdade, é uma catalogação da mão-de-obra existente e planejamento de sua utilização. Neste sentido, o trabalhador com cerca de 35 anos já é um pouco idoso para o mercado de trabalho e acaba ficando desempregado sempre e desenvolve um tipo de trabalho, de subemprego que vai desde vender amendoim, pipoca, chocolate, ou organizar as crianças para esse tipo de trabalho. Esse subemprego está muito próximo dos atos considerados delinqüentes pela legislação, pois ambos ocupam o mesmo espaço social.

Plenária

O índice de rotatividade no Brasil é de mais ou menos 4 operários entre 10, ao passo que em outros países é de 3 em 100.

Plenária

Gostei muito das colocações feitas. Eu venho de Belém (Capital do Estado do Pará – Região Norte), onde esse quadro é muito mais negro ainda, onde nós sentimos na carne o colonialismo interno, onde os posseiros são expulsos de suas terras pelas grandes empresas e vão fazendo com que as cidades se encontrem numa situação de calamidade, onde mais de 50% da população ativa está desempregada ou no subemprego, onde há 180.000 menores extremamente carentes, numa população de 1 milhão de habitantes. Diante disto e da política do menor apresentada pelo governo, teríamos que pensar seriamente no fato que muitas vezes, nós de igreja, em nossas ações nos tornamos instrumentos dessa política. A política do menor é levada através das nossas obras, com os nossos meios, por múltiplas formas de ligação e de dependência. Muitas vezes para mantermos nossas obras precisamos depender do governo e este não dá nada. É preciso que nos convençamos que precisamos desenvolver uma ação alternativa através do nosso trabalho. Seja lá qual for, mas uma alternativa, que seja um trabalho de base, atingindo as causas, atendendo também os casos, mas através dos casos, fazer um trabalho mais aprofundado, de base, procurando esclarecer mais o povo sobre essas causas. Acho que devemos fazer uma análise sincera, severa e corajosa, até que ponto, nós como igreja estamos sendo instrumento para que o governo implante a sua Política do Bem-estar do Menor.

Maria Nilde

O Pe. Bruno tocou num ponto para o qual deverfamos estar atentos: dentro da política geral existente há uma política de co-optação dos serviços de base daqueles que tentam ser e começam a assumir características mais consequentes. Isto está acontecendo em todos os pontos do país. Na baixada marítima de Belém há toda uma população de baixíssima renda (50% da população vive em baixada). Essa população que vive em condições miseráveis, não pode mandar seus filhos à escola, pois não há escolas da rede pública e nas escolas particulares as taxas são muito altas. Então, há um incentivo, de um lado da Igreja e, de outro lado, do Estado. Este está sendo inteligente em fechar posição com os grupos de base que parecem não ter se criticado a tempo e hora. É o programa das escolas comunitárias, utilizando o nome "comunitário", como o Edson e o Reinaldo já colocaram, como algo que soluciona os problemas sociais. Essas escolas comunitárias conforme pude constatar no ano passado, abarcam 23 mil crianças, pelo menos, da área que me foi descrita. São escolas montadas em barracos, construções de madeira montadas pelos pais que ganham salários míseros ou até menos, na Região. Eles fazem equipamento escolar, bancos de madeira tosca, compram o material escolar e se cotizam para pagar o professor leigo. Visitei várias dessas escolas e conversei com os professores que não tiveram oportunidade sequer de fazer 2º grau, que aceitam receber na nossa moeda em 1980, 600,00 a 700,00 cruzeiros mensais para trabalhar todos os dias. O que me impressionou mais foi a maneira como eles estão entendendo o projeto, como se eles estivessem fazendo um trabalho de vanguarda, que não precisasse do Estado e que não tivesse nada a ver com o Estado e até fosse independente. Nada é independente no âmbito da sociedade global. Parece que essa perspectiva é errada na medida em que os agentes de pastoral, trabalhadores sociais, profissionais da educação, do serviço social estão quase que incentivando essa população a se acomodar a esse estado de coisas e não reivindicar do Estado (requerer do Estado do Pará) vagas para suas crianças nas escolas públicas ou ampliar a rede de escolas públicas. É um dado que queria juntar para poder completar a colocação do Padre Bruno quanto ao risco da co-optação e até porque Pe. Bruno é de Belém do Pará.

Edson Passetti

Creio que quando falamos no papel do Estado, estamos falando também de uma classe social determinada. Se quem está lá hoje não são os civis, mas militares, isto não é um bicho de sete cabeças. O Estado é um instrumento, ele não existe acima da sociedade. O Estado surgiu como uma produção dos homens. Nós também temos uma parcela de culpa ou de vaidade em relação a esse Estado e Governo que está aí. Então, creio que quando se coloca qualquer problema com relação ao Estado, a primeira coisa é saber para qu' serve o Estado, quem ele realmente defende. O segundo momento é perguntarmos o seguinte: Será que estamos atravessando um momento, principalmente na história da América Latina de modo geral, que nem mais a democracia burguesa é possível de se realizar? Será essa a situação que o capitalismo criou na América Latina onde o problema das populações pauperizadas cresce a cada dia e que não tem oportunidades de criar formas de manifestar suas reivindicações? Será que todas essas condições apontam de um lado para a inevitabilidade do confronto que essa sociedade vai ter que estabelecer com o Estado? Será que por outro lado, esse Estado só através da alternativa autoritária consegue solapar os níveis de reivindicações? Aí gostaria de colocar que é preciso ter muito cuidado, mesmo porque, às vezes quer-se defender

muito uma coisa, com a qual se tem uma ligação emocional, afetiva, sensorial, antes de desvendar a real condição dos marginalizados, dos oprimidos — defendendo-se, assim, esta ou aquela instituição. E para conversar com o Estado, ou para tentar chegar ao Estado a instituição pode ser um meio apesar de não ser o fim. Infelizmente, na questão Política Nacional do Bem-estar do Menor, o que há é apenas uma modernização do discurso, porque não foi agora que surgiu o problema do menor, nem em 64 para gerar a FUNABEM. O Estado de modo geral necessita desse inchaço de instituições que reproduzem, independente dos homens que vão exercer ali seus papéis: o que importa são as funções das instituições. Não importa para o Estado se é o Dr. X e a Dra. Y ou o Coronel Z. O que importa é que a Instituição sobreviva. E nós que não somos o Estado, não temos nossos interesses realizados no Estado, não podemos incorrer neste erro. Porque se antes de defendermos nossos interesses, defendermos a instituição estaremos salvaguardando antes de mais nada o Estado — apenas afiançando no máximo a substituição de governos — a situação como está, esta continuação da degeneração, mas não no sentido do discurso, mas no sentido da realidade cruel que a gente vive por aí.

Rinaldo Arruda

Gostaria de levantar ainda um outro aspecto do problema à guisa de reflexão.

Como é que essas camadas populacionais marginalizadas acabam interiorizando uma visão negativa de si mesmas, assumindo também o papel de repressoras junto àqueles que compartilham a mesma situação de infortúnio e perdendo de vista os determinantes de sua condição de vida?

Nós temos na nossa sociedade saberes diversos. O caipira da roça tem uma explicação do mundo, tem uma visão das coisas e tem soluções também. Só que entre as várias soluções que as pessoas encontram no seu cotidiano, só algumas são legitimadas pela sociedade, recebem o rótulo de saber científico, do saber certo. Em cima do problema do menor também se desenvolve um saber específico que provém do serviço social, assim como da psicologia, da sociologia, das ciências jurídicas. Todas as ciências têm um discurso que legitima um lado da verdade, têm certa conotação ideológica. Fazem parte da estratégia de sobrevivência da população marginalizada, contatos com assistentes sociais e com órgãos de repressão e nesses contatos elas são sempre encaradas do ponto de vista negativo. Mesmo no trabalho mais benemérito que fazemos classificamos essa população: para começar, é menor, nem é criança. Nós classificamos a partir do aspecto jurídico: se responsável penalmente ou não.

E depois, pelas várias características psicológicas que essa criança tem, que essa família tem. Todas as pessoas que vivem uma situação de miséria uma hora ou outra, acabam transgredindo a ordem legal. Cada vez que alguém transgride, todo grupo mais próximo, que já internalizou a visão de si mesmo como cidadão de segunda classe, para negar essa visão, eles negam reprimindo, denunciando um comportamento que é considerado pior ainda, que é o comportamento delinqüente. Então, a repressão da delinqüência vai sendo passada às classes populares, a essa população marginalizada. Eles vão internalizando essa visão de cidadão de segunda classe, desacreditando da sua própria dignidade, da sua capacidade de encontrar soluções e qualquer forma nova para se organizar, para sobreviver. É um aspecto muito importante e nós também somos responsáveis por isso, pois, no contato com a população, agimos

inadvertidamente, sem perceber, reforçando essa imagem negativa dessa população. É um aspecto que levanto à guisa de reflexão.

Plenária

Não é no sentido de defender a igreja nem as instituições mas, eu, ao longo desse trabalho, não tenho visto outro meio atual para atingirmos as causas e os efeitos, um outro meio mais viável, no momento, do que a Igreja. Se formos esperar pela "boa vontade governamental, morreremos com a boca cheia de formiga". Então, um dos meios mais viáveis e que deve ser incentivado é a igreja, porque onde, às vezes não tem uma Prefeitura ou uma Sub-Prefeitura, lá tem uma congregação, uma igrejinha, tem uma comunidade que, se acionada, poderá fazer um grande trabalho. Reconheçamos perfeitamente os defeitos e também o trabalho mal feito também pelas nossas igrejas e as omissões também pelas nossas igrejas. Mas, não podemos deixar de reconhecer o trabalho feito, que antes da FUNABEM, e um "monte de bem", as igrejas já faziam.

Paulo Michalizen

Isso que foi colocado não significa que a Igreja substitua o Estado, pois a tarefa da Igreja é uma tarefa específica e, quando ela assume papéis nessa área, são papéis de suplência.

Maria Nilde

Não podemos negar a ação da Igreja; ninguém está contra a Igreja. A igreja nos momentos de maior repressão no Brasil, assumiu uma posição em vários pontos, Arquidioceses, Prelazias, de defesa das camadas oprimidas e nesses momentos, as pessoas acostumaram-se a vê-la como instituição salvadora, encaminhadora de todas as questões no âmbito de sociedade civil, como se não devêssemos reivindicar pelo menos um Estado democrático. Se as coisas não se resolvem ao nível institucional é porque o limite institucional é muito marcado e impede uma verdadeira ação transformadora. Até que ponto estes grupos que estão envolvidos na questão do menor e outros problemas que estão dentro da questão da marginalidade, não deveriam ser despertados para a dimensão política deste encaminhamento? Entendo como dimensão política a mobilização de grupos a nível organizativo para atuar com as populações chamadas marginalizadas, no sentido delas irem assumindo (eu digo elas, porque são várias com características específicas), esse processo de ir se politizando, percebendo qual é o papel que cabe à população toda no sentido da transformação. Parece que dá uma angústia quando a gente trabalha nas instituições e se pergunta se isso não vale, se aquilo não vale, então o que vamos fazer? rezar, desistir? Fora das instituições há todo um trabalho para se fazer com a população e com a população vinculada a estas questões, em termos de organização política. Parece que esta é a pista que tem que ser pensada, também para superar este ponto de angústia, num outro nível de organização.

Plenária

É muito importante que nós, pessoas de outros países da América Latina, tenhamos podido estar presentes aqui, porque du-

rante anos e ainda hoje, continua havendo uma imagem oficial negativa por parte de grande parte da América Latina, em relação ao Brasil. É a imagem de um subimperialismo, é uma imagem altamente negativa do Brasil. Felizmente o governo não é idêntico ao povo. Esta reunião é uma demonstração da vontade democrática de nossos povos para compartilhar nossas experiências, nossos fracassos e nossos êxitos fracionados. Gostaria de assinalar que o Brasil, para o resto da América Latina é uma amostra da implementação de um determinado modelo de desenvolvimento, de um determinado modo de organização da sociedade. E nós, no caso peruano e em outros países da América Latina, a partir do que vocês vão nos mostrando podemos ir percebendo o que vai nos suceder, se esse determinado modelo de organização for implementado, se já não estiver se implementando. Portanto, o desafio é comum. Contudo, cabe uma pergunta, se nós que viemos de fora podemos trazer elementos para a solução. Ao povo brasileiro, a vocês cabe o glorioso e heróico dever de ir criando apesar de que as condições sejam negativas. Creio que as condições são negativas na medida em que há impossibilidade de ter acesso ao poder. O que vocês nos mostraram é a implementação de uma proposta para a sociedade, que afeta o menor, o indígena, a mulher, a classe trabalhadora. Deveríamos perguntar em que circunstâncias poderíamos reunir-nos com países com experiências sociais, cuja estrutura de poder criou condições para que não se apresente este tipo de problema. Imagino que no mundo há situações em que esse quadro de dor e extrema miséria não se apresenta. Há outras instâncias que também têm propostas. São, porém, instâncias que têm capacidade de acesso ao poder, não uma pequena igreja, cuja capacidade de poder é nula e pode ser recuperada pelo sistema. Minha pergunta é se a igreja como instituição, pode ser católica ou conferência de igrejas, tem possibilidade de aceder ao poder para implementar uma proposta para o problema da mulher, do menor, do indígena. Outra pergunta complementar é a respeito das organizações políticas. A outra alternativa política cuja missão fundamental é a luta pelo poder tem ou não preocupação por essas situações. Para nós seria muito útil escutar o que se vai gestando, vai surgindo como alternativa.

Plenária

Conversei com diversas pessoas e lhes disse que os dados estatísticos daqui do Brasil, basta mudar os dados e servem para outros países, onde a situação é igualmente dramática. As causas também são as mesmas. As causas do abandono das crianças se devem à estrutura social, uma estrutura de poder econômico, uma estrutura completamente injusta. Na Colômbia uns 5% da população está comendo 66% da riqueza nacional de um país tremendamente rico. Nesse país há 4 mil milhões de ouro de reserva nacional, enquanto diariamente morrem 10 crianças ao nascerem. Gostaria que este Seminário indicasse o que nós deveríamos fazer como igreja da América Latina. É importante que tomemos consciência de que nós somos um grupo. O grande trunfo das Nações que nos mantém como colônia é nos manter divididos ideologicamente, política e geograficamente. Nós como simples ovelhas nos deixamos levar ao matadouro. A igreja tem estado sempre com os poderosos. Pelo menos na história colombiana tem sido assim. Desde a conquista, à colônia, até à Independência e à República, a Igreja tem estado casada com o poder econômico e político. Portanto, a igreja está presente também na opressão e tem sido causa da marginalidade da criança. Nós que somos os agentes estamos servindo o poder, contra nossos princípios provavelmente e de alguma forma indireta estamos contribuindo para que haja margi-

nalidade. Pelas nossas instituições fechadas, pelos nossos sistemas simplesmente de motivação cristã. Neste momento parece que temos a mesma tendência que têm os poderosos econômicos e o poder político, de buscar a segurança. Estamos com medo de perder a segurança, de perder o posto que temos como igreja. Temos de ver se permanecemos com os poderosos ou fazemos uma opção pelos pobres. A igreja Católica acaba de fazer, agora, uma opção pelos pobres no México, mas temos de ver se será em realidade, em fatos concretos ou simplesmente na teoria. Sou cristão a meu modo e critico também a posição falha da minha igreja para com os pobres. Resta-nos a tarefa concreta que consiste em fazer uma integração e conhecer a realidade. É muito importante que intercambiemos informações de cada um de nossos países. Ficamos um pouco mais animados quando estamos em sintonia que não estamos sós na nossa caminhada, que somos um grupo de pobres na mesma situação. O Comitê Ecumênico deve ter uma nova tarefa de intercambiar informações com os outros. Essa informação deve nos levar a conhecer dados concretos da realidade para criar consciência em nós e naqueles com que trabalhamos, a organizar, traçando metas a curto e a longo prazo. Este Seminário exige continuidade. É muito bonito, muito elegante para mim vir a Rio de Janeiro e depois a São Paulo sem ter pago passagem, que foi possível provavelmente graças aos marginalizados. Vir aqui implica em todo um compromisso.

Plenária

A minha colocação é a respeito da pergunta sobre o subemprego no Brasil. Eu sou operário e até fevereiro deste ano exercei essa profissão. A situação na Capital Federal também não é diferente daqui, talvez até pior. Sou operário mais ou menos especializado, sou serralheiro. Na época dos milagres brasileiros, para solucionar o problema da favela no Brasil foram transferidas 80.000 pessoas num espaço de 8 meses mais ou menos. Chegavam as assistentes sociais e faziam uma marca no barraco e essa pessoa estava marcada para transferir para a reserva. Como a criação de Brasília era em ritmo acelerado, também as transferências foram, sem preocupar saber se o indivíduo tinha problema de doença no dia da transferência ou se tinha gestante, não levando em consideração nenhuma dessas coisas. A pessoa recebia no Cerrado um quadro com quatro marcos para levantar o seu barraco e considerou-se paternalista as firmas darem dois dias para construir suas casas. Em 1977 Brasília foi toda planificada por estratos econômicos. Por exemplo, lá há o bolsão de pobreza como tem aqui em São Paulo, dividido em camadas mais especializadas e mão-de-obra sem especialização. Especializado é o que ganha dois e meio salários mí nimos, como era no meu caso. Dividiu-se então o não prejudicado numa parte e o mais prejudicado na outra parte. Como nessa época eu não tinha especialização, a parte que eu recebi era essa parte baixa. A parte de cima recebeu alguns benefícios como água, a outra passou 7 anos carregando latas d'água. Fizeram poços artesianos ou traziam em carros-pipas. Os carros-pipas vinham duas vezes por semana e davam um tambor d'água equivalente a 200 litros. Quando dava repartia para todo mundo, quando não, as pessoas compravam água; havia o mercado d'água e o preço aumentava conforme a escassez. Agora essa reserva está incomodando o governo, porque o pessoal está tendo um maior conhecimento, começa a fazer perguntas e a questionar. O mercado imobiliário também está querendo forçar substituir um morador fraco por um de maior poder aquisitivo que renda mais. Há uma pressão econômica para que essa reserva seja substituída por outros tipos de moradores.

Plenária

A minha inscrição para falar foi inspirada quando a Suzana perguntou sobre emprego, subemprego por que a gente começa a perceber uma coisa que para mim é muito importante: um empregado hoje é desempregado amanhã e um subempregado depois-de-amanhã, e esse círculo vicioso acontece a vida toda na família operária. O subempregado, como o companheiro aqui falou, é o marreteiro da feira (vendedor ambulante), isso que ela colocou, que vimos no filme de ontem (*Pixote*), porque esses adultos muitas vezes foram menores que viveram em famílias operárias, que viveram nessa rotatividade, continuam agora com outras famílias nessa rotatividade, e continuam sendo tratados da forma como vimos ontem, a pressão é igual. O bairro, o lugar onde moram é igual, é a periferia sem recurso, clandestina, grilada, sem infra-estrutura, sem nada. É o mesmo lugar em que a criança vive, que o empregado e o desempregado vivem. Então a questão do subemprego ela é assim, ela existe de passagem, ela é transitória, ele vai ser empregado depois. Por que como foi falado, a questão da rotatividade no emprego, mão-de-obra, faz com que eu me empregue agora. Então nessa época que estamos agora, a Walita, a Arno, os fabricantes de eletrodomésticos estão pegando as moças de 13, 14, 15, 16 anos para produzirem os eletrodomésticos para serem vendidos no Natal; após o Natal os que entraram no ano passado, que agora teriam direito ao dissídio coletivo, ao aumento de salário são mandadas embora, e aquelas que já aprenderam o serviço continuam e o ano que vem acontece a mesma coisa. Eu queria colocar o seguinte diante disso: a realidade é global, ela é uma só, mas foi dito também que o governo enfrenta essa realidade dividindo a população para tratamentos específicos. Então ele trata do menor, ele trata do menino e da menina separadamente, ele trata do operário qualificado, braçal, rural, do indígena, do casal, da família num todo, então ele divide todo esse povo em frações e a partir daí, ele coloca seus planos, como vimos o Plano do Bem-estar do Menor, e daí a gente pode passar para os outros planos do bem-estar social do povo brasileiro em geral, então ele divide isso aqui, e trata do jeito que nós vimos no filme ontem. Cada parcela, não tem diferença: muda um pouquinho de parcela para parcela mas o tratamento é o mesmo. Agora a questão que me fica é o seguinte: nós como Igreja, procedemos também muitas vezes assim. Eu dou exemplo da igreja: na Cidade de São Paulo, muitas vezes queremos enfrentar essa situação, transformar essa situação, nós também dividimos. Nós também vamos ter a nossa Pastoral do Menor, a nossa Pastoral da Juventude, os Encontros de Casais com Cristo, a nossa Pastoral da Família, Pastoral Operária, Indígena, da Terra. Nós também dividimos para poder transformar essa situação, mas não é possível: a situação é global. Então, se não existir um intercâmbio no trabalho da gente, se a gente continuar falando do menor, trabalho do operário, trabalho da periferia, do loteamento clandestino, se a gente continuar falando separadamente desses trabalhos, nós vamos reafirmar essa política do governo de fracionar para poder dominar. Então eis um questionamento que eu levanto: quando que as nossas instituições tanto de maiores como de menores podem ser uma arma, quando nós nos colocamos concretamente, claramente de um lado, aí ela será uma arma. Ela vai optar para um lado, e se realmente a gente continuar achando que os trabalhos, a gente reconhece que são caminhos, são pontos de partida, mas que nós todos no 1º plenário afirmamos, trabalho assistencialista, paternalista, imediatista e pediram para acrescentar o reformista, se nós acreditarmos que esse trabalho é uma arma, ele necessita de conversão.

Rinaldo Arruda

Eu acho que tudo que teria que ser dito já foi dito, e não me surpreendeu que apesar das diferenças de língua e da separação secular que marcam nossos contatos com países da América Latina, nós nos entendemos perfeitamente bem porque a gente vive realmente a mesma situação. Eu acho que está colocado de antemão o mesmo desafio, as soluções não existem, elas têm que ser criadas.

Maria Nilde

Gostaria de reforçar a palavra do companheiro do Peru, quando ele lembrou a importância de se analisar, que tudo o que está acontecendo no Brasil, como uma parte geográfica maior do continente Latino-Americano (que para a infelicidade nossa é o vanguardista da invasão do modelo capitalista mais adiantado), tendenciosamente irá se impor nos outros países na medida em que as outras populações não estiverem suficientemente organizadas para rechaçá-lo. Infelizmente nós brasileiros não o conseguimos a tempo e hora. Podemos colocar este raciocínio numa perspectiva de trabalho social comparado ou de política comparada para perceber este avanço e o nosso comportamento diante deste problema. E o outro dado, o do Antônio Gonzales. Gostei muito de sua posição, quando você levantou o problema de até que ponto nós profissionais ligados às ciências humanas, sociais, trabalhando nas instituições, estamos na realidade com uma insegurança que antes de ser insegurança da perspectiva, é insegurança de nossa própria posição, se nós não teríamos que nos questionar em relação a isso? A gente deu risada quando você disse que ganhou passagem dos próprios marginalizados para chegar até aqui, mas veja que isso é uma realidade e é trágico que a gente esteja nesta situação. Eu recebi da Tomiko o programa mimeografado e estou vendo aqui a última frase da página de rosto. Parece-me que poderia ser um ponto de ligação nesta análise que a gente faz de instituição e de outras formas de trabalho. Quando D. Luciano, responsável pela Pastoral do Menor aqui em São Paulo, considera o menor infrator, um profeta, pois ainda que de uma forma imperfeita ele está contestando as injustiças desta sociedade, eu me pergunto como educadora e se eu entendo bem o que é um profeta: – se partimos do princípio de que esses menores são profetas do momento presente, ainda que não organizados, ainda que com um profetismo um tanto caótico, vamos trancá-los nas instituições, vamos acabar com este profetismo e com esta contestação que eles carregam, com aquilo que eles poderiam anunciar, não só para nós mas para toda a sociedade, e para os que virão depois de nós?

Participantes

Edson Passetti
Prof. de Política e integrante do Grupo de Trabalho do Menor – PUC-SP

Rinaldo S. Vieira Arruda
Prof. de Antropologia e integrante do Grupo de Trabalho do Menor – PUC-SP

Maria Nilde Mascelani
Profa. de Psicologia PUC-SP e Coordenadora do RENOV

Paulo Michalizien
Médico, faz Mestrado em Antropologia Social na UNICAMP

Reflexão sobre a Prática Social

Luisa Erondina de Souza

Eu ouvi de entrada, que vocês cantavam “livre, livre, pra decidir sobre o que deve ser o mundo”, e achei isso muito bonito “livre, livre, livre, pra decidir sobre o que vai ser o mundo”, aí eu me perguntei: é realmente isso uma coisa muito bonita; será que todo mundo pode se propor esse projeto, “ser livre, livre pra decidir sobre o mundo? Parece-me que não. É um discurso que nem sempre na prática é verdadeiro, porque existe muita gente que nem consciência tem do direito de ser livre pra decidir sobre o mundo. E aí já nos coloca uma primeira questão sobre as pessoas com quem trabalhamos, elas não são livres de decidir sobre o que o mundo deve ser e não são livres, exatamente porque nem sequer chegaram ao nível de consciência desse direito de ser livre; então existem diferenças entre as pessoas e a partir daí, uns são livres para decidir sobre o mundo e outros não são livres por que nem sequer consciência disso têm. Parece-me que isso é uma grande questão.

Uma outra coisa: ao entrar aqui diziam-me que estava havendo uma grande angústia no grupo. Eu fiquei feliz, porque está havendo angústia. Eu ficaria, realmente, frustrada se viesse aqui, depois de dois ou três dias de trabalho de vocês e me dissessem, olha tá todo mundo feliz da vida, numa boa; eu me preocuparia, porque uma reflexão sobre a realidade social, sobre o mundo em mudança que está aí, não pode deixar de nos angustiar. A angústia é um sinal de que está ocorrendo alguma coisa dentro do grupo, é um sinal de vitalidade, é um sinal de mudança. E essa angústia decorre exatamente do seu “ser livre, livre, pra decidir sobre o mundo”. Só tem angústia aquele que é livre para decidir. Quem não é livre para decidir, não tem que fazer opções, alguém coloca para ele uma única saída, ele não tem angústia porque ele não tem o que escolher. Benditos aqueles que têm angústia, porque são aqueles que têm alternativas! Claro que não se pode ficar na angústia que aí já é doença, mas superar a angústia para um salto qualitativo, acho que está aí a saída. E essas dificuldades decorrem exatamente, como dizíamos antes, de que a nossa prática se efetiva numa realidade em transformação, em profundas transformações. Por ser também uma prática institucionalizada, também apresenta outras dificuldades. Uma instituição é um fato social, que pela sua própria natureza, resiste a mudanças (tem que ser assim até um certo limite, porque o que dá uma certa estabilidade à sociedade são as instituições). Então, essa prática social que se dá sobre uma realidade em transformação violenta, acelerada, é uma prática via instituições, que pela própria natureza é pouco perméável às transformações. E assim, nos deparamos com esta contradição: uma realidade que está pedindo respostas ágeis, criativas, inovadoras e uma instituição que está se pautando por um discurso nem sempre atualizado, por objetivos nem sempre adequados ao momento e uma prática também defasada em relação aos anseios, às exigências dessa realidade.

Na América Latina, essa realidade contraditória, se constitui de um lado, por um continente submetido a uma condição de subdesenvolvimento e de exploração histórica, e que toma consciência e se decide pela sua libertação e de outro, por instituições que não estão prontas para a transformação que a realidade está exigindo.

Tudo na vida dos homens, da sociedade está determinado historicamente; por isso, para termos claras as implicações dos fatos presentes, temos que situá-los historicamente e perceber as consequências do passado na projeção do futuro, a partir do presente. Não se pode negar o passado e ignorá-lo, o que não significa perpetuar o passado, mas no sentido de transformar o passado para que possamos projetar o futuro. *Ortega y Gasset* dizia, o presente está grávido do futuro; portanto, o futuro está determinado no presente. Então, para entender um pouco a proposta de prática social que nós estamos trazendo, é importante situarmos um pouco a ação social no tempo.

A prática social é uma forma de ação social. Você tem de um lado a sociedade e a formação dessa sociedade em organização social, ou seja, você não pode falar abstratamente de sociedade, cada sociedade se apresenta em cada momento histórico como uma expressão, como uma forma, essa forma é o modelo de sociedade vigente ou dominante num dado momento histórico ou então numa dada organização social; é o modo como a sociedade se organiza num dado momento histórico. A organização da sociedade ou modelo adotado por uma sociedade é um modelo complexo, porque é um modelo estrutural, é uma totalidade. Quando estamos falando em organização social, estamos nos referindo a relações econômicas ou relações de produção ou sistema econômico, que é a base de toda sociedade; estamos falando em relações sociais ou relações entre os homens, entre os grupos, entre as coletividades, ou seja, sistema social, e estamos falando também de relações políticas, envolvendo as idéias, os valores, as ideologias, a cultura, os padrões de comportamento, as normas. Portanto, trata-se de um conjunto extremamente dinâmico e complexo.

O que isto tem a ver com ação social? Desde que o homem se agrupou, e passou a conviver em sociedade, houve sempre indivíduos ou grupos dessa sociedade que apresentavam certas fragilidades, certas vulnerabilidades, certas carências. Devido a causas individuais ou causas do seu próprio grupo, ou da sua própria comunidade, mas o fato é que desde que o homem passou a viver em comunidade, encontrou sempre elementos do seu grupo com dificuldades de participação e de integração nessa sociedade. E daí haver sempre uma preocupação da sociedade de procurar respostas a esses problemas dessas pessoas. Então, essas formas, essas respostas que a organização social procura dar a esses problemas assume uma forma sua, específica, de cada organização social. Cada organização social em

cada momento histórico apresenta uma determinada forma de ação social para responder a determinadas carências sociais.

Historicamente encontramos diferentes tipos de ação social, correspondendo a diversos tipos de organização social. O primeiro que se encontra, é a ação social com inspiração religiosa, e aí o cristianismo é um dos grandes movimentos responsáveis por essa ação social, cuja expressão assume a forma da caridade e de beneficência. Essa ação social é de *iniciativa individual*, de inspiração e motivação individuais. É um compromisso de fé que o homem tem em relação ao outro seu irmão. *Fazer o bem por amor a Deus*, era a grande motivação nessa forma de ação social. O segundo era de inspiração humanista, não mais religiosa; aqui se encontra a maçonaria como instituição que assumiu essa forma de ação social. A burguesia começou a aparecer como classe social, também assumindo o ônus dos problemas sociais através de uma ação social, e aí se situa o tipo da filantropia, assumida muito pela maçonaria e pelas camadas burguesas da sociedade. E aí a expressão é *fazer o bem pelo amor ao homem*, sem referência a Deus. Estas formas de filantropia também têm características de iniciativa individual.

Em outro momento da evolução desse processo, encontramos a *assistência social* que se preocupa com a *maneira de fazer o bem*, fazer o bem, mas fazendo bem. Não faz referência nem ao homem, nem a Deus, mas o bem por si mesmo. Entra aí a preocupação em racionalizar a prática social ou a ação social. Introduz-se um *componente racional* nessa ação social por meio de métodos e técnicas. A assistência social, já é feita de forma metódica, sistemática, racional, usando métodos e técnicas. Corresponde exatamente à fase da sociedade em que o componente racional, a racionalidade através da evolução da ciência, da técnica, modifica o modo de produção: as relações econômicas de produção, consequentemente as relações sociais, as relações políticas ou relações de poder. Os problemas sociais também modificam-se em quantidade e qualidade; os problemas se tornam maciços, mais complexos. Logo, para fazer face a esse problema de massa que a Revolução Industrial gerou, eram necessários métodos e técnicas, um modo de ação social racional, metódico, sistemático. Em termos de intencionalidade é uma forma mais pobre do que as outras. A intencionalidade nas outras duas formas de ação social era mais explícita. Nessas formas quem propunha essa intencionalidade era quem estava patrocinando a assistência social. Como eram de iniciativa individual de pequenos grupos não estavam tão condicionadas ao sistema de poder vigente. Em termos ideológicos essas duas primeiras formas de ação social eram mais ricas sob o ponto de vista humano. Nesta aqui, preocupada em *como fazer* a ação social e não com o *para que* fazer a ação social, o problema da intencionalidade não se colocava porque quem patrocinava esta forma de ação social era o sistema de poder instituído na forma capitalista de poder. À medida que toda sociedade, dentro das suas formas de produção, dentro das suas formas de organização, estava se racionalizando, estava se modernizando, também a ação social passava a ter formas modernas e racionais em fazer a ação social com vistas aos objetivos estabelecidos pelos sistemas de poder.

Embora a assistência social persista até os dias de hoje com essa tônica do *como fazer*, ela apresenta algumas nuances. Em função de fatos históricos, essa assistência social foi sofrendo modificações, não na sua essência, mas nas suas formas. No começo do século XX, sobretudo nas vésperas da primeira guerra mundial, o mundo estava em convulsão, e os problemas de massa se agravavam, se complexificavam. Começou-se a perceber, então, que os problemas sociais, que eram atendidos através da assistência social, não tinham apenas causas indivi-

duais e surge a preocupação com o meio como foco de problemas sociais. Isso, mais especificamente, naqueles países onde a industrialização estava num alto grau de desenvolvimento.

Passou-se da preocupação centrada no indivíduo para a preocupação centrada no meio, na estrutura da sociedade. Entendendo-se por estrutura essa totalidade formada pelo econômico, social, político e cultural. Só que a proposta de mudança não era uma proposta de transformação estrutural, mas de reforma social. Embora, tenha sido um salto qualitativo, sair da preocupação individual para a preocupação social ou de meio, entendendo-se por meio a sociedade ou a estrutura social, a proposta de saída do problema, era a reforma da sociedade, a reforma social. Então, efetuam-se reformas mas não se modifica, não se muda a essência, a estrutura. Admitia-se que certos problemas decorriam, por exemplo, das relações sociais entre os indivíduos e grupos, mas, não se admitia que as relações sociais são produto das relações econômicas. Dependendo de como os agentes sociais se relacionam, nas relações econômicas, eles se relacionam nas relações humanas ou nas relações sociais. A própria visão da sociedade é uma visão fragmentada de sociedade, não é uma sociedade vista como uma totalidade, mas uma sociedade vista por partes. Os problemas com causas econômicas não se referiam aos aspectos políticos, por exemplo. Mesmo admitindo-se as causas econômicas para os problemas sociais, não eram relacionadas ao sistema de poder de uma sociedade. Até se *propugnava* pela mudança num dado sistema econômico, porém, sem se referir à necessidade ou à implicação da mudança no político e consequentemente no social. Quer dizer, a idéia de reforma parte de uma idéia de sociedade, que é uma idéia organicista de sociedade, ou seja, uma idéia funcionalista de sociedade: a sociedade como organismo em equilíbrio é formada de partes, porém, essas partes guardando entre si uma autonomia, uma independência e não uma correlação de interdependência. Reforma-se uma parte da estrutura como saída dos problemas sociais gerados pelo meio, mas não se realizam mudanças estruturais, e verifica-se aí a influência da sociologia, dos conhecimentos dessas formas de ação social, do estudo do meio, por exemplo.

Depois, com a segunda guerra mundial e surgimento de muitos desajustes individuais, como consequências da guerra, a ação social ou assistência social volta de novo a se preocupar com o indivíduo. Surgem os métodos psicosociais centrados de novo no indivíduo, sob a influência da psicanálise, da psiquiatria, da psicologia. Esses momentos não são lineares, um vindo depois do outro, são momentos dialéticos, ou seja, um contraposto ao outro; são propostas contraditórias na sua essência, gerando um processo de transformação na forma de ação social. Depois, em contrapartida a isto, vem a tendência eclética da ação social, ou seja, somava-se o indivíduo e o grupo, preocupação com o indivíduo associada à preocupação com o grupo. Entra aí muita influência dos métodos de dinâmica de grupo, também de psicologia social, estão preocupados em tratar os casos individuais em grupos, então procurava-se associar o indivíduo e o grupo.

Depois, vem o momento, sobretudo nos países subdesenvolvidos, em que estava se introduzindo o processo de industrialização e em que os problemas sociais são agravados. Nesses países os fenômenos sociais de massa, a base da urbanização, da migração, precedem os problemas de industrialização, e com a industrialização tornam-se mais graves e quantitativamente maiores. Surge a proposta desenvolvimentista como solução para os problemas sociais. Desenvolvimentismo à base de um modelo, pautado em países desenvolvidos que tiveram mais de 100 anos para criá-lo, de acordo com a sua história, a sua cul-

tura, portanto, com as suas condições internas, e esse período de tempo para irem reajustando-o. Ele é trazido prontinho, no estágio acabado, com uma tecnologia poupadoura de mão-de-obra, com a tecnologia avançada. Esse modelo é trazido tal qual ele foi criado naqueles países, cuja história, geografia, cultura não tinham nada que ver com os países receptores — um modelo pronto, absorvendo uma tecnologia absolutamente inadequada para o estágio de desenvolvimento destes povos. Eu me lembro bem quando se construiu a hidroelétrica de Paulo Afonso na região Nordeste do Brasil, a 1ª hidroelétrica que se construiu no Brasil, aproveitando o curso do rio São Francisco: foram importadas máquinas dos EUA, que o Nordeste, onde se situava a hidroelétrica, só vinte anos para a frente teria capacidade e condições de consumir. Então, a capacidade daquelas máquinas passou ociosa 20 anos, até que a região pudesse se desenvolver economicamente para ser capaz de consumir a energia que aquelas máquinas produziam. E imagine o preço daquela máquina, tendo o país só possibilidade de aproveitar na sua plenitude 20 anos depois. E por cima era de segunda mão, com tecnologia considerada obsoleta para os exportadores.

Com o desenvolvimentismo a ação social assume uma outra expressão, que é a expressão comunitária, ou então, o chamado *desenvolvimento e organização da comunidade*. A comunidade vista como um fenômeno situado geograficamente, indivíduos, grupos, instituições, situados numa área geográfica delimitada, apresentando interesses comuns, apresentando necessidades comuns, e devendo se organizar para poder gerar desenvolvimento. Então era a participação comunitária como solução para o desenvolvimento, e aí fazer com que a comunidade assumisse o seu autodesenvolvimento em acordo com a política de desenvolvimento do governo. Vem então toda uma outra metodologia a de Organização da Comunidade. Depois, num dado momento, viu-se que não tinha o que organizar, pois fala-se em organização quando se tem recursos a serem organizados e percebendo-se não haver recursos para se organizar, passou-se a mudar o nome para Desenvolvimento da Comunidade. Era preciso criar o que deveria ser organizado. A metodologia torna-se cada vez mais sofisticada: entra a pesquisa, a investigação social, os métodos estatísticos. Pergunta-se à população o que ela come, que idade tem, o que faz, quanto é que ganha, é, a invasão da vida dos grupos marginalizados. Há um livrinho editado no Peru que relata experiências com favelas cujo título é “Os invasores e invadidos”. O favelado invade o terreno da Prefeitura e o terreno do particular mas, a partir do momento em que ele se instala numa favela, passa a ser invadido pelos pesquisadores sociais, pelos assistentes sociais, pelos agentes sociais. É mera modernização da assistência social, trabalho com grupos, com comunidades.

Se fôssemos nos estender à análise da concepção de comunidade, verificaríamos não ter ela sustentação científica. Mesmo numa área geográfica X, lá em Chiririca da Serra ou lá em Inháuma onde eu nasci, uma pequena localidade com características bem rurais, mesmo lá não se pode falar que aquilo é uma comunidade — pessoas e grupos com interesses comuns. Tinha um dono da terra; o trabalhador da terra não é igual; é compadre dele, mas o compadre era uma forma mais velada de exploração trabalhadora. O trabalhador não tem comunidade nenhuma de interesse com o dono da terra. Não existe comunidade de pessoas de classes diferentes. Então falar de comunidade numa sociedade de classes é um absurdo, inclusive do ponto de vista teórico. Todas essas formas de ação social guardam entre si uma identidade, isto é, a intencionalidade de seu objetivo, a sua ideologia, não se alteram. Nenhuma destas propostas prevêem a transformação da socie-

dade; quando muitos prevêm reformas da sociedade, desenvolvimento da sociedade, desenvolvimento entendido como modernização, como industrialização, como modificação nos hábitos de consumo. Se você consumia produtos simples, tinha hábitos simples de relacionamento e de vida, passa a ter hábitos sofisticados, passa a ter comportamentos modernizados, mas a essência das relações sociais não se altera.

A outra proposta de prática que se opõe a essas, dialeticamente, é aquela que se coloca a preocupação científica com essa prática. A preocupação científica e uma prática científica, não a ciência pela ciência só, mas uma prática científica baseada numa concepção de sociedade e de problemas sociais a partir de uma outra abordagem, que é a chamada abordagem histórico-estrutural. Todas as concepções de sociedade e de problemas sociais e de ação social, que fundamentam as propostas analisadas até agora, são de natureza de tipo funcionalista, positivista, liberal. Nesta outra proposta a sociedade é concebida como estrutura, uma totalidade formada de partes: econômico, social e político, se determinando mutuamente e situados historicamente. Portanto, uma dimensão de tempo. A cada tempo essa totalidade se apresenta de uma forma, porque é uma totalidade em movimento. Se eu tenho o econômico gerando o social e os dois gerando a estrutura política ou a estrutura de poder e se eu entendo que o econômico são relações e toda relação gera movimento, se o econômico tem dentro de si uma dinâmica própria, está em constante mudança, e se o econômico é que gera o social, o social também está em constante mudança, porque aqui também são relações, o político também como produto dos dois, também são relações, relações de poder. Relações são movimentos, são forças em movimento. Eu me relaciono com você, eu gero força sobre você, você reage e gera uma força, um movimento. Imagine isso ampliado ao conjunto das relações econômicas numa sociedade, ao conjunto das relações sociais e ao conjunto das relações de poder de uma sociedade. O conjunto dessas relações em movimento gera uma totalidade em movimento. E o ritmo das relações nessas partes varia, e o econômico muda muito mais rápido. Eu me lembro de uma experiência lá no Nordeste, numa outra hidroelétrica, só que aí é no Maranhão e no Piauí, num rio que tem lá entre o Maranhão e o Piauí, há uns 6 anos atrás tinha uma população que ainda não usava moeda, ainda tinha o sistema de troca. Então veio a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), implantou um projeto que era para mudar os cursos do rio Parnaíba e construir uma hidroelétrica, e trouxe toda uma população de São Paulo, do Sul, que se instalou na região para construir a hidroelétrica. Ao mesmo tempo foram agentes sociais, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, educadores sanitários, para preparar aquela população, de 5.000 pessoas, para a mudança, pois ela teria que sair daquela região, que o rio iria inundar o local de suas casas. Para isso criaram toda uma infra-estrutura, próxima da vida anterior dessa população e enquanto se construía a barragem ia-se preparando a população. A barragem com 4 ou 5 anos estava pronta, os técnicos sociais, em quantidade grande trabalharam intensivamente. Chegou a hora de transportar a população para uma situação muito semelhante à anterior. Resultado: eles foram embora, sumiram. Vieram para São Paulo, para não sei onde. Desagregou aquela pequena comunidade. Você constrói, na base de uma tecnologia moderna, em poucos anos, uma hidroelétrica. Mas você substitui hábitos de vida de uma população? Então, o ritmo das mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas é muito diferente, e essa mudança de ritmo gera exatamente a disritmia, o desequilíbrio, as contradições. O normal de uma sociedade não é o equilíbrio, é o desequilíbrio. Quanto mais dinâmica é uma sociedade, quanto mais uma sociedade se transforma como uma totalidade, mais desequilí-

brios, mais disritmia, mais rupturas existe nessa sociedade. Quanto menos controle social, mais desequilíbrios no sentido de uma renovação. Historicamente a cada tempo há totalidades estruturais diferentes. Conseqüentemente, as expressões de problemas sociais sofrem também transformações. Então não se pode pensar num problema social hoje, como se pensava há 10 ou 15 anos atrás; eles têm uma outra expressão, porque a sociedade como totalidade está mudando, está em movimento.

Então essa concepção de sociedade faz com que a gente veja os problemas sociais como problemas estruturais. Então, quando pensamos no problema do menor, que é um problema com que vocês trabalham, não adianta nada pensar o problema do menor em si mesmo, é preciso pensá-lo como efeito de um problema maior que é a marginalidade social. E não adianta nada pensar a marginalidade apenas como uma camada da população que está despreparada para assumir os padrões urbanos. Existe uma teoria que diz: os marginalizados, nos grandes centros urbanos, são aqueles que vieram do meio rural, do interior despreparados para assimilar os padrões da sociedade; daí eles estão despreparados para trabalhar nas grandes fábricas e para se relacionar nos moldes modernos, eles são marginalizados porque estão despreparados culturalmente; eles têm uma cultura pobre; são inadaptados, daí são marginalizados. E só dar documentos para eles, dar um curso rápido de profissionalização, ensinar os hábitos adequados e mandar ele para a fábrica, assim ele arranja um emprego e vai progredir. Só que nós esquecemos que quando fazemos isso, quando chega lá na fábrica ele vai ocupar o lugar de um que perdeu o emprego. Por que perdeu o emprego? Porque já estava com 40 anos ou porque já tem 5 ou 6 anos de firma, portanto o salário dele já estava maior. Então, põe-se aquele que está prontinho e que vai produzir, vai ganhar um salário menor, vai reivindicar menos, no lugar do outro.

Não se resolve o problema da marginalidade resolvendo problemas individuais, nem de grupos, porque a marginalidade é um problema estrutural. Significa o quê? Que enquanto essa estrutura social se mantiver, haverá marginalidade. Que a marginalidade não é uma disfunção social, não são indivíduos e grupos, ou camadas da sociedade que estão funcionando inadequadamente. E função e funcionalidade tem aquela idéia de organismo mesmo; se tem um fígado que está doente, está intoxicado, então ele está disfuncional, então você vai tratar o fígado, dar remédio. Enquanto ele está doente o organismo se ressente, mas logo que você cuida, dá remédio para ele, ele volta a ser sáudável e o organismo fica sáudável. A idéia de funcional do problema social é essa, o indivíduo está disfuncional, mas eu cuido dele, trato dele e o organismo fica bom de novo. Mas o organismo aqui está doente; é a estrutura da sociedade que implica na marginalidade, é preciso ter marginalidade para ter mão-de-obra sobrando, você tem salários baixos, tendo salários baixos você tem mais lucros. E o que é o lucro? É o princípio básico de uma economia capitalista. Quanto mais lucro, mais acumulação, quanto mais acumulação, mais investimento, mais inovação tecnológica, quanto mais inovação tecnológica mais produtividade e assim um círculo que não tem fim, concentrando cada vez mais renda.

O modelo capitalista de sociedade, requer a marginalidade, como condição de sobrevivência do modelo; não adianta nada pensar em resolver o problema da marginalidade sem pensar na estrutura da sociedade, pois é um problema estrutural. Essa concepção de prática social, supõe uma concepção de sociedade e de problemas sociais, e o objeto desta prática difere do objeto da prática anterior.

O objeto da prática dentro de nossa visão não é mais a situação-problema ou indivíduo desajustado, são as relações contraditórias da sociedade, ou as relações de exploração, são as contradições da sociedade. Quando eu falo em contradição não é só de uma classe A e uma classe C, é também contradição dentro de uma mesma classe. Numa favela onde trabalha, onde há um projeto habitacional financiado pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), estão construindo casas para que os favelados saiam de seus barracos. Vão vender para eles um módulo de dois cômodos, que é menor que o barraco deles, onde não cabem os "troços" deles, como dizem os favelados, para pagar num prazo de 30 anos. Sendo essa uma população que não se fixa, pelas suas próprias condições de trabalho, pelas suas próprias condições culturais, como é que eles vão comprar uma casa em 30 anos. Eles são obrigados a se movimentar para procurar emprego, e não têm salário. Trabalham 6 meses, ficam 6 meses sem trabalhar, como é que eles vão assumir o compromisso de uma prestação que cresce a cada ano, se o salário deles não é fixo, nem suficiente. Então os agentes que estão levando para eles o programa estão tentando colocar as coisas objetivamente: "olha a casa vai custar isso, você vai pagar em 30 anos, as vantagens são essas, as desvantagens essas". Só que os favelados estão divididos: uns querem a casa e acham que é muito bom, outros não querem a casa e acham que é muito ruim e o agente social está no meio dos dois grupos. São grupos de uma mesma classe social e uns acusando os técnicos, dizem que eles estão vendendo as casas, comercializando as casas. O outro tipo diz que os técnicos estão afirmando que as casas não prestam, não são boas, logo eles não querem que a gente compre as casas. E os favelados são manipulados, pelo poder, a quem interessa vender as casas, o qual tira elementos de lá para denunciar os técnicos de que estão dizendo que as casas não prestam, etc. O que é isso? É uma contradição dentro de um mesmo grupo social. Isto interessa para o sistema. No dia em que esses dois grupos se identificarem, enquanto classe, vão se unir para resolver os seus problemas, inclusive para decidir se compram ou não compram a casa. Numa outra favela, um dia, um jovem de 18 anos, que mora lá desde os 12 anos, estava correndo atrás do outro com uma faca, uma peixeira na mão para matar o outro. Eu saí correndo atrás dele para ver se conseguia resolver, ele corria muito mais do que eu. Então depois ele chegou e me disse: "D. Luisa a senhora está nervosa", eu disse "nervoso está você, porque você estava querendo matar o outro?" Ele disse: "sabe o que é", aí me mostrou, "anteontem eu fui preso, fui pro 'pau-de-arara', estou queimado", realmente ele me mostrou marcas de queimadura, do choque, porque disseram que eu tinha roubado. "Agora eu quero voltar lá com culpa, agora vou matar um para voltar para eles me porem no 'pau-de-arara', mas com culpa, porque antes eu não tinha culpa". Olha a contradição. Quando ele se sente mais forte, do que o seu companheiro, então a vingança dele é no companheiro dele que é mais fraco do que ele fisicamente, com isso ele se vinga do mais forte. Então olha a contradição dentro de uma mesma classe. Enquanto esse homem não entender que o companheiro dele é importante para ele se tornar mais forte para enfrentar aquela força policial injusta, ele vai se dividir, se destruir cada vez mais.

O que mais me impressiona no trabalho em favela é a autodestruição deles, a tendência à autodestruição, como uma forma de compensação, por não poder se contrapor à força de cima que recai sobre ele, sob todas as formas. Imagine se transpusermos essas contradições a nível de classes.

Então essa prática social tem um objeto diferente do objeto das outras práticas e consequentemente a teoria, pois, uma prática social para ser científica tem que se embasar numa teoria,

e esta não é uma teoria que o outro me propõe, que o outro faz para mim; é uma teoria que eu tenho que construir a partir da minha prática. E é uma teoria sobre o meu objeto.

O que é uma teoria? Uma teoria é um sistema de conceitos, ou seja, um sistema de idéias coerentes, um sistema coerente de idéias sobre alguma coisa. Qual é o sistema de idéias, sobre o que eu vou construir o meu sistema de idéias? Sobre o meu objeto. Se o meu objeto são as contradições, eu tenho que ter idéias, conceitos, explicações, sobre as contradições que geram aqueles efeitos. Da mesma forma, quando eu falo em objetivo que é um resultado futuro que eu prevejo no presente (e notem que objetivo está ligado ao objeto) é resolver ou superar as contradições. E superar contradições é transformar. Conseqüentemente, para eu trabalhar com esse objeto, que explico através dessa teoria, e que transformo para efeito desses objetivos, vou adotar métodos e técnicas adequados. Não posso desligar o método da intencionalidade, ou seja, dos objetivos. Eu não posso pensar em métodos desligados do objeto da minha prática. Eu não posso ter um método com uma característica, adotando uma teoria diferente. Então esses cinco fatores compõem uma estrutura, a chamada *estrutura lógica do conhecimento*. Conseqüentemente, a teoria que eu vou usar se meu objeto forem as contradições, só pode ser a teoria histórico-estrutural, ou seja, teoria dialética, ou materialismo histórico que dá uma outra interpretação de sociedade. Conseqüentemente, o meu método só pode ser o método dialético. A proposta da prática social, que se faz hoje, em oposição àquela prática tradicional, é uma prática baseada numa concepção histórico-estrutural de sociedade e com um instrumento de ação que é a dialética, enquanto lógica, enquanto método de análise, de intervenção na realidade, entendendo-se que o método dialético é aquele mais coerente com uma concepção de sociedade como uma realidade contraditória, portanto dialética, enquanto uma totalidade em movimento. É bom desmistificarmos o termo materialismo, como oposição ao espírito, materialismo como a negação da moral de Deus. Existe a conotação científica: quando falamos no materialismo, é uma concepção materialista, não que tudo seja matéria; e que se parte do concreto, matéria, enquanto concreto. Por exemplo, quando falamos dessa prática, que é uma prática que relaciona teoria, conhecimento e ação numa relação dialética, eu parto do concreto, portanto, é um método materialista.

Então o concreto me leva a quê? À idéia, ao pensamento, ao conceito. Olha a mente já é espírito, já é intelecto, não é matéria, enquanto processo lógico. Então quando eu digo que é um método materialista, eu estou dizendo, eu parto do concreto para ir para o abstrato, e quando existe concreto e abstrato, estabelece-se uma relação entre os dois e os dois se constróem numa relação dialética. Isso se aplica à natureza, se aplica ao homem, se aplica à sociedade. É bom distinguirmos essas duas conotações porque se não, comprometemos o entendimento e geramos uma reação por falta de concepção exata. Materialismo do ponto de vista científico é uma coisa: é você partir do concreto para ir ao abstrato. Materialismo do ponto de vista moral é aquela negação de tudo que é espírito, de tudo o que é Deus, de tudo que é abstrato, ou tudo que é idéia.

QUESTÕES E DEBATES

Plenária

Gostei muito, mas me parece que foi só metade. E agora José?

Luisa Erondina

Acho que a outra metade são vocês que fazem. Claro que a outra metade seria aprofundar essa própria concepção de prática social e essa forma de prática social. Sem dúvida nenhuma, isso implicaria num curso inteiro para se detalhar os procedimentos numa base científica, numa base lógica, dentro de realidades concretas. Pegar uma prática concreta numa instituição que aborde determinados tipos de problemas e aplicar o procedimento que tem bases comuns, o que veria é o objeto da prática, são as situações concretas dessa prática e a forma de você conduzir o processo lógico do conhecimento, que não é nenhum mistério, e af a gente precisa começar a desmistificar a ciência. A ciência começou a ser patrimônio de alguns eleitos quando a ciência passou a ser poder; antes disso a ciência era construída à base da experiência do homem comum: ele ia praticando a sua vida, vivendo a sua vida, ia criando conhecimentos, organizando esses conhecimentos. Em dado momento a ciência se complicou porque ela passou a ser poder. Quanto mais ela é poder, mais ela se complica e mais ela elitiza as pessoas. Então é hora da gente começar a popularizar a própria ciência. E existem formas para isso. Ter uma prática efetivamente científica sem nenhuma complicação. Existem formas da gente dominar essas práticas científicas sem nenhuma dificuldade.

Plenária

As instituições, pela sua própria natureza não estão de prontidão para dar respostas imediatas a essa realidade em profunda transformação, complexa e contraditória. As instituições sempre resistem às mudanças, são pouco permeáveis às mudanças.

Luisa Erondina

É importante quando você coloca uma teoria para explicar a realidade e essa teoria é chamada teoria histórico-estrutural, ou materialismo histórico, dialético, também essa teoria se aplica à compreensão da instituição como fenômeno. Se queremos adotar uma nova postura teórica para compreender nossa prática, para entender nossa prática, para embasar nossa prática, essa postura tem que abranger o fenômeno instituição. Eu não posso continuar vendo a instituição, compreendendo a instituição nos moldes tradicionais, se eu estou me propondo a realizar uma prática reconceituada, uma prática dentro de uma outra abordagem. Foi muito oportuna sua colocação, porque se a nossa prática é uma prática institucional, a instituição tem que ser um dos objetos da nossa reflexão e da nossa compreensão, porque a nossa prática está determinada institucionalmente.

Então uma compreensão dentro da visão teórica que nós estamos apontando com relação ao fenômeno instituição, supõe que nós vejamos a instituição como processo, essa é a primeira diferença. Em geral nós vemos instituição como fenômeno, ou seja, algo estático, monolítico, pronto e acabado. É isso que nos leva muitas vezes a uma atitude, "não posso fazer nada

porque a estrutura da instituição não permite". Você coloca toda a culpa de não poder renovar, de não poder modificar tua prática, porque você coloca a culpa na instituição, na estrutura da instituição. Isso tem um valor relativo, uma verdade relativa, porque a instituição não é um bloco, não é monolítica, ou seja, algo estático, algo dado, algo determinado. E não significa que eu preciso eliminar a instituição para poder viabilizar minha proposta. Que é outra coisa, não adianta, é uma ilusão, e a-histórica. E eu imaginar que vou terminar com a minha instituição, acabar com sua estrutura para poder criar uma prática renovada, é a-histórico, quer dizer, isto não é histórico. Bom, se eu parto do pressuposto de que a instituição não é monolítica, não é estática, mas ela é processo, ou seja, ela também está em movimento e esse movimento se dá a nível interno e a nível externo. A nível externo você coloca essa instituição voltando outra vez à concepção da sociedade como estrutura, porque você tem três partes, você tem as chamadas relações econômicas, as relações sociais e as relações de poder. Quando eu falo em relações de poder é mais do que o político, é também o ideológico, então você concebe aqui a sociedade como uma parte ou infra-estrutura, e uma parte superior que é a superestrutura.

Na superestrutura situam-se todos aqueles elementos abstratos da sociedade, por exemplo, as normas jurídicas, o político propriamente dito e o jurídico, essa aqui é uma parte da superestrutura, é o chamado aparelho de Estado. O jurídico e político representado pelo Estado, como expressão máxima.

E tem a estrutura chamada estrutura ideológica que são todos os valores, as normas, os padrões de comportamento e se expressa através das outras instituições, a Igreja, a escola, a família, o direito, embora o direito esteja nas duas estruturas, todas as representações, abstrações enquanto idéias do concreto; é o que forma a chamada estrutura ideológica da sociedade. Essa estrutura ideológica é reproduzida através das instituições chamadas instituições ideológicas e aqui a família é uma delas, e o papel dessas instituições é exatamente reproduzir a superestrutura dessa sociedade, ou seja, garantir que as normas jurídicas, as propostas políticas e as normas morais, as normas religiosas, os valores e a cultura, sejam reproduzidas e asseguradas através da ação das instituições. E aqui se coloca a família, a igreja, a escola, os meios de comunicação, etc... São todas as instituições que compõem a estrutura ideológica da sociedade e que têm como função reproduzir o conjunto de idéias, de valores vigentes da sociedade. E, tudo que é contrário a isso, ela segura, portanto, elas são também um instrumento de controle. Por outro lado, dentro de cada instituição existe uma dinâmica, porque dentro dela há atores: — atores dominantes e atores dominados. Os atores dominantes são a direção da instituição que propõem a intencionalidade ou a finalidade da instituição, os objetivos, os programas, definem a clientela, estabelecem as normas ou funcionamento da instituição — esse é o sistema de poder. A instituição reproduz em pequena escala a relação de poder da sociedade. Então, a instituição tem no seu bojo as mesmas contradições do conjunto da sociedade, ou seja, tem os atores dominantes e tem os atores dominados, que são a clientela.

A relação entre atores é uma relação dialética. Quem está no poder da instituição, quem é poder, procura assegurar que as normas da instituição, a filosofia, os valores, os programas delas não se alterem, permaneçam os mesmos, quando muito os moderniza. Pinta a casa velha, mas não assegura a renovação da estrutura, e procura criar mecanismos de controle, para reproduzir as normas a partir de uma relação de poder. Só que quem está embaixo também pode opor resistência a esse po-

der, inclusive contra-manipular o poder, porque embora dominado é um potencial resistente. Então são duas forças em oposição: uma força dominante e uma força dominada.

A direção da instituição, os agentes da instituição e a clientela, a própria conceituação de clientela já indica uma condição de inferioridade, a clientela, o dependente, o carente, "o marginalizado"; só que, esse marginalizado, dentro de uma concepção dialética, pode transformar-se no sujeito de sua prática social. É uma outra diferença entre uma ação social do tipo assistência social e de uma prática social dentro desta nova visão. Não é o técnico, não é o agente, não é o missionário, não é o diácono que fazem a prática social. Ele é um elemento estimulador da prática, mas o próprio elemento que vai sofrer a mudança, é o sujeito da mudança. Uma outra concepção dessa prática é que o elemento que está submetido a uma situação de carência torna-se o próprio agente de sua transformação. E uma forma dele se tornar agente de sua transformação é a tomada de consciência do dominado em relação aos seus direitos e ao seu poder. Quando ele se torna consciente dos seus direitos e seu poder de transformação, ele apresenta resistência ao poder, que venha, seja da direção da entidade, ou seja de uma outra classe das suas relações com a sociedade, e quando esse dominado toma consciência da sua força ele faz valer essa sua força, então se estabelece exatamente o conflito dentro da instituição e se dá a ruptura.

Na medida em que as contradições vão crescendo, há o crescimento quantitativo. Os conflitos, os descontentamentos, as divergências, que se dão em qualquer grupo (na família também ocorrem) acumulam energia e levam a um ponto de saturação das forças de oposição. Essa saturação provoca uma ruptura, que é a mudança qualitativa. É uma lei de dialética que diz que quantidade gera qualidade. Quando pensamos em crescimento linear, evolutivo, o crescimento se dá simplesmente pela soma de uma coisa à outra, é um mero crescimento quantitativo. A compreensão dialética da realidade diz que quando um crescimento quantitativo num dado momento atinge um grau de saturação, há um recuo e o impulso se retoma. É o nível, a instância da ruptura. Quando se deu a ruptura esse crescimento quantitativo se transformou em crescimento qualitativo.

Uma crise dentro de uma instituição pode dar a impressão de retrocesso, mas se esse retrocesso for crescimento, ou vitalidade, ou dialética, vai criar um novo impulso e nunca impulso desse nível, o retorno foi para potencializar o impulso, que leva a novo crescimento até chegar de novo a um nível de saturação. Até se darem essas rupturas há uma série de conflitos. Então esse é o movimento dialético da instituição, vista como processo.

Por exemplo, vamos imaginar que uma instituição não admite a participação da clientela nas decisões, porque nós temos uma tendência a considerar o outro incapaz. Quantas pessoas dizem que não devemos ter eleições no Brasil porque o brasileiro é incapaz de votar. Então se diz, não vamos abrir a participação agora, só certas participações. Nós definimos os limites da capacidade de participação do outro. Ora, só se aprende a participar, participando. Só se aprende a nadar jogando-se na água, não é lendo sobre natação, não é ouvindo discurso sobre participação, que se treina na participação. Vamos imaginar que os agentes de uma dada instituição abram um certo espaço, que não fira as propostas da instituição na sua essência. Se esse certo espaço for bem utilizado, pode fazer com que quem está embaixo vá ampliando esse espaço. E num dado momento o espaço que está embaixo começa a invadir o espaço que está em cima. E quando isso se dá, num dado momento, nesses dois

limites do espaço não cabem dois, só cabe um, então aqui é o momento da ruptura. Ou a direção admite de fato a participação, e abre de fato canais para a participação, ou se dá uma crise violenta dentro da instituição e a transformação pode muitas vezes gerar a desagregação se não se superar a contradição.

Plenária

Vou colocar alguns pensamentos para discussão, pedindo esclarecimentos também. Na sua exposição, ação social é sinônimo de revolução, isto é, ação social é transformação estrutural da sociedade. Segundo a lógica da teoria histórico-estrutural, esta visaria uma sociedade sem classes, uma sociedade materialista também, coloco isto para discussão, seguindo a lógica de que estávamos num processo histórico-materialista: Qual é a alternativa? Este conflito teria de se processar indefinidamente ou num determinado ponto este conflito não seria mais necessário? Até onde seria suportável humanamente falando?

Luisa Erondina

A primeira parte da questão, eu não diria que existe uma única alternativa dentro dos modelos históricos que a gente conhece. Eu acho que cada povo, em cada momento histórico, teria que ter suficiente liberdade de criar o seu próprio modelo histórico de sociedade, eu parto do pressuposto de que cada nação, cada povo é livre de, a partir da sua história, a partir da sua cultura, e a partir do seu grau de desenvolvimento, gerar o seu próprio modelo de sociedade. A diferença estaria numa sociedade menos ou mais justa, com menos ou mais exploração, com homens mais ou menos iguais. Então eu não optaria por um modelo único de sociedade. E eu acho que isso historicamente seria negar o próprio processo histórico, se se estabelecesse um modelo padrão de sociedade. Quanto à idéia de conflito, eu vejo o conflito como característica de uma realidade em movimento, dessa concepção dialética de mundo, mundo incluindo a natureza, o homem e a sociedade. Enquanto pessoas somos uma profunda contradição, um profundo conflito: somos fisicamente limitados, tendo corpo físico, material que precisa de espaço e limitado no tempo, por mais tempo que viva, não vive depois de um certo limite. Porém, ele é dotado de uma inteligência, de uma mente que o projeta a instâncias ilimitadas, então ele está aqui hoje e ele está se transportando, a nível da mente, da inteligência, para outros universos. Então ele está condicionado fisicamente, materialmente, porém, ele tem outras dimensões espirituais, intelectuais, de razão, de meio, de inteligência que lhe projeta a primeira contradição, isto gera conflito. Eu não gostaria de estar numa cama doente, pois a minha mente está me lançando a uma ação, a uma atividade, a um processo.

Por exemplo, outras contradições dentro de nós mesmos, a necessidade de me afirmar enquanto indivíduo, enquanto personalidade, enquanto identidade e a minha condição de existir só na relação com o outro. Então eu limito o meu espaço para outro existir, ou existo na relação com o outro ou não existo. Olha a contradição entre indivíduo e o sócio, a relação individual e a relação social. Quer dizer, o próprio homem é essa contradição, é essa divisão.

Ele é puxado para o positivo, ele é puxado para o negativo, se se considera isso bem ou mal: acho perigoso considerar isso bem ou mal, mas tendências positivas, tendências negativas, dividindo o homem. Então o próprio homem é essa contradição, é esse próprio conflito. E o que é ser homem? É ser capaz

de entender esse conflito e direcionar esse conflito numa direção construtiva. Eu acho que o homem é homem na medida em que ele é capaz de tomar consciência e assumir as consequências dessa tomada de consciência. Então, o próprio homem é movimento. A sociedade é movimento, então quando eu digo que a realidade é contraditória, não é uma qualidade a mais que eu atribuo à realidade, o movimento inerente à realidade; a realidade é movimento. Agora quando eu falo em conflito, agora me parece que há aí uma diferença entre o conflito e a contradição antagônica e o conflito e a contradição não antagônica, então vai existir sempre o conflito... Conflito de interesses por essas diferenças, pela própria diferença entre um e outro. O próprio fato de eu ser diferente do outro já gera conflito pelas próprias diferenças entre mim e ele na relação com ele. Agora amplia isso para os grupos, para as camadas sociais, para o conjunto da sociedade, que o conflito é inerente à natureza da sociedade ou das relações humanas. Agora uma diferença é o conflito antagônico. Bom, o antagonismo vai ter que terminar um dia, quando terminarem as explorações. Porque o antagonismo é uma relação de poder contraditória, o poder dominando o outro; como o dominado é sempre a maioria quantitativamente é superior, como não existe quantidade sem qualidade, e quantidade gera qualidade, então num dado momento, esse inferior vai ser qualitativamente superior e a contradição e o antagonismo vão significar uma ruptura. O antagonismo tem que terminar um dia numa sociedade, mas o conflito é condição de crescimento. Veja o ser humano na sua evolução, sem o conflito da adolescência não atinge a idade da juventude. O que é a crise da adolescência? É o estágio de transição de uma idade para outra. O conflito de maturidade para a velhice, são rupturas que a própria realidade propõe como condição de evolução da própria realidade.

Não sei se eu respondi, e naturalmente toda visão tem um componente ideológico, quem estiver vendo de uma outra ótica e encontra explicações diferentes dessa que estou dando, e é bom a gente ter isso muito claro para a gente não admitir que existe uma única verdade, ou achar que a verdade do outro não é verdade tanto quanto a nossa; é uma questão de perspectiva teórica; é uma questão de visão ideológica das coisas.

Plenária

(Falha na gravação)...

Luisa Erondina

Eu vou tentar pegar alguns pontos da sua colocação que realmente é muito rica e implicaria numa série de desdobramentos. Eu vou tentar situar a irracionalidade da racionalidade da minha proposta. Entendendo que a minha proposta é uma proposta teórica, logo é uma abstração, ela vale como primeiro momento, o chamado unidade positiva do conceito ou a universalidade do conhecimento. Então como abstração ela é verdadeira, como um conceito universal, você mesmo falou da logicidade da colocação, enquanto abstração, enquanto momento positivo do conceito, enquanto universalidade do conceito, é verdadeiro. Agora toda verdade abstrata, toda verdade universal, o momento positivo do conceito já implica na sua contradição ou na sua negação. No momento em que eu aplico essa série de conceitos a uma realidade objetiva, eu já contradigo, já percebo a irracionalidade frente à concretude da realidade na qual estou aplicando esse conceito.

Vou tentar ser mais clara, se eu pego, por exemplo, o conceito de favela, qual é o momento positivo do conceito ou a univer-

salidade do conceito, que eu aplicaria, por exemplo, a essa abordagem como sendo a unidade positiva do conceito, o momento universal do conceito do conhecimento. Eu não me referiria a uma favela concreta, eu diria que favela é um amontoado de barracos em desordem, sem saneamento básico, com uma população apática, sem ânimo para nada, preguiçosa, doente, agressiva, um grupo desordenado, desagregado. Pegando qualquer livro que conceitue favela você chega a essa proposição, abstração. Quando eu aplico esse conceito (tese) de favela a uma favela X, eu vou encontrar a particularização do conceito: ao particularizar o conceito a uma realidade concreta eu nego o conceito; quando eu aplico uma abstração a uma realidade objetiva ela se torna irracional, essa realidade objetiva que é a negação da universalidade anterior, aquela abstração vai me levar a outro conceito que é a unidade negativa do conceito. E o que é a unidade negativa do conceito? Eu chego a um conceito diferente da favela X. Eu digo que a favela X não é o que eu falei antes, de modo genérico. A favela X é um grupo de pessoas que veio de uma determinada região com uma cultura X, com certas manifestações culturais, com certas reações, com um certo nível ou não de organização, então eu chego a um conceito sobre a favela X que é uma síntese. E ao se tornar síntese ela passa de novo a conter a irracionalidade, porque ao aplicar o conceito da favela X à favela Y, ele já passa a ser negado, que é o processo dialético da realidade. Não sei se é satisfatória, mas do meu ponto de vista a irracionalidade da minha proposta estaria na medida em que ela não está ligada a uma concreta, objetiva, eu não vim trazer a expressão de uma realidade concreta, eu parti de pressupostos teóricos que ao se particularizar necessariamente vão revelar irracionalidade, essa é a primeira parte. A outra parte, sobre o bem-estar social, o próprio conceito de bem-estar social implica uma profunda relatividade, se você situar historicamente o modelo de bem-estar social, o Estado de bem-estar social, ele é produto histórico de uma dada sociedade, em um dado momento, portanto, o conceito de bem-estar social é um projeto histórico de uma sociedade concreta num dado momento concreto. Então, no momento em que eu projeto esse modelo de bem-estar social para realidades diferentes, em momentos diferentes, eu já caio no relativismo do conceito do bem-estar social, ou seja, para uma dada sociedade, bem-estar social é atingir um certo grau de consumo, um certo grau de conforto, um certo grau de participação, para um outro grupo humano, dentro de uma outra realidade histórico-cultural, provavelmente vai ter um outro projeto de bem-estar social. Então eu não estabeleceria um modelo único de bem-estar social, como um projeto a ser perseguido por uma dada sociedade a partir de um padrão que é de uma outra sociedade. Eu questiono muito os padrões de bem-estar social que são padrões agendados ou pautados em modelos de sociedade que não tem nada que ver com a nossa. Por exemplo, pode ser que uma sociedade opte entre uma situação de bem-estar e uma situação de independência. Há países da África que optaram pela pobreza independente. Por que não optar pela pobreza independente? Pode ser que a independência tenha valor maior que uma situação de bem-estar. Sentir-se livre, para conduzir seu próprio processo histórico pode ter um valor maior para uma sociedade do que alcançar padrões de bem-estar. Optar por um modelo ou por outro é excluir uma alternativa. Esse respeito às características de cada povo é, ao meu ver, a grande saída para se ir acertando, eu não espero, aspiro, crédito num modelo ideal de sociedade, e num modelo acabado, pronto de sociedade. Quando o próprio Cristo pensou no homem novo, ele pensou num homem que realmente conseguiu superar a contradição do homem velho, mas quando ele se torna homem novo, ele passa por uma nova busca. Acho que absoluto só é a busca, o resto é relativo. E tanto é verdade isso, que o homem está sempre projetado num futuro, num futuro não limitado para ele, o

paraíso para uns, o processo histórico para outros. Eu acho que é tão eterno isto como o outro; é tão esperança quanto a outra. Eu imaginar que não morro porque continuo no processo histórico, é para mim tão cristão, tão criador, quanto imaginar perpetuando-me no paraíso. Acho que o que torna o homem grande, o que torna o homem religioso é exatamente essa projeção no futuro que não está preso aos seus limites humanos. Esse futuro pode ser um processo histórico indefinido, como pode ser uma instância de vida que pode ser o céu, a eternidade, outro planeta. Há grupos imaginando outros níveis de vida e evoluídos em outros planetas. Eu acho que a gente tem que ter preocupação é quando o homem deixa de lutar, acho que o grande problema com a gente mesma, grande tentação é desânimo, a descrença, o descrédito, a falta de esperança. Enquanto tivermos esperança, estaremos numa atitude de luta; a atitude de luta é o absoluto. Tanto é real que quando você atinge algo que busca, você perde todo o seu estímulo e você passa a buscar outra coisa. Eu sou extremamente idealista e, isso me mantém jovem, acho que nunca vou envelhecer, porque eu acredito muito nisso, e você acreditar nisso é ir além dos condicionamentos humanos, é pensar no homem. Acho que o Cristo foi aquele que acreditou profundamente no homem, ele acreditou contra tudo, e ele investiu nele, ele apostou no homem.

Plenária

(Falha na gravação)

Luisa Erondina

Acho que essa prática de inspiração religiosa está sendo encarnada hoje, no momento em que as religiões, as igrejas, as comunidades religiosas se identificam com a luta do povo, sem negar a inspiração religiosa. Não é preciso negar a inspiração religiosa. O marxista tem outra inspiração, e daí? Os atos humanos para serem lógicos, inteligentes têm que ter uma motivação. O Cristo foi o grande revolucionário de todos os tempos e a motivação dele era profundamente religiosa. O que tornava revolucionária a sua prática? Era a identificação com as camadas populares, com o povo, ele era povo. Por isso a gente estranha quando vem o Papa, num país, miserável, onde 75% da população ganha de 0 a 4 salários mínimos, vem o Papa visitar numa festa e gastam bilhões de cruzeiros. É uma profunda contradição à própria inspiração religiosa da existência dessa autoridade. Inclusive eu acho que os cristãos têm que voltar a suas fontes, voltar a reforçar a inspiração. Como é que eles praticavam a caridade, não era dividindo o supérfluo não, era dividindo o essencial. Eles tiravam de si e dividiam com o irmão. E não usavam o intermediário, uma instituição para fazer. Eles não faziam como alguém superior que davam a alguém inferior, preguiçoso, afirmado porque somos trabalhadores, esforçados, somos diferentes, superiores ao outro. Eles faziam autocriticando-se, "foi porque eu pequei, por isso meu irmão está daquele jeito". Eu acho que a inspiração cristã e a prática social são profundamente transformadoras, são profundamente revolucionárias. É que ela está muito descaracterizada nos dias de hoje. A divisão que existe entre os grupos religiosos é a negação da essência dos seus discursos. Uma outra grande contradição das instituições é isso: seu discurso é uma coisa, sua prática é outra. Cristo não começou escrevendo o evangelho dele não, ele começou vivendo. Ele não escreveu uma letra, o sinal era o sinal da prática "olha vejam como eles se amam", não é como eles dizem que é o amor, é como eles se amam, "vê lá o que ele está fazendo para ver se é realmente o João Batista", "vê lá o que ele está fazendo para ver se é

realmente o Cristo". Então, a meu ver, nos dias de hoje, seria necessário voltar à essência da mensagem cristã encarnada no operário, nos movimentos populares, nos grupos que se contradizem a nós, por que não? A gente tem que aprender a viver com os grupos contrários a nós, que a realidade não é bonitinha como a gente quer, só cristãos, só irmãos, não é assim. Se eu quero que o meu recado seja transmitido através da minha vida, através da minha prática eu tenho que conviver com recados e expressões de vida de outros, convivendo comigo. E saber as diferenças e saber conviver com elas, quer dizer, saber vencer as divisões internas, e saber superar e entender as contradições de divisões externas. E, a grande mensagem da pobreza, eu acho que o cristão desaprendeu muito, a pobreza por exemplo, ela não é falta de coisas...

Plenária

(Falha na gravação)

Luisa Erondina

Mesmo que se oponha a suas idéias, se ele for coerente com as suas idéias. O princípio do respeito está na base de profunda coerência que tem em relação a sua proposta, e coerência é vida. A meu ver a prática social, vista pela ação religiosa, supõe hoje uma profunda coerência com a proposta original desta tendência religiosa. E uma outra é que essa proposta seja encarnada nos dias de hoje. Não adianta pensar em viver o cristianismo nos termos em que Cristo viveu na época dele, ou que a Igreja viveu na época medieval, ou que Lutero viveu no seu tempo, não é isso. Eu acho que a religião é vida, então ela tem que ser encarnada nos dias de hoje. Então as expressões religiosas de hoje realmente tem que ser encarnadas nos dias de hoje, numa realidade como a nossa, e não dá mais para fazer uma ação espontaneista, uma ação aleatória, uma ação empírica. Nós gastamos dinheiro à toa por trabalhar mal, aplicamos muito mal os recursos que a comunidade coloca nas nossas mãos. Não nos preparamos, a nossa prática não é uma prática científica. Então nos satisfazemos com a nossa proposta religiosa, achando que é a verdade, que vamos salvar os outros e nos desobrigamos de uma prática séria, de uma prática científica, prática racional. Então, essa caridade nos dias de hoje, tem que ser realizada utilizando os recursos que a ciência está colocando aí para nós.

Plenária

Mesmo que eu trabalhe numa perspectiva de transformação social tenho de atender as pessoas necessitadas de atendimento imediato. Como você relaciona esse atendimento com a proposta de transformação?

Luisa Erondina

Eu não falei que a proposta de transformação só possa ser realizada através de uma ação grande, eu não falei em tamanho da ação, você pode ter uma prática individualizada e ela pode ser uma prática transformadora. Porque quem transforma não é você, quem transforma é o homem que está numa situação que precisa ser transformada. Se você ao atender uma pessoa, um cliente, e o seu atendimento não o mobiliza para ele sair da situação, o que é que nós fazemos, ele tem fome você dá comida, ele tem frio, você dá agasalho — o governo está aí fazendo a campanha do agasalho, que é uma vergonha, é uma sociedade

fálica, é aquela que precisa gastar dinheiro em propaganda para pedir agasalho velho para os outros, é uma vergonha, é uma sociedade falida. Enquanto eu der o agasalho para ele, a comida para ele, e não disser para ele que não deveria precisar que o outro desse agasalho para ele, desse comida para ele, não estou ajudando a transformação, a transformação da cabeça dele, a transformação da atitude dele. Agora que a nossa prática, o mal dela não é ser individualista ou não, é a forma como conduzimos a ilusão para o outro, de que o seu problema está resolvido. E quando o outro resolveu o meu problema para mim, eu me despreocupo do meu problema. Logo eu me desmobilizo, desmobilizo o outro, eu o tiro da atitude de luta. Então, o sentido de uma prática transformadora não está na dimensão dessa prática, mas na forma como conduzimos essa prática, e o agente dessa transformação, não é aquele que faz a ação social, mas aquele que está submetido a uma situação e que precisa assumir uma atitude de transformação.

Plenária

(Falha na gravação)

Luisa Erondina

A mudança das fases, o ser humano está submetido a leis de evolução físicas e mentais, e há etapas que são profundamente diferenciadas. Dentro de uma evolução normal essas crises se dão no seu tempo normal. E quando dizemos que nas nossas sociedades não existem mais crises de adolescência é que o nosso adolescente é adulto antes do tempo. Uma criança que precisa sair de casa aos 7, 8, 9 anos para trabalhar, para sustentar a família, não se pode dar ao luxo de ter crise de adolescência. As preocupações dele, as dificuldades dele, já são situadas no plano de um adulto; claro que isso tem um preço. Quando você corta o curso de um rio, a água vai se avolumando e pode dar uma enchente, pode dar uma invasão, uma explosão. Então, eu acho que as nossas sociedades são tão injustas que nem sequer do ponto de vista humano, biológico, o ser humano tem os mesmos direitos que os outros seres humanos de outras sociedades. Os processos que ocorrem com eles são precipitados no tempo pelas exigências de sobrevivência que a sociedade coloca para ele. O resultado é que a não satisfação de certas necessidades correspondendo a certos momentos da vida do indivíduo, vai se projetar, na idade adulta, em atitudes agressivas, em delinqüência, em revolta, porque se violou uma lei natural. Então todo movimento que se dá fora do tempo, ou seja, desde que não se vivenciou aquele estágio de crescimento quantitativo para gerar transformação qualitativa, se precipita, o processo que se atrofia, e a atrofia é uma violência. Toda contenção de um processo natural é violento: Brecht, aquele teatrólogo alemão, falava, não sei exatamente as expressões que ele usa, mas ele faz uma imagem muito bonita, "as margens do rio se queixam do rio que pela sua violência invade as margens", então o rio responde "você não se dá conta da violência que é me conter?". Isso é dito com palavras muito mais bonitas, mas a imagem é esta, quer dizer, é tão violento o rio que invade as margens, como as margens que contêm o curso do rio, quando é superior a capacidade.

Plenária

Queria um esclarecimento em relação ao termo desânimo que a senhora usou. Falou tão enfaticamente na esperança, dando a idéia de que quem tem esperança não tem desânimo. Queria que colocasse a questão desânimo no processo dialético.

Luisa Erondina

Eu acho que o desânimo é exatamente o corte na relação com os outros; quando eu me desanimo é porque eu me sinto só, incapaz, insuficiente, impotente, aí eu desanimo e é contraditório, por isso. É que eu me acho tão importante individualmente que eu deveria ser capaz de transformar, de conseguir os meus objetivos, porque eu... O contraditório é que eu individualmente não posso, realmente eu não posso nada. Então eu me desanimo porque eu não consegui atingir aquela imagem superdimensionada que eu faço de mim mesma. Agora outra coisa, a esperança, bom eu não posso tudo, mas eu posso alguma coisa. Tem um sociólogo uruguai, Eduardo Galeano, vive inclusive exilado, só pode! Ele escreveu alguns livros muito bonitos, um deles vocês devem conhecer é o "Veias Abertas da América Latina", é num dos livros dele que ele coloca "flashes" da vida dele, que são muito bonitos: "Eu preciso ser paciente e humilde porque eu sou a história, mas não a história toda. Eu sou o tempo, mas não o tempo todo, mas bem que eu gostaria de ser o tempo todo e a história toda". É a atitude de humildade, mas não a atitude de humildade que me torna passivo, não é aquela humildade negativa que as religiões põem na cabeça da gente – ser humilde quer dizer que eu sou incapaz; não é nada disso. O humilde é aquele que tem consciência dos seus limites, mas é pleno dentro dos seus limites; a plenitude dos seus limites está na razão da minha relação com os outros; os meus limites se ampliam através dos outros, enquanto eu mantiver as minhas relações com os outros, o meu projeto coletivo – a vida do homem não é um projeto individual é um projeto coletivo, tanto é que ele já nasce de um casal, no mínimo, depois, até perde, não tem mais o pai, porque já sumiu, mas no mínimo ele nasce de um casal.

Plenária

A minha pergunta é relacionada com a formação universitária e uma ação comunitária. Como se daria a integração entre a formação científica e o respeito ao modo de pensar da comunidade?

Luisa Erondina

Eu acho que o respeito ao modo de pensar da comunidade é científico; é a idéia de relação teoria-prática, em que a teoria vem depois, a prática vem primeiro. Na proposta do método dialético parte-se do primeiro grau de conhecimento, que é o conhecimento sensível. Isto significa entrar na realidade e tomar um banho dela, senti-la não através da razão, mas sim, através dos sentidos: sua vista, seus ouvidos, seu tato, seu gosto. Conhecer sensivelmente a realidade de uma comunidade, de uma favela, é viver com eles; não é preciso morar na favela não. Alguns acham que só vão fazer um trabalho bem feito, se forem morar na favela mas o bom não é morar na favela, é tirar todo mundo de lá, se eles querem sair. Então, aquelas suas idéias da faculdade, da universidade, aquelas teorias que puseram na sua cabeça já vão ser irracionais. Elas servem para você perceber a contradição entre o concreto e o abstrato. Captar-se a realidade da comunidade, que se transmite através da aparência, das manifestações culturais, suas reações, comportamentos, idéias. Paulo Freire tem um método que parte da chamada pesquisa do universo vocabular, em que as pessoas vão fazer as pesquisas, conviver com a comunidade e anotar tudo que as comunidades dizem, tudo que as pessoas falam, depois vai fazer uma análise e ver o que aparece com mais insistência. Depois faz uma classificação, uma análise e estabelece as chamadas situações limites, que são aquelas situações que estão mais pre-

sentes na vida do povo, inconscientemente, mas que eles manifestam através da aparência. Então esse método que parte dessa proposta supõe esse primeiro grau de conhecimento sensível. A partir dessa experiência, que não pode ser esporádica – tem que se repetir essas experiências de imersão na sociedade – vai-se fazer análise, vai-se fazer um juízo. E esse juízo se transforma em conceito, se transforma em conclusões; aí se elabora a teoria. É a relação teoria e prática. Só que ao conhecer, seja no momento do sensível, seja no momento do racional, que é o momento do conceito, ao você entrar em contato com a realidade e procurar captá-la através de seus elementos, elementos sensíveis, já está se transformando com a realidade. A própria ida a uma favela para vivenciar, para sentir, já introduz elementos novos que suscitam a manifestação de elementos do grupo; ao colocar em contraposição às suas idéias e as idéias deles, os seus contatos com os contatos deles, já gera uma mudança na realidade. Ao chegar ao estágio do conceito, a realidade já é outra e é preciso rever o seu conceito vivendo um outro momento da prática. O grande problema da formação nos cursos das faculdades é a separação entre o teórico e o prático, é a antecedência do teórico em relação ao prático.

Primeiro você dicotomiza o teórico em relação ao prático; segundo, o teórico precede o prático; se o teórico fosse uma reflexão sobre a prática você construiria teorias não tão irracionais em relação a uma realidade. Realmente os nossos cursos não nos preparam para uma prática social efetiva.

Plenária

(Falha na gravação)

Luisa Erondina

Na relação entre os técnicos e a população, não se pode dizer que os primeiros são portadores de verdades, métodos e técnicas, enquanto a segunda é mera receptora. Claro que os técnicos têm o que oferecer: que são os elementos da ciência, da compreensão teórica para a população codificar o seu concreto, ou seja, tirar o véu, porque ela vê a verdade através de um véu. Como será dada essa ajuda? Não é pondo na cabeça dela a visão da realidade, dos técnicos. Porque ela nunca vai ver de acordo com o que os técnicos vêem, até pelo fato de serem de classes sociais distintas já a leva a ver diferente. A ajuda deve levá-la a colocar outras coisas na sua cabeça. O respeito à cabeça do outro, não fazer a cabeça do outro, parece ser o princípio do respeito ao outro e a base do acerto.

Plenária

(Falha na gravação)

Luisa Erondina

Bom, a minha fonte de aprendizagem primeiramente é a minha vida. Sou nordestina, filha de camponeses que tiveram que migrar três vezes por causa da seca. Eu migrei uma vez, as outras eu não era nascida ainda. Migrar é ir do lugar de origem da gente para outro lugar estranho por causa de seca, para sobreviver, não morrer de fome e sede. Era uma família de 10 filhos que migrava a pé, a cavalo. Quando tinha cavalo era para as crianças, pois não tinha para todo mundo, e levava os troços também junto, para um lugar sem certeza de trabalho e nem de sobrevivência. Essa realidade já coloca muito cedo as contradи-

ções para a gente. O fato de uma família de dez, somente dois conseguirem chegar a um nível de instrução, não por esforço próprio, mas por ajuda de outras pessoas é uma fonte e não dá para a gente não ser dialético.

Outra fonte, eu leciono e estudo bastante essas coisas. E a minha prática profissional com população marginalizada, com favelados também tem me ensinado muito isso. Uma outra fonte é o meu trabalho sindical, que é outra dimensão que não podemos descuidar, dimensão política da prática social – não existe uma prática social sem política. Ao mesmo tempo que eu tenho meu trabalho na favela, um trabalho extremamente pequeno, se eu comparo com a complexidade dos problemas da sociedade, tenho a minha prática sindical, à frente de uma associação profissional, em que a nossa luta é também em torno de questões que afetam aquela população com quem eu trabalho. Então, a minha prática social, uma prática direta com a população marginalizada, favelada, e as questões que se colocam num nível político, a nível de uma ação sindical, prática, a convivência com os movimentos sindicais, lideranças sindicais, são uma grande fonte de aprendizagem, mais do que nos livros. Nesses dois anos e meio, eu aprendi mais do que aprendi em todo o resto da minha vida. Uma greve que eu vivi diretamente me ensinou mais do que 10, 20 anos de leitura, é a prática que transforma a gente, que ensina a gente. Agora, em termos de proposta a nível de América Latina, nós estamos tentando no caso da nossa prática profissional, via organização da categoria profissional. Então nós estamos com um embrião de organização nacional, de assistentes sociais, e temos organismos internacionais, temos um centro latino-americano de trabalho social que funciona no Peru, e temos um embrião de uma confederação latino-americana de trabalhadores sociais.

A nossa proposta não é só em cima das questões sindicais, melhoria de condições de trabalho, melhoria de condições de salário, para nossa categoria, mas tem um comprometimento muito grande com os movimentos sociais populares do continente. Não estou dizendo da maioria da categoria profissional não, é da minoria que está efetivamente comprometida com o proces-

so social do continente, comprometida com as lutas do povo desse continente com um alto risco e com um alto preço. Basta dizer que a diretoria da minha entidade, quase todos da minha diretoria são demitidos, por conta de uma ação comprometida com o povo. Eu acho que a saída está nesse esforço de organização e organização super-estrutural, a nível do continente, mas com um profundo respaldo nas bases, um trabalho de base muito grande, a nível da categoria e a nível dos movimentos populares. E aqui, sobretudo em São Paulo, está se conseguindo uma boa articulação a nível das várias categorias profissionais, através dos organismos, refletindo profundamente a prática nossa, a prática dessas categorias profissionais, como assistentes sociais, sociólogos, arquitetos, engenheiros. É uma prática social efetiva, que tinha se dado até pouco tempo, profundamente vinculado ao sistema de poder e com manutenção do "status quo". A medida que se cria uma consciência política, consciência social maior, a gente percebe uma mudança de qualidade na prática profissional dessas pessoas.

Não conheço outras propostas, além dessas, dentro da minha área de experiências. Mas eu vejo vocês enquanto instituições espalhadas pelo continente, com um papel importante a desempenhar neste sentido, preservando as características de cada país, cada instituição, mas identificando algo comum que possa ter uma certa diretriz para unificar essas lutas.

Eu acho que vocês poderiam ter muito mais força reivindicatória, de pressão, por exemplo, quanto a políticas sociais do continente. Eu acho que as entidades sociais, as instituições sociais estão muito numa linha de operacionalizar as políticas que o sistema de poder estabelece, sem nenhum nível de crítica.

Luisa Erondina de Souza
Assistente Social da Coordenadoria do Bem-estar Social (Pref. São Paulo) e Profa. da Faculdade de Serviço Social da FMU-SP.

Avaliação como Prática Social

Elter Dias Maciel

Creio que, daqui por diante, haverá uma alteração do discurso, do nível de discurso que vocês estavam utilizando, pois, não trabalho com categorias teológicas. Meu discurso, meu ponto de partida para ver sociedade não é religioso. Então se isso pode empobrecer num aspecto da realidade, por outro lado, também poderá trazer até algum benefício, porque vocês sabem que não adianta querer 'brigar teologicamente comigo uma vez que não vou aceitar a briga'.

O problema da avaliação me preocupou no primeiro momento, porque estava trabalhando, fornecendo assessoria a grupos religiosos em diversas partes do país: projeto Pró-Gente em Brasília, o SIM, de Feira de Santana e alguns outros. Gradativamente, comecei a sentir nesse trabalho de assessoria, que havia, por mais diferentes que fossem os trabalhos implantados, uma certa perspectiva de avaliação sendo utilizada: de repente um grupo que trabalhou durante 2 e 3 anos num lugar, chamava um técnico da Universidade de Stanford, para vir aqui avaliar o próprio trabalho. E aquele procedimento começou a me "grilar". Como esse negócio se processa? Então existem profissionais da avaliação, existem avaliadores por esse mundo afora? Descobri assustadíssimo que existem. Essa perspectiva, se tornou extremamente assustadora porque avaliava-se desde os danos causados em Honduras pelo furacão Fifi até os trabalhos das Comunidades de Base situadas em Ijuí, no Rio Grande do Sul, quase com a mesma perspectiva. As pessoas trabalham durante anos na vida e quando precisam parar para pensar o que estão fazendo, vão chamar um avaliador profissional, que vem, senta-se e avalia numa perspectiva de: *proposta inicial, eficiência e eficácia, resultados finais obtidos*. Na verdade, esta é, talvez, a manifestação mais clara de uma penetração ideológica estranha e acintosa em cima de um trabalho.

Avaliação só pode ser entendida dentro da própria prática que o indivíduo exerce; a avaliação é uma parte da perspectiva metodológica com que os grupos trabalham no interior dessa sociedade. Não vou entrar nas partes celestiais dessa discussão, faço questão de repetir, mas estou sentindo que há um problema fundamental, inicial, em relação à questão da instituição (e vou passar rapidamente aqui com vocês, sobre ele), como ela é visualizada sob o ponto de vista sociológico. Sei que vocês poderiam enriquecer isso muito mais, se tratassem das origens teológicas da instituição, das origens divinas, mas esta não é minha tarefa. Vou tratar do assunto dentro de um discurso pobremente científico, de como as instituições se originam e vou fazê-lo através de um quadro muito esquemático e rápido. Vou passar muito metaforicamente sobre isso, e quase de uma forma poética porque não haverá muito tempo. Começo com uma figura (não sei se vocês estão lembrados), um filme exibido há muitos anos atrás, um filme de Kubrik, "2.001 Odisséia no Espaço". Há um momento de grande beleza plástica no filme, quando aqueles macacos um pouco mais evoluídos, estão disputando o lugar em que vão tomar água. Duas tribos se

defrontam... começa a disputa da água e num momento qualquer, por uma reação instintiva, um dos macacos se apodera de um osso, possivelmente um fêmur, levanta-o e abre o crânio do seu adversário. E aí está um dos momentos mais belos do filme, porque ele fica olhando aquele osso, "macaqueando" sobre o que fez: a tribo adversária foge, ele continua olhando aquele osso na mão, bate com ele no chão e vê que havia potencializado a própria força. Então, veja bem, estava descobrindo algo além da sua formação puramente instintiva e fisiológica; ele conseguia potencializar a própria força e dali para a frente as tribos que logravam manejá um instrumento semelhante se tornaram mais poderosas do que as outras. Na verdade o que aconteceu foi que um indivíduo, o antropóide, introduz o raciocínio e desregula, em certo sentido, sua programação instintiva o que é simbolizado pelo grande monólito negro. Aparece o monólito negro e daí para a frente o *homem* continua a alterar sua programação instintiva; ele não é mais um indivíduo que age puramente pelos instintos, pelo contrário, ele agora introduz a capacidade de alterá-los.

Se acompanhamos os estudos antropológicos sobre as tribos, sobre a evolução corporal, a gente vê que, conforme a prática social daqueles indivíduos, eles alteraram os próprios instintos. O homem, ser racional, altera a sua programação instintiva. O jacaré, o urso, nascem com a sua programação já definida, "eles sabem" o que fazer (ninguém os ensinou como, por meio de cursos para preparação de noivos, devem se casar). Quando chega o momento, eles sabem o que fazer, eles sabem se alimentar, procurar o alimento, eles sabem se defender, eles sabem procriar sem traumas (a não ser aqueles que convivem com os homens, os cachorrinhos das madames, por exemplo).

Nesse momento, alguma coisa nova se processa; aquele antropóide *exteriorizou-se* no universo; ele se projeta, ele cria alguma coisa. Ao se exteriorizar no universo, ele altera a sua programação instintiva e introduz um novo tipo de comportamento. Mas os outros macacos viram aquilo e pouco tempo depois — algumas centenas de milhares de anos — todos os "macacos" estavam de tacape e outros instrumentos. Depois flexas, bombas atômicas e daí por diante. Nesse sentido, ao realizar a *exteriorização*, ele foi visto pelos outros macacos, e um pedaço de osso, um pedaço de pedra comprida, um pedaço de madeira trabalhada se transformou em arma que era entendido como símbolo da agressão e de defesa. Significa mais: os outros macacos que presenciaram a cena se apropriaram também daquela experiência instintiva inicial, que passou a pertencer a toda comunidade. Então a experiência foi *objetivada* e os outros macacos que nasceram após aquela objetivação — e aí já não tão macacos, mas um tanto homens, encontraram aquelas armas que já existiam e aprenderam que eram armas de ataque e defesa e assim sucessivamente. Então *internalizaram*, imediatamente ao nascerem nas suas tribos; a concepção de arma de ataque e defesa e de ferramenta que faziam

parte do conhecimento global daquela comunidade; houve a interiorização. Muito bem, eu estou falando aqui agora, e todos vão entender por uma razão muito simples; é que estou usando palavras que são símbolos que já foram interiorizados por todos nós e que permitem que nós nos comuniquemos; podemos falar um com o outro porque os símbolos são os mesmos. É evidente que se eu falasse aqui em "teologuês" ou "sociologuês", teríamos certa dificuldade, mas estou falando a linguagem dos mortais. Então essa linguagem todos nós captamos e por isso nos entendemos, podemos até nos entender para discordar posteriormente mas vocês estão sabendo do que eu estou falando porque esses símbolos sofreram o mesmo processo em nossas biografias.

Volto ao macaco. Eles tinham grunhidos. Aparecia o tigre dos dentes de sabre e eles tinham um grito específico: o do perigo que-se-aproxima. Tinham um grito para chamar os outros; se encontravam água ou alimento, tinham gritos para repelir um indivíduo de seu terreno, tinham grunhidos de amor (e a civilização ocidental perdeu muito por não saber mais grunhir de amor). A esses grunhidos, depois de articulados, nós demos o nome de palavras que são símbolos que captam determinados momentos da nossa experiência e que são passados através das gerações. Entre eles foram *objetivados* porque eram comuns e institucionalizaram-se na experiência do grupo. Quem nasceu posteriormente encontrou grunhidos já sistematizados: a palavra, a linguagem. Imagine agora a tremenda passagem até o complexo discurso de Aristóteles, por exemplo; quanto tempo levou isso? Vamos ver, no cotidiano, o que seria então a interiorização. A interiorização se dá quando as estruturas da sociedade ou grupo ao qual pertenço passam a fazer parte da estrutura da minha própria consciência; e é aí que está o "pulo do gato" para o problema da instituição. Há um mundo organizado à minha volta e eu vou captando esse mundo organizado.

Vocês se lembram (aqueles que viram *Raízes*) do trabalho de *Alex Haley*, que provocou um pouco de "grunhidos" dos nossos antropólogos extremamente exigentes em relação às passagens. Mas todo mundo acompanhou os ritos de passagem, que davam identidade ao *Kunta Kinté*. Vocês sabem que *Kunta Kinté* foi o herói da resistência; ele resistiu em todos os tempos, porque foi roubado da sua tribo onde tinha identidade e colocado numa outra civilização que lhe *retirou* a identidade. Sua saga é a saga da resistência. Ele foi completamente desarticulado porque outros valores, outras concepções, outra linguagem, foram violentamente introduzidas na sua vida e ele resiste, mesmo que lhe cortem o pedaço do pé. Mas para a manutenção da sua dignidade, ele teve que (submetendo-se ou não) criar seu próprio mundo para não se aviltar. Na concepção daqueles que o trouxeram ele era atrasado, ele era primitivo, ele era imoral etc. Quando *Alex Haley* descreveu a tribo na sua origem mostrou que eles tinham dignidade, que eles tinham moralidade, que eles tinham uma identidade completa com suas próprias passagens e características. Ele havia *interiorizado* uma outra sociedade da qual foi brutalmente arrancado. Essas narrativas vão nos mostrar o seguinte: quando o homem exterioriza, ele exterioriza não só ferramentas para trabalhar a realidade, ele exterioriza palavras, ele exterioriza símbolos, ele exterioriza conceitos, ele exterioriza instituições, ele cria essas instituições para poder viver em grupo, porque percebeu que no convívio com os outros era preciso de uma ou outra forma regulamentar, estabelecer modos de comportamento, modos de relação, como habitar, como caçar. Quem habita, quem convive, quem governa, quem libera e assim sucessivamente. As instituições se originam no momento em que o homem precisa objetivar essas experiências para que elas não se percam.

Então ele cria um mundo e uma sociedade organizada. Ao criar esta sociedade organizada ele precisa superar as resistências.

Vocês se lembram da iniciação de *Kunta Kinté*: há várias passagens conforme as idades, até que eles são retirados do convívio normal com a tribo e preparados para aquela iniciação que finalmente vai declará-los HOMENS aptos e maduros.

Como há divergências, a socialização não se dá de uma forma total (felizmente a socialização sempre deixa furos, porque as individualidades, as outras experiências e principalmente as experiências novas exigem questionamento). Para que esse aprendizado seja garantido e a unidade da tribo permaneça, é preciso trabalhar a maneira de interiorizar, então essa passagem é feita através da *legitimização*. Era preciso que os mais velhos dissessem aos mais novos, *isso é bom porque é bom*, isto é assim, porque nós experimentamos e deve ser assim; na nossa experiência passada, enfrentando determinadas tribos, enfrentando a fome, enfrentando a miséria, enfrentando seja lá o que for, acumulamos estas experiências, então vocês aprendem.

Era uma escola mais eficaz que a nossa, porque, veja bem, enquanto os mais velhos se assentavam com os mais novos, para ensinar, todas aquelas palavras eram indelevelmente gravadas, porque não havia televisão, cinema, e outros meios de comunicação e nem tantas ocupações; aquelas palavras todas tinham peso de ouro e se gravaram como se gravam no mármore; ficavam. Então, a escola deles *transmitia*, seu processo de educação era eficaz. Da mesma forma também a interpretação originalmente mágica e religiosa do mundo, as instituições religiosas, que são uma maneira global de interpretar a sociedade, de enfrentar o absurdo, de enfrentar o caos, de enfrentar as coisas que não estavam totalmente organizadas na vida; em outras palavras, era preciso pegar os fragmentos da experiência cotidiana e colocá-los num todo significativo. A vida precisa *significar* e as religiões têm sido até hoje a forma mais eficaz de organizar o universo, para um número maior de pessoas, independente da sua qualidade, independente de ser uma religião organizada ou mágica. Para que haja legitimização, é necessária a criação de instituições para que os mais novos dessa sociedade aceitem o mundo organizado onde estão vivendo. Então a legitimização se dá por intermédio da instituição, organizada para garantir a permanência de certas conquistas, para fazer com que as estruturas da sociedade passem a constituir-se as estruturas da própria consciência dos homens. Ontem, quando vocês estavam discutindo ideologia aqui nesta mesma sala, me veio à mente o problema da legitimização. É preciso compreender, de uma vez por todas que não existe nenhuma prática que não seja ideológica, que não seja política. O que é necessário é definir qual é a minha posição perante essas ideologias, e que ideologia não é sinônimo de mentira. Às vezes, em determinados momentos, ela não é verdade absoluta, mas é a melhor interpretação da realidade que os indivíduos estão enfrentando. Depende apenas de você fazer a sua opção. Não estou querendo dizer com isso que os religiosos estariam atrasados na percepção da ideologia; a mesma coisa se dá entre os cientistas e na religiosidade científica existe também essa pré-suposição da neutralidade. Estamos examinando e sempre dizendo, que no campo das ciências humanas, o avanço possível é assumir a segunda posição: na medida em que esclareço a minha postura e declaro qual ela é para mim e para aqueles que vão me acompanhar eu contribuo para o avanço da ciência como tal, uma vez que não escamoteio, dizendo que estou observando de fora. Curioso o fato de que alguns cientistas têm uma vocação marciana; eles gostariam de estar situados em Marte para observar os homens, não é? Então, lá estão os terráqueos. São assim, religiosos, são guerreiros, são marxistas, são funcionalistas, são estruturalistas,

são enfim uma série de coisas, porque eu marciano, não estou nessa jogada, meu adestramento científico é maior, por isso eu não me imiscuo totalmente: ao contrário, o meu adestramento científico é muito mais limpo, muito mais honesto, e muito mais eficaz quando digo que através desta postura eu estou examinando o universo, e eu me ofereço também para ser examinado por aqueles que me ouvem. Quando declaro, que tenho tal compromisso, estou me oferecendo como parte da análise, e aí a ciência pode avançar, porque quem examina o trabalho, me examina junto com o produto do meu trabalho. É a única possibilidade de fazer avançar o progresso das ciências humanas como tal. A avaliação entra somente nesta perspectiva.

Então, desta forma, quando descrevo o fenômeno da legitimação, estou falando aqui de ideologia e ideologia não é sinônimo de erro e nem de mentira, mas simplesmente de ideologia. São duas as grandes ideologias, em toda e qualquer experiência humana; a *ideologia da conservação e a ideologia da transformação*. É preciso saber se queremos transformar ou conservar; é isso que precisamos ver direito antes de fazer qualquer trabalho: Como é que eu assimilo essa *interiorização*? Dei apenas alguns exemplos apenas para mostrar o processo, mas hoje a coisa se *complexificou*. A sociedade de hoje não é mais a sociedade de Kunta Kinté, onde toda a tribo, todo o grupo participa das grandes experiências e das decisões; o chefe é o chefe escolhido pelos critérios de toda aquela população e que também se submete a esses critérios.

Na sociedade de classes os chefes não são escolhidos pela sociedade, eles são escolhidos pela classe dominante, seja ela qual for. Se eles são escolhidos desta forma, inclusive a sua interpretação do mundo não é mais a interpretação de toda a sociedade, é a interpretação da sociedade a partir do grupo dominante, da classe dominante. São duas as classes fundamentais. Enfim, a classe que domina cunha a interpretação da sociedade e pelos seus instrumentos de poder, de divulgação, faz com que essa interpretação penetre todas as outras camadas e nisso leva de roldão todas as instituições existentes dentro da sociedade. Portanto gostaria de dizer aos cristãos presentes que eles não estão discutindo uma sociedade cristã; eles estão discutindo a sociedade que existe aqui no Brasil, que é capitalista. Se ainda existem dúvidas sobre isso, eu tenho a impressão que vamos ter dificuldade de *grunhir* e nos entender, porque na verdade, a questão é essa e como é que isso se cunha, se faz? É através da dominação dos processos que legitimam a sociedade: o ordenamento jurídico dessa sociedade; quem faz as leis e quem firma a jurisprudência sobre essas leis. Às vezes temos excelentes leis, e elas não são cumpridas porque há a política da jurisprudência e é preciso entender então o papel da ideologia. Assim, se trabalho durante quatro anos numa comunidade eclesiástica de base, lá no Ijuí e chamo um cara da universidade de Stanford para me avaliar que significa isso? Ajo como se ele fosse um monstro marciano neutro, que viesse me dizer o que sei fazer. Se não sei avaliar, não sei também utilizar meu conhecimento, que é social. E vocês se lembram, na tribo do Kunta Kinté, o conhecimento é adquirido numa prática; a teoria não é uma elaboração, uma excrescência cerebral.

Às vezes é; na Academia ele quase sempre é uma excrescência altamente sofisticada, mas que não ensina às pessoas nem a se situar perante o próprio universo. Só o fato de eu dizer que sou neutro perante a sociedade, significa que realmente estou trabalhando, com um instrumental que não tem nada a ver, e que talvez dê certo em Marte. (Quando o homem chegar lá, talvez possa usar esse instrumental). A postura através da qual eu vejo a sociedade é também uma definição da minha

inteligência. Veja bem; razão não é uma simples ordenação do pensamento, porque nós sabemos que tem que ser entendida historicamente. Nunca houve uma *razão do mundo* que vive solta por aí. Vejam a razão dos árabes; a razão das diferentes tribos, a lógica que cada um tem, e que não é a *nossa* lógica aristotélico-tomista, absolutamente não é; felizmente para uma série de pessoas. A razão nesta perspectiva é uma relação que se processa na existência, isto é, prática e conhecimento. *Ela é uma relação entre existência e conhecimento*. Vocês já discutiram com crianças. Quando nós, os pais autoritários, estamos exigindo um determinado tipo de comportamento, elas reagem; e quando reagem raciocinam de um modo diferente do nosso. Se somos realmente honestos, sentimos que, às vezes, mesmo transgredindo aquilo que consideramos bom e estabelecido, a razão deles tem uma seqüência; porque é a experiência que estão tendo. Não entendemos o rumo do raciocínio de nossas próprias crianças, exatamente porque não estamos entendendo essa relação que existe em suas vidas. Então o conhecimento neste caso, se dá numa perspectiva diferente da nossa.

Como é que se processa essa legitimação? Através exatamente da criação das instituições, as instituições jurídicas, as instituições religiosas e políticas e uma série de outras instituições com as quais trabalhamos. Agora, numa sociedade de classes, mesmo que nós não queiramos reconhecer, existe um conflito encoberto ou declarado; existe independente da nossa vontade. É curioso: às vezes, nos grupos evangélicos e nos grupos religiosos em geral, quando o assunto vem a baila nesta perspectiva, se tem a sensação de que eles pensam que estamos tentando impor a luta de classes, ao invés de lutar pela harmonia na sociedade. Principalmente os que trabalham com a dialética, estariam tentando perverter os honestos introduzindo o ódio, e impedindo que os homens se desarmem. Eu quero dizer a vocês que eu como, durmo, bebo, amo, gosto de crianças, de passarinhos, de peixes e não almoço criancinhas. Leio poesias, ouço músicas e gosto também das pessoas. Eu peço aos religiosos que não lancem preconceitos em cima de nós, pois também tentamos ser puros, tentamos ser boas pessoas, tentamos também entender e melhorar a sociedade. Não se trata de tentar implantar ódio; a luta de classes na sociedade existe independente de nós. No momento em que existe o dominador e o dominado, existe o conflito, e quem organiza a sociedade, nessa perspectiva, está tentando abafar a percepção do conflito, e essa é outra conversa, é esta a função da ideologia. É a legitimação que se faz: uns poucos criam as instituições e as instituições vão falar de amor, enquanto uns dominam e os dominados engolem esse discurso e começam a propalá-lo para os outros.

Volto agora para o problema da avaliação. Como é que vou avaliar o meu próprio projeto? Só posso avaliar alguma coisa no momento em que definir a minha postura perante a sociedade. A primeira coisa que tem que fazer um cientista é definir a sua postura; qual é a posição que toma dentro desse conflito? A idéia de que eu possa ficar fora desse conflito é a idéia mais saborosa que existe para o dominador porque esta atitude de me torna mais facilmente maleável.

Qual é a diferença entre o pensamento conservador e o pensamento transformador? Qual é a mecânica que se processa no cérebro dos indivíduos? O pensamento *conservador* existe, quando ao interiorizar as instituições objetivadas numa sociedade, eu as interiorizo como se tivessem sido ordenadas por Deus ou pela Natureza; é ordem de Deus ou ordem natural das coisas. Então, eu aceito aquela instituição como alguma coisa sacralizada e rígida, deixo de perceber que elas foram algo que os homens organizaram no momento de uma experiência pro-

visória, para enfrentar uma realidade provisória. O pensamento *transformador* se dá quando interiorizo os valores que existem, as instituições que existem numa sociedade, percebendo que são frutos de uma exteriorização anterior; quer dizer, os homens criaram isso para si, para atender a uma necessidade prática que estava à sua frente. Quando eu as *sacralizo* no sentido de conservá-las, de as defender — “ninguém põe a mão aqui porque isso foi ordem de Deus” — aí eu diria que realmente estou cometendo um grave pecado (na linguagem teológica), de estar tentando tomar o lugar de Deus. Sabemos que na sociologia não existe *natureza humana como tal*, porque não podemos defini-la estaticamente, se ela está em permanente processo desde que a força do homem foi potencializada, alterando inclusive “a programação natural”. Não entro em *cio* apenas por exigência biológica, mas entro em *cio* culturalmente: não me reproduzo apenas por uma questão instintiva; a procriação está dentro de uma programação cultural minha. Não faço nada como se a “natureza humana” tivesse determinado. Os homens se organizaram e culturalmente percebi o que significa isso. A cultura me ensinou a ver através dessa perspectiva; num primeiro momento, amplo e num segundo momento, ela começa a se fechar, se não sou capaz de renová-la permanentemente. “O grito de libertação de uma geração pode ser a voz de prisão de outra”. Os cristãos das Catacumbas enfrentavam grandes dificuldades, mas no momento em que a religiosidade é oficializada pelo Estado, eles começam a trabalhar junto ao Estado, conformando-se com as legitimações do Estado (e este sabiamente permite a eles que façam discursos às vezes até um pouco discordantes).

O problema da prática social é que não adianta ficar debatendo e discursando, permanentemente, como alguém mencionou em outra reunião. Ou debate o fruto da minha prática ou estou tomando, isso sim, uma posição totalmente falsa perante aquelas pessoas que estão comigo. O que devo debater é o fruto da minha prática, é o fruto da minha ação transformadora na sociedade. O que não posso é pressupor que possa resolver as coisas ao nível exclusivamente intelectual. Tenho que resolvê-las ao nível de uma ação que desempenho, efetivamente, dentro da sociedade. No caso de maioria dos grupos religiosos, o que aconteceu fundamentalmente foi que perderam o contato com essa visão crítica da sociedade, interiorizaram as instituições, como sendo divinas. A instituição como tal foi cunhada há algum tempo atrás por pessoas, por grupos, por uma experiência social que desejou aquela instituição para instrumentalizar a sua ação social; se somos capazes de perceber isso, nossa inserção numa instituição é uma inserção permanentemente crítica. No seu caso aqui, estão representando instituições que são quase todas obsoletas.

Eu trabalho na vida acadêmica, e a vida acadêmica tem muitos aspectos obsoletos e conservadores; mas cuidado, nenhuma instituição representa exclusivamente a ideologia da classe dominante. No seio de qualquer instituição há a interpretação de fontes diferentes de determinações ideológicas. Por isso tenho um pouco de receio de considerar qualquer instituição como um aparelho ideológico do Estado pura e simplesmente. A instituição carrega dentro de si por causa da própria prática social, essas contradições que tenho de reconhecer, perceber.

Portanto, dizer, que um trabalho de assistência ao menor não dá para ser feito através da instituição porque em si já é obsoleta, é um tanto ilusório. Vamos para todas as nossas funções porque não existem instituições ideais. Assim teríamos que criar um outro mundo, fora da sociedade brasileira, isento de todas as instituições que existem para exercer uma prática celestial; isto não existe. É aqui, dentro dessas instituições que

devemos agir. Nossa problema não é nem se trabalhamos ou não dentro das instituições, porque estamos permanentemente nelas. Nossa posição é a de entender os mecanismos dessa instituição e entender as ligações que as instituições têm com o Estado, com a sociedade, entender a quem servem essas instituições e decidir que trabalho vamos exercer dentro delas; dentro da universidade, por exemplo.

A universidade é extremamente fiscalizada pelo governo brasileiro atualmente; sempre o foi. Passou, neste período de 15 anos, por uma ação brutalmente policial e de altos expurgos, torturas, mortes, expulsões, etc. Como o discurso e a própria prática social de vários elementos da universidade não se alteraram e através de todos esses anos não foi possível fazer calar toda a universidade, acho que é uma experiência que temos de examinar com um pouco mais de cuidado. Por quê? No auge da repressão, vozes continuavam a dizer e a demonstrar a existência de outros interesses além daqueles das classes dominantes. E aqui vai, uma provocação que faço aos protestantes: Por que a instituição mais secular, mais anquilosada, mais hierarquizada, que é a igreja católica está conseguindo sair do seu discurso tradicional e hoje apresenta cerca de 60 a 80 mil comunidades de base, nas estimativas do Frei Beto? Por que isso foi possível dentro de uma instituição que, sabemos conservadora? Os Protestantes sempre disseram ser a Igreja Católica autoritária e cortesã do poder, e no entanto, em termos de participação social, os protestantes têm sido ultimamente (com o perdão dos presentes), muito mais autoritários e muito mais conservadores, do que uma boa parte do clero católico. Sei que uma parte do clero permanece antiquada; há bispos superconservadores e anti-ecuménicos, completamente voltados para os poderes constituídos e assim por diante. Mas dentro da Igreja Católica, há pessoas realmente religiosas e que não são manipuladoras dos religiosos; e que ali dentro, dentro da sua fé, estão pleiteando uma transformação da sociedade. A Instituição carrega dentro de si a ambiguidade dos diferentes setores nela representados e não foi cunhada exclusivamente pelos interesses das classes dominantes, porque existem lutas, sempre existiram e que se manifestam ali dentro; existem outras vozes que se levantam a partir de uma prática social definida.

O conflito social maior da sociedade, reflete-se também dentro da universidade; o conflito maior da sociedade reflete-se dentro da Igreja. O problema todo é que, às vezes, os religiosos estão querendo afastar um problema que já se instalou dentro de suas congregações, de sua instituição, e com isto estão, isto sim, chegando atrasados ao momento importantíssimo de transformação social que está se realizando agora; e, às vezes, o problema é colocado numa maneira falsa; “isto aqui pertence aos materialistas e não é da Igreja, isto aqui pertence aos cientistas e não é da Igreja”. Na verdade essas diferenças são só feitas para ocultar o fato fundamental que existe dentro da sociedade. Eu não sei se ficou claro até aqui, mas vou fazer uma conclusão, corrida, no máximo de uns cinco minutos, sobre o problema da avaliação, mas antes queria saber se o que disse até aqui, está claro. Não necessariamente de acordo, mas simplesmente claro.

Qual é a mecânica que existe no fundo de todo pensamento conservador? É que ao interiorizar uma sociedade específica que está organizada (esta que está aqui), vou aprendendo uma porção de coisas: meus pais me ensinam; os provérbios populares me ensinam; o sistema educacional me ensina; a religiosidade me ensina. Então eu vou incorporando na minha mente, na minha própria prática, essa sociedade que passa a fazer parte da estrutura da minha mente; e eu vou gradativamente assimilando isso. O problema reside no fato de que aqueles que

têm uma prática conservadora, interiorizam a sociedade à sua volta, como tendo sido ordenada por Deus ou por ordem natural das coisas, e o pensamento transformador embora incorporando a sociedade (porque também quem não percebe a sociedade à sua volta, mesmo sendo contra ela, é um estúpido não é?) fá-lo de uma maneira crítica. Interioriza essa sociedade que existe, mas percebendo que isto que está aqui foi uma *objetivação*, quer dizer, um momento histórico específico, em que isso se deu. É capaz de ter sobre ela uma visão crítica sabendo que não foi Deus quem ordenou essa sociedade, mas que os homens organizaram essa sociedade em determinado momento e que também não é ordem natural das coisas, porque a ordem natural das coisas existe para o homem de forma humanizada, cultural (agora respondo dentro da minha postura). Se a percepção da *dialética*, é dialética, o que existe é um movimento constante de todas sociedades. Os marxistas russos não foram capazes de estender suas conquistas e “prenderam” a dialética, por exemplo. No momento eles estão mantendo um regime autoritário, porque sustaram o processo dialético, embora tenham realizado uma grande revolução.

Aquele jovem, que participava dos grupos de estudos bíblicos, entra na universidade. Encontra-se com o mundo universitário; mas como ficou muito tempo estudando a Bíblia chega com uma visão da realidade, vamos dizer assim... cristã. Considera que é cristã.

Conversando com um amigo meu, fala sobre o seu passado:

— “Gente, eu era um homem terrivelmente pecador; quando me lembro da minha infância lá na fazenda do meu pai (meu pai era um homem bom, digno; minha mãe também, e nós tínhamos todos uma relação muito boa), mas eu era um homem terrivelmente pecador. Eu pensava em mim; talvez herdar a fazenda, fazer com que ela se expandisse, aumentar o gado, a cultura etc., e hoje, depois que eu me encontrei com o Evangelho, me arrependi de todas essas coisas. Eu me lembro, inclusive, dos meus pecados da infância. Eu me lembro que uma vez fui com a filha do colono e fomos pra trás das bananeiras..., mas um dia houve uma transformação essencial na minha vida”.

Então vejam bem, depois disso ele reage a todo aquele sistema universitário em que está. Alguns deles negam a existência de Deus, estão falando sobre marxismo, evolucionismo e uma porção de coisas e ele se retrai um pouco, mas acontece que (com a efervescência permitida antes de 64) ele está em contato com vários grupos de prática marxista dentro da universidade. O marxista (o PC do B, o Pecezão) aquela coisa toda; eles tentam co-optar o cara, que resiste no início mas finalmente fica meio confuso, e... cede à tentação marxista.

Primeiro, ele vai buscar as raízes teológicas da preocupação social, vai à Bíblia, condena aqueles livros; mas finalmente cede, e adere ao marxismo. Um dia, conversando com o amigo, ele se lembra do seu passado: “gente, o meu pai era um incrível proprietário rural, dominava seus colonos, explorou a mais valia deles, explorou seu trabalho; desde o tempo em que nasci e até hoje são colonos sem nenhuma transformação na sua vida, sem nada, tudo lhes falta. Eu era burguesamente interessado em todas essas coisas. Olha bem, como eu explorei; um dia eu peguei a filha do colono e fui para trás da bananeira. E a minha mãe também explorada e exploradora, aquela mulher que não tinha nenhuma concepção social, ficava lá servindo o meu pai, absolutamente submissa etc. etc. etc. Bom, então ele reconstruiu o seu passado. Não vou me prolongar nisso, mas vamos lá; reconstruiu seu passado através de uma outra pers-

pectiva. Mais tarde vem a polícia, em 64, e o pau começa a quebrar em cima dos grupos de esquerda. Ele toma suas pancadas e é preso. Apanha, experimenta um pouco o “pau-de-ara” e já sai um pouco mais assim... triste com a situação. Aí discute politicamente os seus erros e faz uma revisão do trabalho antigo e volta à ação, até que em 68, ele é preso outra vez. Alguns se salvam outros não; ele pensa na situação agravada por causa do medo, por causa da perseguição. Sua identidade ficou abalada, então (apesar de ser uma prática burguesa) ele um dia vai procurar um psicanalista, um pouco mais da esquerda pra poder colocar os seus problemas; e os coloca. Assim depois de 3 anos de exaustiva análise, ele volta a se sentar numa mesa, conversar com seu amigo e a se lembrar do passado.

— “Gente que coisa horrorosa, meu pai era uma figura extremamente castradora, ele dominava minha mãe, dominava seus colonos, dominava todo mundo. E, me lembro da minha posição quando menino de 14, 15 anos, ia com minha mãe ao cinema; imagina! Édipo levando Jocasta ao cinema, e o que é pior, bem pior com aquela formação eu senti remorsos quando fui para trás da bananeira, quando no fundo eu devia ter aproveitado ao máximo, a minha mentalidade conservadora não permitiu isso etc. etc. etc.

Gente o negócio é o seguinte: o passado de uma pessoa é a coisa mais móvel que existe. Vocês querem saber quando uma pessoa morreu (aqueles que quando morrem se esquecem de enterrar)? É quando começa a repetir as mesmas estórias, dentro da mesma perspectiva; é o primeiro sinal de esclerosamento. A pessoa já deixou de viver. Se meu passado não é móvel, significa que o meu presente não está estimulando o meu passado e eu não posso vê-lo através de outra perspectiva. Então, sustar o processo, significa que nós não podemos nem trabalhar dialeticamente o nosso passado.

É claro que coloquei tudo de uma forma jocosa, mas simplesmente para mostrar que o passado também não é imóvel quanto mais o presente e muito menos o futuro. Não é fixo, não é paralizado, quer dizer, a única maneira de se trabalhar uma sociedade é a retomada do processo de transformação. O marxismo não inventou a transformação, o marxismo mais do que isso não inventou a dialética, o que ele fez foi a mais vigorosa apropriação da dialética para o mundo contemporâneo; e nesse sentido é absolutamente insuperável até que surja uma nova interpretação para a retomada do movimento. Dia feliz será aquele em que pudermos superar “este mundo” mas, como permanecem ainda as estruturas de poder examinadas pelo marxismo, temos que utilizar o seu instrumental para descobrir qual é essa superação, sua eficácia se dá aí e é por isso que matam o marxista, prendem o marxista, torturam o marxista. Mas apesar de tudo o que fizeram no Brasil durante 15 anos, eles estão aí, incomodando a sociedade. E, não me refiro ao PC nem ao PC do B; me refiro aos marxistas em geral. Reconheço, nesse momento, que alguns marxistas se apropriam dogmaticamente do marxismo e esses são realmente anti-dialéticos. O problema é deles; a história continua.

Voltamos ao problema da avaliação: já defini minha posição perante a sociedade e agora digo uma coisa aos cristãos presentes com toda a tranquilidade mesmo que considerem isso um pouco difícil: eu os amo profundamente; tenho origem cristã, tenho amigos cristãos (aliás os meus amigos mais íntimos são todos religiosos com 2 ou 3 exceções), não me causa espécie alguma; amo bastante todos eles, e não vou dizer *apesar* de serem cristãos, porque não se trata disso. Mas agora, o desafio é o seguinte: não se pode pleitear, vivendo nesta sociedade, a posição neutra.

— “Eu sou cristão, lógico, não sou capitalista, nem de esquerda”.

Essa é uma posição falsa em termos da sociedade global. Você tem que se decidir perante a sociedade como um todo como ela é e esta não é uma sociedade cristã; ela inclui também cristãos. Acredito que se ela fosse cristã nós não estaríamos discutindo os problemas dos menores abandonados. Acredito, firmemente, que uma retomada do Cristo numa perspectiva dialética poderia vivificar uma luta social mais ampla. Veja bem, eu estou aqui realizando um trabalho. Entendo que esta instituição está inserida, num sentido mais amplo, numa sociedade maior. Tenho por obrigação perceber os mecanismos dessa sociedade, porque é nela que estou trabalhando. Ainda não estou trabalhando nem no céu marxista, nem no céu cristão; estou trabalhando no mundo dos homens, dos homens que sofrem. Alguém disse aqui: — olha, talvez não possamos discutir o problema da pobreza porque não é só a pobreza, o problema do homem, etc. Mas estamos discutindo aqui, é porque estamos vestidos e alimentados, ao mesmo tempo em que vivemos num país onde algumas pessoas não estão nem vestidas nem alimentadas. Não vou fazer aqui a dramática comparação, de que enquanto falo as pessoas estão morrendo de fome; não vou fazê-lo, mas vocês sabem disso. É preciso saber que nós temos de uma ou de outra forma (para não chegar atrasados ao processo histórico), de perceber que devemos nos inserir nessas buscas que emancipam o homem. Claro que é preciso libertar o homem total. Sem dúvida nenhuma que é preciso libertar o homem total, mas sem comer ele não se liberta. Faço a afirmação, muito simples: sem comer ele não se liberta. Estamos aqui, porque de qualquer forma estamos vestidos e alimentados.

Bom, quando vou fazer avaliação, entendo que é uma prática. Vocês estão vendo que estou evitando discutir avaliação como uma técnica, porque ela não é simplesmente uma técnica específica. Avaliação é parte da minha prática social. Por exemplo, trabalho 3 anos em algum lugar, vou parar, com os meus companheiros, e com aqueles que são atendidos pelo trabalho e discutir a quem isto serviu; quem se libertou através desse processo; quem foi capaz de amar mais amplamente porque teve tempo para isso, quem foi capaz de conhecer o seu semelhante mais amplamente, etc. Então faço um levantamento que (agora uma colocação mais técnica), parte da metodologia com a qual eu enxergo a sociedade; ela não é um momento isolado da minha prática, ela está inserida diretamente na minha prática. A avaliação tem dimensão teórica? Tem, porque toda prática tem dimensão teórica. Tudo que eu faço tem uma conotação teórica. O problema é que tenho que construir minha teoria dentro dessa prática; por isso que, às vezes, os acadêmicos se perdem. Eles começam a discutir coisas espantosas e fenomenais, mas que não têm nada a ver no final com a prática, a prática da vida.

Plenária

Você acabou encerrando a coisa no mais gostoso, era a hora que a gente gostaria que você discutisse um pouquinho, que você aprofundasse um pouquinho, quer dizer, como é que essa avaliação, se dá sem quê, e qual a correlação que ela tem com a minha ação no todo para dar exemplo para a coisa aqui.

Elter

É eu senti. Coloquei dessa forma porque vi um pouco parte das discussões que estavam sendo travadas e resolvi não ficar muito

detido no próprio processo de avaliação, mas a gente pode avançar o seguinte: uma prática social se dá em cima de uma realidade concreta. Você está trabalhando, por exemplo, com crianças, essas crianças não caem de algum lugar, não são enviadas por algum demiurgo, você está trabalhando com crianças que estão vivendo numa sociedade que “cria essas crianças abandonadas”. Se você está fazendo este tipo de trabalho, se está avaliando seu próprio trabalho, você tem que perguntar se está realmente a par da sociedade em que trabalha, se conhece os mecanismos dessa sociedade, porque senão ela fica sendo apenas um aspecto técnico da sua prática, quando não é isso. A técnica é alguma coisa que vem em função dessa prática e da elaboração teórica resultante dessa prática.

Se vou avaliar o trabalho com crianças, tenho de avaliar no local onde trabalho. Qual é a origem dele? Por que aconteceu? E só assim eu posso avaliá-lo, porque sou capaz de jogá-lo num processo mais amplo. Se trabalho com crianças (e não estou negando a necessidade deste trabalho, uma vez que eu mesmo já trabalhei com elas) não é porque esteja fugindo naquele momento da perspectiva de dar pão, roupa e educação mínima àquelas crianças. Agora, eu preciso saber o que, nessa sociedade está dando origem ao abandonado para, aí, avaliar a qualidade do meu trabalho. Estou fazendo isso para quê? Estou enviando estas crianças para onde? O projeto pedagógico que existe dentro da minha instituição vai preparar essas crianças em relação a que sociedade? Vai resolver qual problema?

Alguém deu um depoimento dramático aqui, ontem, dizendo que em geral, nestas instituições as crianças são transferidas de um lugar para outro indefinidamente e não conseguem nem amar determinadas pessoas. Quer dizer, quem não pode amar, não vive. Então, temos uma série de coisas para avaliar. Eu me proponho a atender a um indivíduo abandonado ou seja lá o que for, e para isso eu tenho no momento de atentar para a sociedade que gera essa situação. Se eu continuar trabalhando com instrumental limitado para dizer que essa criança é fruto de um comportamento decaído, é fruto de pais irresponsáveis, é fruto disso, ou daquilo; o pensamento não é só elitista, ele é furado no sentido técnico, porque isso não é verdade. Só posso avaliar a partir do momento em que eu sou capaz de perceber em que sociedade estou trabalhando e perceber os seus mecanismos. Acho muito curioso que as pessoas estejam dispostas a entender mecanismos muito complicados de transações financeiras com as entidades doadoras e não se detenham a entender a mecânica da sociedade na qual estão inseridas para qualificar o próprio trabalho. Suas ações servem para quê? Mesmo que tenham socorrido uma criança, que estava morrendo de fome? Agora é preciso descobrir essa criança, em função de quem e para quem essa criança foi salva. Esse é o processo que tem que ser discutido e não a coerência do meu projeto. Se esse projeto foi elaborado, por mim ou talvez com a minha equipe, há que perguntar: o menor entrou na elaboração desse projeto pedagógico, se não é uma imposição, o menor participou do quê? O que ele elaborou dentro desse projeto? Ele se dirige em algum momento? Ele está contribuindo com as categorias da sua própria experiência?

Plenária

Eu queria que, por favor, explicasse um pouco mais quando se expressou “que a dialética se não entendida dialeticamente”, era isso que não ficou claro para mim (...).

Elter

A dialética neste caso teria que ser entendida como a retomada permanente do comportamento transformador humano, desse processo de transformação; porque, ao contrário, no máximo o que estamos fazendo (e aí sim, somos assistencialistas), é aperfeiçoar os buracos que o sistema cria. Vamos sair correndo atrás dos meninos abandonados que o sistema continua permanentemente criando. A primeira coisa que temos de considerar é o seguinte: nosso trabalho não solucionará jamais o problema do menor, nessa perspectiva. Então, nós estamos aperfeiçoando um sistema iníquo, o sistema que cria menores abandonados. Para não aperfeiçoar o sistema iníquo e injusto, tenho que superar dialeticamente a percepção dessa sociedade. Porque trabalhamos tão longamente na transformação dos homens e temos medo de falar na transformação das estruturas, aí sim, é perceber a dialética de uma maneira dogmática, é matar a dialética. O problema todo é que o homem é também um processo e ele só é pleno no momento em que vive dentro de um processo e não numa sociedade autoritária que tenta paralisar este processo. Tenta, porque não conseguirá, vai matando, vai torturando, vai expulsando, mas jamais conseguirá. Enquanto houver necessidade, enquanto houver injustiça, enquanto houver carência, enquanto houver contingência, o homem estará lutando para superar. Então a tomada da dialética é mais do que um compromisso com o grupo específico, é um comportamento de transformação em tudo, em tudo aquilo que faço, inclusive eu mesmo. Quando assumo um processo de avaliação eu também estou sendo avaliado. Não é uma questão de técnica, é uma questão de mudança de comportamento meu, em função de uma mudança maior que eu estou tentando alcançar.

Plenária

Há aí uma pergunta, que o senhor já respondeu falando ali com a Noemí, mas eu vou... dentro de tudo isso tem 1 milhão de frases totalmente novas para nós, leigos no assunto; qual seria de sua parte uma proposta ou uma mensagem bem sintética, mas bem orientadora, para revisar, para melhorar.

Elter

Ontem, eu fiz uma pergunta mais ou menos semelhante a essa que você me fez aqui e eu não vou fugir a ela. Pelo contrário essa pergunta é uma pergunta que me motiva inclusive a voltar a trabalhar na academia pagando todo o preço do que é um comportamento acadêmico. Os acadêmicos, os cientistas, às vezes, conseguem ser mais insuportáveis do que os religiosos de todo mundo. Então veja bem, o religioso teoricamente era aquele indivíduo que teria a maior possibilidade de se libertar da dominação do Estado e da classe dominante, porque se ele está pleiteando um Reino que há de vir, se ele está pleiteando os homens em paz, amando uns aos outros, ele deveria estar mais liberto para proclamar a busca desse Reino aqui e agora. No entanto, quando o religioso joga a solução dos problemas sociais para um futuro longínquo, a segunda intervenção de Cristo, ou o céu, ele está colaborando com a retenção do processo, ele está colaborando para que o processo de dominação continue... ao passo que se ele oferecesse a sua liberdade em relação "aos principados e aos potentados deste mundo" para a transformação e a criação de algo mais justo (uma vez que uma construção humana será sempre provisória e ele sabe disso) porque não enfrentar a situação e tentar criar uma nova sociedade? Acho que não posso evidentemente dar aos religio-

sos o seu modelo de trabalho. Não posso, porque eles têm que descobrir dentro do seu próprio discurso e da sua própria prática, como é que vão fazer isso; se eu disser aos religiosos o que que eles têm que fazer, estou me intrometendo e sendo totalitário em relação aos religiosos, porque têm um modo de percepção, têm um modo de interpretação da realidade que respeito; não é meu, mas respeito. Então eu diria o seguinte: que os religiosos, dentro do seu próprio discurso, têm que saber como é que Cristo se encarnaria hoje. Como é que Ele enfrentaria hoje as dificuldades, como é que Ele enfrentaria os "principados e os potentados deste mundo" sem simplesmente pensar na Bíblia e nos versículos que talvez justificassem uma posição comodista em relação à classe dominante e ao próprio Estado. Teoricamente, ele deveria ser mais livre do que qualquer outro cidadão para fazer isso, mas historicamente a instituição Igreja se comprometeu demais com as classes dominantes. A figura dos bispos benzendo as empresas e benzendo os palanques dos políticos ainda é uma figura permanente; isso só para citar de passagem um símbolo desse tipo de comportamento. Seria preciso alterar, mas dentro da sua própria concepção, da sua própria vivência religiosa, por isso que não tenho um modelo... mas vejo uma potencialidade transformadora, vejo uma potencialidade incrivelmente transformadora aí. Agora, é preciso ter cuidado para não chegar atrasado demais neste processo pois esta é uma questão de *aqui e agora*.

Plenária

Você apresentou uma crítica ao fato de que, após ter participado da elaboração de vários projetos, assessoria de projetos em vários pontos do país, você particularmente e pessoalmente não participou do processo de avaliação, da oportunidade que este deveria acontecer e foram elementos estranhos ao projeto para avaliação. Você havia previsto a sua avaliação do projeto?

Elter

Não. Foi uma surra que apanhamos, historicamente. Entre nós mesmos, às vezes, cometemos o erro de sair de nossos escritórios de assessoria e ajudar a avaliar o processo do pessoal. Hoje, o próprio pessoal nos ensinou que isso é um ato de dominação.

Plenária

Que me parece que todo o projeto prevê uma avaliação, então é um erro.

Elter

Sem dúvida nenhuma, nós erramos fragorosamente nisso aí.

Plenária

Agora, eu gostaria também de ver como você preconizaria a forma da criança questionar a sua própria inserção no sistema educacional.

Elter

Quer especificar isso um pouco mais.

Plenária

Você questionou há pouco, conforme José Luís colocou alguma coisa com relação ao posicionamento da criança no sistema, você perguntou: e a criança pediu isso? Então eu estou falando o seguinte, nós sabemos que existe um sistema educacional imposto à criança, como é que você recomendaria uma forma da criança questionar-se ou questionar o sistema?

Elter

Será que entendi? Em 1º lugar o seguinte: a criança não tem a possibilidade de questionar ou não; *ela se questiona sempre*. Acontece que em nossa prática educacional, quer dizer, daquelas que vão transmitir a cultura e a educação, ela não pode se manifestar; o que está furado é o nosso projeto pedagógico.

Então, a criança no momento em que você abre a perspectiva, ela te dá uma pancada. Mas qual é o pai que não leva permanentes pancadas.

Outro dia, eu estava brigando com o meu filho porque ele não estava agasalhado (não fazia este frio horroroso que faz aqui hoje, mas enfim estava frio). Aí ele virou-se para mim – “olha papai, você não manda no meu calor”. Não mando no calor dele, ele não estava com frio, porque ele iria colocar o agasalho? Ele tem uma temperatura mais elevada do que a minha; e eu esqueço que depois dos quarenta a gente começa a sentir um pouco mais de frio. Isso aí é só para dar mais uma dimensão.

Agora a questão toda é de como nós planejamos para eles? Como é que nós discutimos as coisas que nos fazem crescer? Neste processo que começo a ver, não há uma avaliação possível sem que as crianças venham diretamente discutir conosco. E, se nós ainda não discutimos e não descobrimos a maneira adequada. E, isso varia muito conforme o local e conforme a entidade que financia, a entidade que nos sustenta; pois uma avaliação, também, tem que ver os limites de posse de quem nos sustenta. Ela seria irreal se dissesse: agora nós vamos fazer exclusivamente o que manda o melhor projeto pedagógico. Nós temos limitações e temos que conhecer essas limitações. É preciso que a criança entre gradativamente no processo e para isso não tenho nenhuma fórmula, só digo o seguinte: a criança questiona e questiona permanentemente, se nós não conseguimos fazê-las questionar junto conosco o nosso processo de avaliação, o erro é nosso.

Plenária

Eu gostaria só de colocar que eu tive a mesma experiência com meu filho quando na entrada do frio ele queria dormir sem roupa, pelado; então é o seguinte, estávamos tentando explicar pra ele que no outro dia ficava doente, ele não entendia essa situação de doença e na realidade tivemos que botar o saco de dormir nele porque nós fámos arcar com a situação de saúde dele no dia seguinte.

Elter

Sim, só uma coisa. Olha aqui, eu estou colocando um problema fundamental do comportamento humano. Não é que as crianças ou os menores menosprezem a experiência. Eles prezam tanto a experiência que desejam passar por ela. Então é

preciso saber (e claro que eu sei) há certas coisas simplesmente que a criança não pode fazer. Por exemplo, pular de 18m de altura pra saber se esborracha ou não, eu tenho mesmo é que segurar, entende? Mas o problema não é esse; o das questões imediatas, não é? É permitir que eles experimentem a vida, e não achar que a nossa experiência é suficiente para eles – isto é um problema fundamental – a experiência é tão importante que eles querem passar por ela; uma coisa que não se transmite é a experiência. Vai falar sobre o seu amor adolescente para qualquer pessoa; isso se transmite? Quase sempre quem consegue falar um pouco sobre isso é o poeta e não o cientista e muito menos um pedagogo. Quem é que pode explicar quando aparece dentro de mim a irresistível paixão por outra pessoa, e quem é que pode proibir a beleza que isso tem, a minha inserção *animal e espiritual no mundo que Deus criou*. Quem é que poderá me dizer *como* fazer. Aliás, quem somente *aprendeu* como fazer é possível que chegue aos 60 anos sem ter feito. Quem aprendeu através de outras pessoas as *técnicas do amor*, é possível que morra sem ter passado por isso; não há nenhuma possibilidade de falar sobre o amor; a única possibilidade é a de viver o amor. Não é alguém que vai me dizer o que ele é, eu tenho que saber.

Plenária

Duas linhas, sempre desde o começo da humanidade... uma linha conservadora e uma linha transformadora, quando você falou que antigamente os pais transmitiam seus conhecimentos aos filhos, quando se rompe esse processo de transmissão oral?

Elter

Acontece que quando os indivíduos estavam agrupados nas suas tribos primitivas as decisões eram quase todas, tomadas de uma forma grupal. Vamos voltar ao *povo* primitivo. Acontece que sua socialização se dava numa base em que quase todos do grupo participavam, entendeu? Mas no momento em que os grupos começavam a crescer, os agrupamentos se tornaram maiores, as populações começaram a inflar-se, aí então o trabalho se diversificou; houve uma divisão social do trabalho e do *modo de produção*. Aí, é preciso falar com todos os “f” e os “r”. Sei o que essa heresia contém; o *modo de produção* dos homens. Como organizavam suas vidas. O modo de produção não é simplesmente a maneira de organizar uma fábrica de produzir Volkswagen, mas *toda a vida humana*. A luta pela subsistência tendo diversificado o modo de produção, se diversificaram também os mecanismos de decisão que passaram a ser exercidos por grupos que não compunham a sociedade toda. Num primeiro momento isso foi feito de uma forma primitiva, mas depois foi se sofisticando através da história. Quando hoje percebemos isso através de uma sociedade de classes é que verificamos que os organismos de decisão são mantidos e sustentados apenas por uma classe. Se estamos discutindo a dominação é porque ela nos alcançou. Nós reproduzimos este sistema quando lidamos com as crianças e vamos fazer uma avaliação sobre elas, sem que elas participem dessa avaliação.

É um processo altamente sofisticado, intelectual e mental que nós os iniciados, que já lemos mil coisas sobre isso, podemos discutir; e as questões da experiência imediata, o sentido da vivência que eles têm, deixa de ter importância no processo avaliatório. Um cientista social sai do Rio de Janeiro vai a Goiás Velho transmitir sua experiência teórica para aqueles indivíduos que são camponeses, coitados, não têm experiência, etc. Na verdade o que acontece é que simplesmente menospreza-se

a experiência daqueles camponeses, porque a sociedade foi dividida em classes e alguns são o repositório da cultura dessa sociedade; que têm de transmitir conhecimento; é o *poder* do conhecimento. Isto é totalmente falso. Primeiro porque o camponês *tem* conhecimento. O que acontece é que os cientistas, muitas vezes não são capazes de captar as categorias através das quais o camponês elabora o seu universo. O erro é do cientista e não dele.

Então, nesse caso, quando houve essa ruptura, a sociedade se complexificou, e se complexificou também o *meu* compromisso com essa sociedade, e quando levanto essa questão não é para *estimular* a luta de classes, ela existe e ela será estimulada. O governo disse, no Brasil, durante 15 anos, que a luta de classes não existia; mas assim que "afrouxa" um pouco a repressão, os operários paralisam todo o sistema de produção aqui do ABC. Isso não foi feito por geração espontânea; foi uma organização política de oprimidos. O que está acontecendo no estado não se conseguiu sufocar. Não é uma questão puramente teórica; estou falando do que está acontecendo aqui; não estou bolando uma teoria da luta, estou apenas constatando que ela *existe* aqui. Então, a sociedade se complexificou, o instrumental com que eu vejo a sociedade tem também que se complexificar e então tenho que discutir isso, minha avaliação *inclui* isso.

Plenária

Você tem muita claridade na exposição e creio que nos ajudou a aterrizar na realidade, porque uma das características que tem nosso trabalho desgraçadamente é que é um trabalho tipo ilha, isolado da realidade de modo que em meu nome pessoal quero agradecer por ter ajudado a nossa reflexão. No entanto, há algo que não ficou muito claro. Nós devemos aprender e unicamente se aprende fazendo e nisso eu estou de acordo, devemos aprender a fazer nossa própria programação e nossa própria avaliação, e devemos fazer de uma forma dialética, contudo, eu creio também que a dialética necessita de uma confrontação, quer dizer que nós podemos ser tão dialéticos e seria o outro extremo que a não dialética, ser tão dialéticos que queremos ser auto-suficientes, porque nós somos muito propensos para passar de um extremo a outro. Então, creio que é muito importante confrontar com outra experiência, fundamentalmente com a realidade circundante e no caso concreto, é importante que nós falemos sobre a realidade nacional e latino-americana. Me parece que hoje será um desperdício de esforços e perda de elementos humanos e elementos econômicos se nós não trabalharmos uns com os outros em função da totalidade também, sobretudo com os que coincidimos de alguma forma com o trabalho dentro da realidade latino-americana no campo dos menores. O que eu quero é que nós não descartemos a possibilidade de nos deixar questionar por outros grupos para atender melhor o nosso trabalho. Para não passar, repito, a ser aqueles que por serem tão capazes de ser dialéticos, nos privemos da dialética que possa nos dar um quadro de referência de nossa situação e outros trabalhos que não coincidam com os nossos, parece-me crer estar numa permanente dialética, porém em confrontação com a realidade.

Elter

Creio que se, se isso não ficou claro, o que você falou para mim é a percepção dialética da realidade, quer dizer, esta questão da confrontação com a realidade e ao mesmo tempo ouvir e captar as outras experiências lançando-as na categoria de

totalidade para entender o que se passa; a dialética inclui isso no *nossa* próprio comportamento, na *sua* própria maneira de ser. Inclusive inclui as divergências, o que as divergências têm a dizer. Se não é dialética, eu repito, seria dogmática. Estou de pleno acordo com a sua colocação.

Plenária

Eu queria fazer a minha colocação sobre a sua colocação. Sua explanação e você citou bem, que você vem aqui não como elemento religioso, mas sim como elemento não religioso e que estuda o assunto sob o ponto de vista não religioso. Isso ficou bem claro e muitas vezes as nossas instituições chamam os assessores para que vejam as coisas sob o ponto de vista prático, para nos auxiliar a remover os nossos problemas. Nesse sentido, eu queria cumprimentá-lo porque realmente foi de grande valia, mas você fez uma afirmação final com bastante ênfase, que eu peço licença para colocar, ou vamos dizer, apropriada e compreensível sob o seu ponto de vista não religioso, mas que não deve ficar como expressão, vamos dizer assim, de um grupo religioso, pelo menos o grupo que eu represento aqui, é quando você diz que sem comer não se liberta o homem. Sob o meu ponto de vista religioso, depende do que você quer libertar. Sob o meu ponto de vista religioso, um homem com fome pode se libertar daquilo que a religião de Cristo quer libertar o homem, isso todos nós sabemos. Isso não é uma provocação para levá-lo a uma discussão religiosa, mas é uma colocação no sentido do seguinte: Que um elemento religioso cristão, não pode considerar isso que você falou como uma verdade absolutamente aceita essa verdade; pode-se salvar pessoas, pode-se libertar pessoas com fome, famintas, até morrendo, depende do que se quer libertar.

Elter

Nada do que falei deve ser considerado como verdade absoluta.

Plenária

Acho que a briga não é com ele, a briga é com nós cristãos, porque acho que todos os outros cristãos também estão de acordo que a primeira libertação de quem está com fome realmente é de ter o que comer, porque comer é uma necessidade antropológica do ser humano para ele poder ser cristão.

Plenária

Posso até concordar com o que ele disse, que com fome não se liberta de determinadas coisas, mas o ponto de vista religioso enquanto pode, aliás podem-se libertar pessoas que têm fome, sob o ponto de vista religioso.

Elter

Qual é a libertação nesse sentido, do mundo interior?

Reflexão Teológica

João Pedro Aguiar

QUE FAREI?

Ou como fazer amigos das riquezas de origem infíqua

Leitura do Texto Lucas 16:1-13

Este é o referencial bíblico com o qual esperamos trabalhar um pouco e compartilhar com os irmãos nossa reflexão. Dando continuidade às discussões mais gerais sobre a problemática do menor, não pretendemos “fazer um estudo bíblico” a partir de um texto ou de textos bíblicos que se refiram a crianças, ou qualquer coisa do tipo, mas pretendemos analisar a forma que, como cristãos comprometidos com a problemática do menor por meio de uma determinada prática, nos situamos face a esta problemática vista numa perspectiva mais ampla.

Por isso é que, antes de abordarmos especificamente este referencial bíblico, gostaríamos de fazer uma abordagem prévia que nos parece importante, uma vez que vamos lidar com a linguagem, com o discurso, que aqui denominaremos “discurso teológico” — o discurso articulado pela igreja primitiva e sua relação com o discurso que articulamos hoje, enquanto cristãos envolvidos, de qualquer forma, com a realidade.

A primeira observação é a de que o discurso teológico não se faz em abstrato, ele se faz num certo contexto, numa certa realidade, dentro de certas condições bem concretas. É assim conosco, como também o foi com Lucas. Se afirmamos que o texto de Lucas é um discurso teológico, entendemos que ele se constrói num certo contexto, sob certas condições e que ele se articula a partir de uma certa práxis. Isto quer dizer que devemos observar o contexto em que o discurso de Lucas se deu, onde há o que poderíamos chamar de ‘acontecimento’ — ou seja, que o discurso de Lucas nos aponta para a práxis concreta de Jesus, é um discurso que nos dá conta de como Jesus expressa o mundo, a realidade, de como ele ‘transa’ com as determinações concretas de uma realidade concreta, de como ele ‘transa’, portanto, com certas questões econômicas e políticas dentro das quais se colocam as questões do homem e da sociedade, as questões da vida e da morte, as questões das relações, enfim, as questões da existência social do homem. Nossa tarefa é a de tentar compreender a significação deste acontecimento, tentar apreender a significação da prática efetiva revelada no discurso de Lucas.

O mesmo ocorre com o nosso discurso, o discurso, que num sentido mais amplo, denominamos de “discurso teológico” — com a mediação da Bíblia falamos de Deus, do Homem e do Mundo. O discurso que nós articulamos em condições históricas determinadas que constituem, em última análise, o elemento desvelador que torna compreensível tal discurso.

Se esta observação inicial for correta, devemos afirmar que, de modo geral, a leitura que fazemos da Bíblia, a leitura que se revela no que aceitamos denominar “discurso teológico”, é uma leitura eminentemente ideológica. Isto quer dizer que quando nós pensamos estar falando de Deus, na verdade, estamos falando sobre Deus — por exemplo, quando, por inúmeras razões, se torna difícil falar da prática efetiva de Jesus

em virtude de suas implicações políticas, passa-se a um discurso sobre a prática de Jesus, ou, quando, por exemplo, se torna perigoso um discurso da justiça passa-se ao discurso sobre a justiça. E assim por diante! Este discurso sobre é ideológico porque aparece como pensamento (ou teoria, no caso como ‘palavra’ — não é por acaso que insistimos em denominar o ministério pastoral de ‘Ministério da Palavra’!) desvinculado da realidade concreta, como explicações sobre certos dados ou situações da realidade, explicações sobre a fé, sobre a vida, idéias, enfim, que pretendem explicar a realidade. São explicações mais ou menos uniformes, que se comprimem num universo doutrinal fechado, cuja repetição pode inibir possibilidades novas de recriação ou novas formas de se apreender a realidade.

Na verdade, este discurso que pretende explicar as coisas — a realidade, o mundo, a vida, o amor, a justiça, a sociedade, a morte, etc. — como se as idéias (dos sermões, dos credos, dos manifestos, dos estudos bíblicos, das lições da Escola Dominical) fossem independentes da realidade, é uma expressão das condições reais da existência social, é o reflexo das condições reais da existência humana. Nisto está o caráter ideológico do discurso: aparentemente as idéias explicam algo sobre o mundo, mas, na verdade, é a realidade concreta que pode explicar este discurso, estas idéias. O movimento, a meu ver, se dá, então, de modo inverso: não é o discurso teológico que explica a realidade, mas é a realidade que explica e desvela o sentido do discurso teológico. Ora, isto quer dizer também que quando falamos da prática efetiva de Jesus Cristo, que se dá em condições reais, o nosso discurso é a expressão de nossa participação na prática efetiva de Jesus; ou seja, esta prática que se dá em condições reais (econômicas, políticas e sociais) é que torna possível e compreensível nosso discurso teológico. Se, por um lado, o discurso ideológico separa flagrantemente a teoria (o pensamento, as explicações) e a prática, por outro lado, o discurso da prática libertadora de Jesus encaminha-nos à prática política que se dá em condições reais. Isto porque quando falamos da ação libertadora de Cristo, o nosso discurso é a expressão participada da práxis histórica e libertadora de Deus em Cristo. E isto é, certamente, perigoso! Voltaremos a esta ênfase mais adiante.

Bem, se o discurso teológico é, em geral, uma leitura ideológica, ele tem a capacidade de enganar porque leva a crer que é um discurso meramente religioso ou teológico, e se afirma como um discurso apolítico, de onde diz ter sua autoridade. Para exemplificar, basta ver a prática da igreja. O exemplo mais evidente é oferecido pelos sermões pregados nas igrejas (tenho gravado sermões de pastores e outros agentes e dá para sentir a carga ideológica das ‘explicações’). Outro exemplo, bem significativo em virtude de sua função de ‘sistematizar’ e difundir a ideologia elaborada, é a prática propriamente pedagógica da igreja. Trago, para exemplificar um material que vi

sendo utilizado numa Igreja Presbiteriana. Devo dizer que este material não é específico da igreja da qual faz parte o autor; encontramos os mesmos matizes ideológicos – ora numa linguagem mais sutil, ora numa linguagem mais modernizada – na maioria das igrejas (pelo menos nas igrejas que conheço). Vou ler alguns trechos:

“Mordomia no Ganhar:

A arte de ganhar dinheiro.

A Bíblia em lugar nenhum condena a aquisição de dinheiro, muito ao contrário, procura estimular esse dom que nos vem de Deus mesmo. Nas parábolas dos talentos e das minas, Jesus deixou claro que ganhar dinheiro é capacidade que Deus deu ao homem e que este deve procurar desenvolver.

Ganhar dinheiro é uma arte que todo crente deve cultivar. Uma de nossas necessidades é a de maior número de crentes genuínos, que se esforçam por desenvolver sua capacidade aquisitiva. Oportunidades freqüentes se oferecem a pessoas inteligentes e amigas do trabalho. Aproveitem-nas. ...”

“É nossa tendência pensar que só entre os que têm muitos bens materiais há mordomos infiéis, que desperdiçam seus recursos. A verdade, porém, é que entre a classe pobre há tantos ou mais mordomos infiéis. Na parábola de Jesus, aquele que menos tinha, foi quem não soube administrar sua porção. Na experiência diária vemos que crentes sem recursos, que vivem de seu ordenado somente, são muitas vezes aqueles que não sabem distribuir seu dinheiro. Os pobres podem, neste caso, ser tão esbanjadores como os ricos, levando-se em conta as devidas proporções.”

O texto é suficientemente claro. Uma das funções mais importantes da ideologia é exatamente esta: fazer crer que explica a realidade e, fazendo aparecer um discurso que diz respeito a questões nitidamente materiais, esconde, dissimula as contradições da realidade material concreta. A prática política que informa a leitura e o discurso é clara: esconde a evidência do processo de acumulação capitalista e o correspondente reconhecimento e legitimação de uma sociedade de classes. Evidencia-se, sem qualquer sutileza, a difusão de uma postura política face à sociedade de classes. A questão que se coloca é, a meu ver, inquietante: este discurso está a serviço de uma ideologia a partir da qual se faz a leitura da Bíblia, ou, em outras palavras, a leitura da Bíblia é condicionada por certos marcos ideológicos previamente definidos, que escondem e ocultam interesses econômicos e são responsáveis, em uma última análise, pela manutenção e reprodução do sistema capitalista?

Cito mais um exemplo que revela uma prática muito comum: a dicotomia entre o discurso e a prática da igreja. Por ocasião das discussões em torno da anistia política, a sociedade civil se mobilizou, amplos debates e manifestações públicas aconteceram. De um modo geral, as igrejas evangélicas se mantiveram à distância, e omissas. Entretanto, um líder de grande Igreja Evangélica fez um pronunciamento, publicado em jornais, sobre a anistia. Minha questão é de que, apesar de pronunciamentos, nada se fez para que a igreja, a própria comunidade, participasse desta luta, para que tomasse consciência de sua significação política. Desejo mostrar com este exemplo que o contraste entre o pensar e o agir, entre o discurso e a prática, revela a coexistência de duas concepções de mundo, uma aparentemente revelada no discurso (dá a impressão de que, final-

mente, uma igreja evangélica se expressa politicamente!) e outra efetivamente revelada na prática. A verdade é que a concepção que tem eficácia prática, isto é, eficácia política, é aquela que está implícita na prática política. Talvez possamos pensar aqui que o discurso, por si só, não é suficientemente eficaz para levar às mudanças que almejamos. Mas, talvez possamos assinalar também que um discurso aparentemente prometido – com a causa da anistia, como em nosso exemplo – esconde as reais intenções de quem o articula, intenções que estão desmascaradas em sua ação, que é sempre uma ação política.

Não devemos pensar, à vista do que dissemos, que o discurso teológico se elabora em termos metafísicos, como se elaborasse uma série de verdades que, funcionando como princípios ou como teoria, explicassem ou dirigessem a realidade. Denunciamos, então, como explicitamente ideológico, escondendo as determinações concretas da realidade, o discurso teológico que se elabora a partir da separação entre o nível teórico e processo histórico. Só para enfatizar o que víhamos dizendo: o processo do pensamento reflete o processo histórico real. É neste sentido que devemos repensar o discurso teológico, reafirmando que ele não é a simples reflexão teórica a partir de certos princípios recolhidos da experiência bíblica, sob a forma de conceitos ou mesmo de princípios, mas ele é a linguagem, a articulação política que um grupo determinado assume na sua ação concreta. Assim, este discurso é um discurso da prática política da igreja, de uma comunidade sólida, que está inserida no processo histórico e ‘transa’ inevitavelmente com as determinações econômicas, políticas e sociais deste processo.

O discurso é a ferramenta criada e falada por uma comunidade, expressa a prática política desta comunidade. Vejamos: se em nosso programa (do Seminário sobre o menor) estamos falando especificamente sobre a problemática do menor, então o discurso teológico (ou nosso ‘discurso religioso’) que articulamos em função do problema, implica, antes de mais nada, em nossa prática, na prática que empreendemos enquanto cristãos. Onde nos situamos, então, quando falamos em nossa linguagem teológica sobre a problemática do menor? Vejo aqui duas opções: (1) ou assumimos uma prática de transformação da realidade, cujas contradições geram as profundas marcas da problemática do menor (como do operário, do lavrador, dos desempregados e subempregados, etc., contradições específicas de uma sociedade de classes), ou (2) assumimos a prática de salvar o menor isoladamente, como se ele fosse o problema e a causa de seu próprio problema, uma prática sem qualquer referência às questões estruturais, à sociedade de classe ou à transformação da realidade.

Penso que nossa opção determina o nosso discurso. Como dizia anteriormente se nossos estudos bíblicos, sermões, lições da Escola Dominical, nossas explicações religiosas da realidade constituem um discurso que tem uma função ideológica, devemos enfatizar que este discurso é uma das muitas articulações das determinações das classes dominantes. É uma questão que deve ser estudada, mas eu devo dizer simplesmente que a concepção de mundo hegemônica que, além de se universalizar, obtém também o consenso das diferentes camadas da sociedade, assumindo os matizes próprios de cada área da existência humana. Como a existência religiosa, que é o nosso caso!

Isto quer dizer que este a priori ideológico – porque a ideologia predetermina a maneira de pensar, a maneira de abordar o texto bíblico, assim como a maneira de agir face às contradições da sociedade – passa para toda a sociedade os interesses e a concepção de mundo de uma classe, obviamente das classes

dominantes. Não é por acaso, então, que a leitura da Bíblia abandona a perspectiva, ou a verdade da prática libertadora do Evangelho para reafirmar um compromisso com os interesses que criam e mantém a sociedade de classes. Isto implica também em perceber que o discurso teológico, supostamente neutro e espiritual, na verdade, é um discurso material; quando falamos do céu ou da alma, quando falamos da cura, quando falamos do bom uso do dinheiro, quando falamos das coisas do espírito e explicamos religiosamente o mundo, estamos falando e encobrindo uma realidade que se faz conhecer por suas determinações materiais, em cujas condições reais vivemos nossa existência. Esta consideração de que o discurso teológico se articula a partir das determinações de uma classe, quer dizer que ele serve para encobrir ou ocultar a gênese da divisão social e, ao mesmo tempo, para dissimular as contradições da sociedade, num trabalho que só faz impedir a viabilização da superação das contradições.

Não pretendo reduzir o discurso teológico, ou esquecer-me de sua especificidade, mas precisamente não pretendo esquecer que este discurso se fundamenta na ação histórica, nos atos libertadores de Deus. O que pretendo é realçar o fato de que este discurso tem a ver intimamente com a realidade material, falando das condições concretas e materiais da existência do homem — nestas condições, falando da libertação do homem e de um novo projeto político ou reforçando os mecanismos de dominação, criando ou recriando uma concepção de mundo que dissimule as contradições, reforçando a passividade e a domesticação.

Nesta perspectiva ideológica, seria muito difícil não espiritualizar o texto que lemos. É difícil entender, suponho, por que Jesus haveria de recomendar ou homenagear a desonestade, ou então é mais fácil entender que ele está recomendando a prática da prudência, ou o uso (ou bom uso) das riquezas. Assim, os seguidores de Jesus devem imitar a esperteza e a habilidade reveladas na ação do administrador, necessárias aos filhos da luz. À luz das observações críticas expostas anteriormente, quero propor um caminho diverso, e tentar uma “interpretação não-religiosa dos conceitos bíblicos”, entendendo-se por “não-religiosa” a interpretação que procura a linguagem do real, a linguagem da prática efetiva do texto (e não sobre), que procura desvencilhar-se das noções a priori que se originam da generalização dos interesses e concepções das classes dominantes, que procura libertar-se dos condicionamentos que subjugam nossa consciência. Devemos, para isto, tentar um trabalho de desobstrução ideológica como ponto de partida.

Que implicações este trabalho de desobstrução tem para nossa leitura? Implica uma mudança de ênfases para descobrirmos a prática política da Bíblia. Enumeremos algumas:

da ênfase no discurso sobre a Bíblia para a ênfase no discurso da prática da Bíblia. Isto implica em que há uma realidade concreta, há um processo histórico concreto no qual as condições materiais da existência são importantes para sua compreensão. Por isto, me parece importante que a análise das condições reais em que se deu a prática seja um primeiro e necessário passo para nossa leitura — em síntese, o mesmo instrumental que usamos para analisar a realidade, é usado para analisar as condições materiais que explicam o discurso da Bíblia, que é sua linguagem;

da ênfase no discurso sobre Deus para a ênfase no discurso da prática libertadora de Deus;

da ênfase na prática/discurso a partir da perspectiva das classes dominantes para a ênfase na prática/discurso a partir da pers-

pectiva dos explorados e oprimidos, dos pobres e da superação desta realidade. A prática política da Bíblia e a prática libertadora de Deus não são vistas como pertencentes a uma outra realidade, do passado, que olhamos à distância como ‘arqueólogos’. Ao contrário, a história da Bíblia, a prática libertadora de Deus é a nossa história, é a prática libertadora na qual estamos envolvidos e comprometidos tendo ao nosso lado o Deus que ouve os clamores do povo;

da ênfase que privilegia e sacraliza a realidade, o mesmo que privilegiar a estabilidade e a manutenção da ordem, para uma ênfase revolucionária que privilegia a transformação da realidade e um novo projeto político (um novo homem e uma nova sociedade);

A partir de uma nova ênfase vemos a articulação dialética entre teoria e prática, relação antes vista em termos de oposição, o que tornava ambíguo o discurso e lhe conferia uma função ideológica. A partir desta nova ênfase a oposição discurso teológico/prática se desmancha porque nosso pensamento, nossas idéias, são, sobretudo, expressões das condições reais em que se dá a prática libertadora do Evangelho e o nosso compromisso com o processo histórico de libertação hoje. Trata-se, pois, de privilegiar a prática da Bíblia, que é a prática libertadora de Deus hoje, com a qual nos comprometemos. Entretanto, é preciso ainda enfatizar que esta prática jamais se coloca em termos de neutralidade, ou à mercê de nossa escolha — ela é uma prática determinada pelo projeto de Deus para a libertação histórica e concreta do homem; é uma prática determinada que já assumiu um lado, o lado dos oprimidos e explorados, que assumiu a construção de um novo projeto político.

Uma leitura que privilegia a prática efetiva revelada nos discursos da Bíblia, leva-nos, portanto, a trabalhar com sinais bem concretos dos atos de libertação, do processo de libertação do Evangelho. Neste processo — histórico, político, eminentemente humano — algo aparece que nos auxilia a abordar certas dimensões da fé que, por certas razões, são espiritualizadas com o propósito de desconhecer ou evitar as determinações materiais da existência. É o fato de que, ao longo das narrativas dos evangelhos, os pobres aparecem, ao mesmo tempo, como os destinatários e os portadores do Evangelho. Creio que nossa leitura do Evangelho se enriquece quando tomamos conhecimento deste fato porque, voltamos a insistir, o discurso dos evangelhos se elabora de uma prática cujas determinações materiais iluminam nossa leitura hoje. É que muita coisa que nos parece estranha, à primeira vista, torna-se compreensível quando nós nos lembramos daqueles que transmitiram estes ditos (de Jesus) e colocaram-nos em prática, conforme Gerd Theissen. Estes portadores da mensagem, aqueles que transmitiam as palavras de Jesus eram, segundo Theissen, os “carismáticos itinerantes”, carismáticos no sentido de que sua “tarefa não era uma forma institucionalizada de vida, uma posição que alguém poderia assumir como resultado de sua própria decisão. A tarefa do carismático é um chamado sobre o qual não temos controle algum”.

Estes carismáticos iam de lugar a lugar e estavam sujeitos à fome (Mc. 2.23-28), deixavam lar e casa (Mc. 10.29), eram impedidos até mesmo de sepultar o próprio pai (Mt. 8.22), abandonavam o pai no trabalho (Mc. 1.20), abandonavam tudo (Lc. 14.26), eram perseguidos (Mt. 10.23). Eles encontravam comida e casa exatamente entre aqueles que estavam, eles mesmos, à margem da sociedade, entre os cansados e os oprimidos, entre os pobres, entre aqueles para os quais as palavras de Jesus eram importantes. Era entre esta gente que as palavras de Jesus desafiavam, era esta gente que podia ouvir as palavras de Jesus

e colocá-las em prática. Estes que não podiam controlar sua participação na prática libertadora do Evangelho, porque não se sentiam comprometidos com as riquezas do mundo (Mc. 10.24) e deixavam tudo (Mc. 10.28 ss), viviam, portanto, fora do establishment, como contestadores de uma ordem injusta; só eles poderiam viver assim, porque tal “ethos somente poderia ser praticado e transmitido com certo grau de credibilidade por aqueles que se libertaram de todos os laços do mundo, aqueles que deixaram lar e casa, esposa e filhos, que deixaram os mortos sepultarem seus mortos... (Cf. Theissen, pág. 15). Eles puderam aprender as palavras de Jesus de crítica às riquezas e aos bens materiais porque eram manifestamente pobres, eram sem sapatos, sem provisões, com uma só túnica, sem proteção e garantias, viajando através do país, sem nenhuma posse e segurança. Então, eles podiam de fato assumir toda aquela mensagem que era inteligível pelos pobres que se sentiam atraídos por seu conteúdo, por suas promessas e esperanças.

Em virtude disto, eles podiam advertir contra a possibilidade de se servir ao mesmo tempo a Deus e às riquezas, como nos lembra Lc. 16.13, e por isso podiam afirmar que é “mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus” (Cf. Lc. 18.25). Aquela gente encontrava, assim, uma articulação da prática libertadora de Cristo com sua situação real, concreta.

Não é um acaso, então, que ao longo dos evangelhos, vemos Cristo aos encontros com os poderosos ou com os interessados naquele estado de coisas, e, por outro lado, vemos Cristo no encontro com os párias, as prostitutas, os pobres, aleijados e doentes, enfim, os marginalizados da sociedade, exatamente aqueles que estavam fora da tradição e da ordem. Não é difícil compreender que estes carismáticos, que transmitiram as palavras de Jesus, pertenciam igualmente às camadas mais baixas da sociedade e falavam, pois, da perspectiva do de baixo, da perspectiva dos oprimidos, daqueles que estão nas camadas exploradas da sociedade.

Notemos que a presença destes elementos característicos das palavras de Jesus, elementos a que estes transmissores deram forma e desenvolveram nas tradições mais primitivas, é que fornecem o background social, a significação política, para um melhor entendimento da tradição dos evangelhos, especialmente para uma melhor compreensão das palavras de Jesus. Eles fornecem, a meu ver, uma indicação das condições históricas concretas, em suas dimensões econômicas, políticas e sociais, necessárias para a compreensão da prática libertadora de Jesus e, consequentemente, de suas palavras.

É a partir destas tradições que, creio, podemos considerar a práxis de Cristo, à luz do texto de Lucas 16.1-13. Há, então, uma certa dimensão material na práxis libertadora de Cristo, há um contexto material com suas implicações político-econômicas que encontram seu sentido verdadeiro à luz da dimensão libertadora do Reino de Deus. Vamos partir desta dimensão material, da realidade efetiva que o relato de Lucas nos revela.

Se devemos buscar apreender a práxis efetiva em função da qual se elabora o discurso, o texto nos revela a existência de uma relação de exploração. Ele fala, digamos, de dois pólos cujos interesses são antagônicos: fala-nos do proprietário e do explorado. O fundamental é que temos aqui a evidência bem precisa da existência de relações de exploração. É a partir das relações sociais de exploração – da constatação de sua existência, de seu significado e, sobretudo, de sua superação, que nosso texto se ilumina. Então, com esta determinação inicial, o

texto denuncia estas relações e procura, a meu ver, captar o movimento por meio do qual estas relações podem ser superadas, isto é, o movimento no qual ocorrerá a passagem de uma situação de exploração a uma situação de libertação.

Não precisamos nos deter na figura do senhor. Dele basta dizer que, em sua posição, tem alguém encarregado de cuidar e de gerir seus bens, ou, no contexto das relações descritas, tem alguém encarregado de garantir os seus lucros. Por isso, pode ficar à distância e entrar em cena quando ouve que o encarregado está ‘defraudando seus bens’. Este, o encarregado, o administrador é o ator importante, é que se situa, na parábola, no centro destas relações de exploração. Talvez devamos lembrar que o discurso de Cristo se situa no contexto de uma comunicação maior que ele faz aos “cobradores de impostos e pecadores”. Este contexto auxilia nossa análise porque o cobrador de impostos (*Τελώνης*) era uma figura típica do contexto político da época. É que o opressor romano, além de ter seus próprios funcionários, ainda recrutava judeus para o serviço da coleta de impostos, um ofício, evidentemente pouco popular. Como vimos em uma das comunicações deste Encontro, o Sistema é tão diabólico que é capaz de utilizar em seus mecanismos de opressão até mesmo aqueles que são explorados, é capaz de fazer de um explorado o ‘capataz’ dos exploradores.

Não é difícil ver que o administrador estava a serviço dos interesses do senhor, a serviço do lucro, mas que, ao mesmo tempo, é igualmente explorado.

O problema do administrador se mostra quando ele é obrigado a prestar contas (v. 2) e é demitido pelo seu senhor, por lhe estar defraudando os bens. Só que a defraudação não tem o sentido de uma desqualificação moral, como desrespeito ‘ao direito inalienável à propriedade’, o que justificaria a atitude do senhor face à desonestidade do empregado. Não podemos pensar que o senhor-proprietário esteja ‘limpo’ em sua relação com o administrador-trabalhador, pois este está a serviço da efetivação do lucro, também trabalha para que seu senhor acumule riquezas.

E é no momento em que se configura a crise das relações que com ele mantinha o senhor, é que ele sente todo o peso da exploração. O que até então lhe estava dissimulado, agora na contradição com o seu senhor pode se tornar perceptível: agora, no bojo da contradição, quando a questão fundamental se explica nas relações de exploração, o próprio sistema é questionado:

- “Que farei...?”
- “Eu sei o que farei, para que quando...”
- “Quanto deves ao teu patrão?”
- “Cem cados de azeite.”
- “Toma a tua conta, assenta-te depressa e escreve cinqüenta...”

São os explorados que se unem e iniciam um processo no qual descobrem sua identidade no jogo daquelas relações que existem para gerar lucros. Eles agora, inaugurando uma nova prática, tomam consciência dos antagonismos em que estão envolvidos – o administrador e os devedores são igualmente uma classe de explorados cujos interesses são antagônicos aos interesses do senhor que lhes explora o trabalho. Então, é a consciência que se está fazendo aqui na prática política (por que

não dizer?!?) contra a hegemonia do capital (por que não dizer?!?) que dá constituição a um outro ser, isto é, ao ser daqueles que são capazes de se unirem para a superação da contradição fundamental que os divide. Parece-me que isto está ocorrendo aqui. Não se trata, como dissemos de uma questão de desonestidade. Pois que, quando o devedor paga 50 cados em vez dos 100 que devia, este pagamento não é fraudulento, como igualmente não o é o papel assumido pelo administrador. Ocorre que os devedores estão devolvendo exatamente o que devem, estão se recusando a pagar o excedente exigido para o lucro daquele que tem, estão pressupondo uma situação nova: agora não vai pagar os juros, não vai dar ao explorador aquele 'a mais' que contribui para a exacerbção do processo de exploração.

Se não estou enganado, aqui se situa a razão do elogio do 'Senhor', no v. 8a, que me parece uma referência a quem faz o discurso, i.e., Jesus Cristo, à atitude do administrador "porque se houvera atiladamente", "porque os filhos do mundo são mais hábeis...". Este elogio põe em relevo a atitude hábil, a esperteza do administrador: ele é 'vivo', é 'esperto', 'sagaz' (a palavra grega é 'phrônimos' – "aquele que tem espírito") porque é capaz de perceber a crise, isto é, a urgência da situação que explicitava as contradições básicas em que ele e os demais explorados estavam submetidos. Ele "viu", foi capaz de discernir os sinais da contradição e assumiu uma nova consciência na práxis em que se viu envolvido.

Diria ainda que ele é "vivo" porque teve 'olhos para ver' que a solução possível é a superação das relações sociais – as relações que o uniam ao senhor-proprietário e aos devedores-trabalhadores. Ele "tem espírito" porque percebe que novas relações devem ser construídas e que novas relações são exigidas para a superação dos mecanismos responsáveis pela opressão.

A partir daqui, i.e., do v. 9, me parece que fala Lucas. Terminou o discurso de Jesus. Agora Lucas vai trazer este discurso para a realidade da comunidade cristã (a esta altura já instalada ou em vias de se institucionalizar, já às voltas com o problema das riquezas, com o problema de Mammon). E relembrando o contexto, ao terminar este acréscimo, Lucas continua (v. 14): "Os fariseus, que eram avaros ouviam tudo isto e o ridicularizam (a Jesus)".

Por isso, ao dirigir-se à comunidade cristã e enfatizar a necessidade de discernir os sinais das contradições nas relações entre os homens, Lucas lança uma exortação (v. 9ss) que podemos agrupar, sinteticamente, em dois pontos:

No contexto do discurso, à luz da análise proposta, Lucas insta os ouvintes a "das riquezas de origem infíqua fazer amigos", desafiando: "Se, pois, não vos tornardes fiéis na aplicação das riquezas de origem injusta, quem vos confiará a verdadeira riqueza?". As riquezas de origem infíqua não são exatamente aquelas que se acumulam num sistema em que as relações entre os homens se constituem em relações de exploração e opressão? Em nossa situação concreta, hoje, e em nossa práxis política – como vimos nossa prática em favor do menor é uma prática política – não nos esquecemos de que o sistema que privilegia a acumulação do capital, que privilegia o lucro, é o responsável pela miséria e pelo sofrimento do povo: nesta linha

os "menores abandonados" são fruto de uma sociedade opressora. Nesta perspectiva, fazer amigos é exatamente participar da práxis que desmancha a trama destas relações de exploração e faz terminar a situação de dominação e exploração, tal como a parábola nos situa.

Invertendo para melhor compreender diríamos: das riquezas de origem infíqua não nos façam amigos, uma amizade cômoda e que perpetua as relações sociais que estão na gênese da opressão. Ao contrário, façamo-nos amigos daqueles que são vítimas das relações de exploração, o que na parábola significou a tomada de consciência de uma classe explorada que se identifica e se reconhece na luta pela superação das relações dominantes.

Se é nossa opção que determina o nosso discurso, é na prática que podemos demonstrar a verdade do nosso discurso, da nossa forma de expressar a fé cristã e o nosso envolvimento com o Reino de Deus.

A segunda idéia, como síntese, é a total impossibilidade de coexistência entre o Senhor e as riquezas (v. 13). É o mesmo que dizer que não há compatibilidade entre um novo projeto que pressupõe relações novas e justas entre os homens e as 'riquezas', ou o sistema que se fundamenta na opressão. Analogamente, em outras palavras, não há compatibilidade entre os exploradores e os explorados. Isto quer dizer que nossa práxis em instituições ou órgãos que cuidam da problemática do menor não é neutra, como vimos neste Seminário. A idéia é que servir a dois senhores implica num malabarismo de compromissos a que a parábola nos convida a refletir.

Enfim, se situamos a problemática do menor no contexto da sociedade capitalista, é verdade que enquanto agentes nos situamos nas "camadas médias" da sociedade, facilmente manipuladas pelo Sistema. Isto quer dizer que, ou admitimos a existência do Sistema responsável, em última análise, pelas várias expressões da miséria humana, e o justificamos com a nossa práxis; ou, por outro lado, assumimos em nossa práxis o lado dos explorados – em nossa prática política envolvidos na problemática do menor, assumimos a luta pela superação das relações de exploração típicas de uma sociedade opressora. Eis aí um reforço e um apelo à prática política de transformação da realidade opressora.

João Pedro Aguiar
Pastor presbiteriano – FENIP

Observações:

1. Este texto é a forma trabalhada de uma comunicação oral. Procurei manter o estilo de uma comunicação oral sem as preocupações exigidas na linguagem escrita.
2. A citação da página 47 é de "Lições de Mordomia", de Walter Kaschel – Ed. Betânia, B.H., sem indicação do ano de publicação, pág. 30.
3. A referência a Gerd Theissen é de "The First Followers of Jesus", SCM Press, Londres, 1978.

Relatórios Intergrupos

1. Nossa Prática Social deve ser um processo em constante reformulação. Essa prática só se efetiva e é possível em um ambiente onde o Amor Cristão seja o elemento de compromisso com o nosso próximo, sendo isto uma expressão de nosso compromisso com Deus.

2. As contradições dentro dos grupos se manifestaram em formas de tensões, angústias, desacordos, mas o Seminário em si foi *um processo de grupo* que nos levou a vivenciar as contradições que observamos em nossa prática diária.

3. Sentimos a necessidade de uma tomada de posição clara, concreta, comprometida e evangélica.

Há uma angústia sobre o resultado do Seminário.

Formulamos uma questão:

O que queremos levar?

É um documento, um modelo ou vivenciar uma nova forma de prática social? Optamos pela vivência de uma nova forma de prática social.

Devemos ser bons mordomos dos privilégios pessoais para podermos nos comprometer numa transformação social.

O grupo considera que nosso convívio ecumênico neste encontro, brotou como algo bonito e forte, com uma forte determinação de trabalhar.

A criança sempre está questionando as ordens que lhes damos. Ela personaliza, metaboliza e nos dá respostas que surpreendem. Ela mostra um produto próprio. Assim em nosso trabalho com menores, devemos ser sensíveis e saber compartilhar com o querer dessas crianças.

As comunidades (assistidas) também devem ter sua vontade respeitada, dando oportunidade assim de brotar projetos reais de vanguarda, de alternativa.

Muitas vezes somos chamados a atuar nas necessidades urgentes, angustiantes, mas é preciso ter em mente, que a prevenção, na maioria das vezes, é mais barata, mais humana.

Validade das instituições como tal.

É preciso rever a maneira de trabalho com a instituição.

Emancipação dos assistidos, preparando uma contribuição para a transformação real.

Trabalhar com e não para os assistidos: daí a necessidade de uma avaliação que inclua agente e assistido.

4. *Reconocemos que nuestro trabajo ha sido más para los beneficiarios que con ellos.*

Nuestro trabajo tendrá que ser en adelante *Transformador*. No se trata de dejar el trabajo y el compromiso, sino de cambiar el sistema de trabajo.

El Seminario ha tenido las siguientes fases:

a) *Intercambio y conocimiento de la realidad Latinoamericana* (hace falta mayor información).

b) *Reflexión* sobre los trabajos que realizamos: que resultados hemos obtenido.

c) *Confrontación* de nuestro propio desempeño como trabajadores dentro de los marginados, a la luz de la realidad Latinoamericana e del Evangelio.

d) *Reconocimiento* de la necesidad de continuidad de los efectos del Seminario, mediante algún sistema concreto.

5. *Quanto à relação Igreja-Estado:*

A Igreja deve interpretar a Bíblia no contexto da prática social. Agregar a este trabalho estudos da área sociológica que apresentem uma concepção histórico-estrutural e, a partir daí, elaborar uma posição teológica para questionar e/ou dialogar com o Estado e instituições mantenedoras financeiradoras dos programas.

A emergência da situação, a angústia, nos leva a um despojamento das nossas idéias – interpretações que governam as nossas entidades/Igrejas o qual nos levará a questionar constantemente a existência do nosso trabalho.

Este despojamento poderá implicar na perda de privilégios, porém, esta perda nos fará dedicarmo-nos melhor a uma ação.

Contínuo questionamento de postura da instituição.

Reafirmar-se que o trabalhador em separado é uma negação da existência do nosso trabalho.

As Igrejas-ideologias devem formar uma concepção única.

Que deve haver uma ampliação na compreensão do Evangelho que deve considerar o Homem no seu todo.

Que deve ser elaborada uma metodologia para enfrentar (questionar) o Estado.

Abertura encontrada
Diálogo franco/aberto
Ficamos “mais cristãos”.

Propostas dos Grupos

1. El carácter y naturaleza educativos de este Seminario determina la posibilidad real de pronunciamientos y propuestas sobre la problemática del menor carente y marginado. En este sentido considero que cualquier pronunciamiento propuesto debe ser canalizado por las instituciones que han convocado y conducido esta reunión. De esta manera se efectiviza en diálogo y/o negociación inter-institucional en situaciones conflictivas contradictorias.

Propongo la elaboración de acuerdos internos de trabajo que puedan ser efectivizados en base a la representatividad y capacidad de decisión de los participantes extranjeros. Juan Flores.

2. Elaboración de un documento en base a las conclusiones finales del Seminario (documento oficial) que sirva de "Manifiesto Público Único". Fernando L. Perz Z.

3. Que seja realizado um seminário sobre as instituições educacionais (ou a educação escolar em geral).

Este Seminário tratou do menor carente e marginalizado a partir das nossas experiências na assistência social.

Na minha opinião é válido questionar o papel da educação como parcial alimentadora do problema do menor, portanto, abordando uma das principais causas do problema do menor. Considero o ensino oficial (e particular?) como poderoso veículo para a manutenção do poder e suas estruturas.

Nestes termos poderiam ser organizados seminários sobre as nossas instituições de saúde (hospitais, sanatórios), bem como as nossas instituições de formação teológica: seminários, faculdades de teologia, cursos, etc. Johan Scheffer.

4. Elaboración de un pequeño manual de experiencias de trabajo de los diferentes participantes al Seminario, de tal manera de poder utilizarlos como un material pedagógico con los diferentes grupos con los que trabajamos.

Para contar la experiencia se sugiere una pauta, como sigue:

Institución responsable

Personas responsables

Lugar, localidad o país

Título o nombre de la experiencia

Por qué redacto el trabajo – (marco teórico – diagnóstico)?

Para qué redacto el trabajo – (objetivo)?

Cómo redacto el trabajo – (metodología)?

Para quién redacto el trabajo – (beneficiarios)?

Con quién redacto el trabajo – (recursos humanos)?

Cómo financio el trabajo – (recursos económicos)?

Experiencias positivas y obstáculos del trabajo – (evolución)

5. Propuesta al Seminário

Se requiere una *continuidad del Seminário* a fin de aprovechar el esfuerzo iniciado en San Pablo, utilizando por ejemplo, algún mecanismo de comunicación que ayude y fomente el trabajo Ecuménico con la niñez en América Latina.

La forma concreta de continuidad del Seminário: Integración y Comunicación de los trabajos y temas acerca de la infancia a través de los organismos ya existentes de comunicación (no crear otra super-estructura), por ejemplo: CELADEC – Perú, Editorial América Latina, Bogotá; DINEP – Bogotá.

6. Basados en el Evangelio de Jesús Cristo que tiene poder liberador, humanista y conscientizador, frente a la situación de emergencia de la Infancia Latino-Americana, es necesario asumir un compromiso transformador, que implica: una acción en términos de conversión (personal y grupal), mayor conocimiento de la realidad, programación de acciones concretas, tendientes al logro de un modelo nuevo de sociedad verdaderamente justa – Grupo C.

7. Desarrollo de una discusión teológica e ideológica en que constatamos la tensión que existe entre estas realidades. Sin embargo el grupo confrontó:

a) La necesidad de una relectura del Evangelio, que nos confronta con la realidad social.

b) Que es urgente todo un proceso re-educativo interpretativo del texto bíblico en el seno de muchas comunidades o denominaciones cristianas con el fin de ver la acción integral del Evangelio en favor del ser humano en su realidad social.

c) Que es importante descubrir en las otras Ciencias los recursos o herramientas que nos permitirán dar una mayor encarnación al Evangelio de Jesucristo en medio de nuestro contexto que exige presencia sin reserva de ninguna naturaleza.

d) Que la plataforma del amor que debe ser internalizada en las comunidades sea un llamado a un descubrimiento profundo de lo que ello significa en el confrontamiento con nuestro prójimo, especialmente frente al pobre, al desposeído y explotado, al marginado que exige justicia. Grupo F.

8. En el Camino de Emaús descubrimos dos dimensiones del pasaje bíblico (Lucas 24: 13-36)

a) Nos identificamos como cuerpo de Cristo en la responsabilidad de caminar y dar esperanza a quien está ungido del Cristo viviente.

b) Nos identificamos con los "caminantes de Emaús", sobre todo en la experiencia de este seminário:

En el diálogo

En la tristeza y desaliento ante las realidades

En el fijarnos, estacionarnos, con miopía considerando solo el pasado, bloqueado el presente, y anulado el futuro.

En el gozo de la convicción de entrega a la búsqueda de la unidad y la práctica de nuestra fe.

A través de la experiencia de este seminario, tomamos mayor conocimiento de:

Que hay datos en la práctica social actual que nos configuran que Cristo vive (vers.34).

Que Jesucristo usó el cuestionamiento y la verbalización como parte del proceso de evaluación.

Que es muy natural sufrir el efecto de "explosión", desintegración, aislamiento, desunión etc, fenómeno común en el ca-

rente. Que es muy natural el "bloqueo" y la percepción de las grandes oportunidades, Cristo entre nosotros, como efecto del estado de crisis.

El respeto absoluto de Jesús a la personalidad de los caminantes de Emaús, facilitándoles el proceso de llegar a una convicción tal que los hiciera regresar con un compromiso, sin importar los obstáculos o impedimentos naturales. Grupo B, Rafael Murillo P.

9. Carta de dois participantes à Coordenação do Seminário:

"Impossibilitados de permanecer até ao final do Seminário, expressamos aqui nossa satisfação por ter-nos sido dada oportunidade de participar.

Como se caracteriza nossa satisfação?

Em primeiro lugar, pela franqueza das colocações. Mesmo parecendo-nos haver uma metódica intencionalidade na linha ideológica, o que, poderia até parecer imposição – isso não aconteceu. Não foi, a uniformidade, o alvo, mas a abordagem crítica fecundou nossa reflexão e, esperamos, também, nossa ação.

Creamos, aliás, que não resta outra alternativa se não um enfoque global do problema, se queremos ser significativos. Temos que encontrar alternativas transformadoras, juntamente com os que conosco convivem – os assistidos, como aqui foi falado.

Creamos que as instituições poderão ser "ponto de partida" mas estamos conscientes e por isso mesmo receosos de suas limitações. Gostamos particularmente das apresentações da Profa. Luisa Erondina, por sua práxis e reflexão e seu realismo, bem como da Lia por sua coragem, até mesmo vem crer que o que existe pode ser perfeitamente posto a serviço da libertação.

Ficamos aguardando os resultados, pois queremos juntos encetar uma nova caminhada com o povo, mesmo entendendo o quanto teremos que nos transformar primeiro.

Que Deus nos guie na caminhada."

Documento Final:

Carta às Igrejas

As igrejas e organizações representadas no “Seminário Ecumênico Sobre os Problemas dos Menores Carentes e Marginalizados e a Participação das Igrejas na sua Solução” realizado de 20 a 26 de junho de 1980, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

Para melhor nos situarmos na problemática do menor na América Latina, este Seminário analisou a realidade econômico-sócio-político-cultural que a produz.

Essa análise nos coloca diante de fatos contundentes que nos confrontam com o nosso desempenho face ao problema.

Constatamos que a nossa sociedade de ideologia de consumo, é violenta em si mesma, produz a miséria, gera a realidade da criança carente e abandonada encaminhando-a à marginalidade.

Constatamos que Jesus Cristo coloca em evidência a criança como exemplo para o adulto, pronunciando suas mais severas palavras contra quem fizer tropeçar uma delas (Marcos 9:42). É pois, o próprio Cristo quem nos fala contra uma sociedade que segregava, deseduca, e não ama milhões de crianças.

Constatamos que muita da nossa prática social é assistencialista, e valorizamos as tentativas de práticas transformadoras também evidenciadas.

Constatamos que existem relações interinstitucionais que prejudicam a criança e necessitam ser transformadas.

Constatamos no processo dialético durante o Seminário, sem perder a identidade de cada um, que a angústia em torno do problema é elemento comum que nos impulsiona a juntos lutarmos em busca de soluções mais qualitativas.

Constatamos que nossa prática social deve ser um processo em constante reformulação e essa prática só é suportável em um ambiente onde o *amor cristão* seja o elemento de compromisso com o *nossa próximo*.

Constatamos que o Seminário em si, foi um processo de grupo que nos levou a vivenciar as contradições que observamos em nossa prática diária.

Constatamos, que a prática social deve ser participativa em um processo recíproco de educação entre ambos os protagonistas dessa prática de constante transformação.

Expressamos a necessidade de uma tomada de posição das Igrejas e Organismos que aqui representamos, posição esta, clara, concreta, comprometida e evangélica.

Expressamos a necessidade de deixarmos de lado os privilégios pessoais e nos empenharmos em uma prática orientada de tal forma que leve à transformação da sociedade geradora dos problemas.

Expressamos às nossas Igrejas e Organismos aqui representados a necessidade de uma continuidade deste Seminário em nossa prática social mediante algum sistema concreto que a facilite.

CONTINUIDADE AO TRABALHO DE REFLEXÃO

Surgiu durante o Seminário a idéia de se dar continuidade à reflexão iniciada, por meio de encontros regionais, que se espera, poderão favorecer a participação de maior número de pessoas engajadas no trabalho social com a criança e o adolescente, assim como abordagem de problemas concretos vividos em cada região.

Se você estiver interessado em trabalhos desse tipo escreva ao CEDI-SP, a/c de Henrique Pereira Junior, deixando nome e endereço completo. Qualquer comentário sobre o presente documento ou pedidos poderão ser igualmente enviados ao CEDI-SP, Av. Higienópolis, 983, 01238 São Paulo.

“Deixai vir a mim os pequeninos, não os embaraceis, porque dos tais é o Reino de Deus.”

Marcos 10:14

Em São Paulo, 26 de junho de 1980.

Os participantes do “Seminário Sobre os Problemas dos Menores Carentes e Marginalizados e a Participação das Igrejas na sua Solução”